

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA E
CULTURA JAPONESA

WILLIANS MARCO DE CASTILHO JUNIOR

Quebrando a barreira do Itamaraty: Edmundo Sussumu Fujita (1950-2016), o
primeiro *nikkei* na diplomacia brasileira

Versão corrigida

São Paulo
2022

WILLIANS MARCO DE CASTILHO JUNIOR

Quebrando a barreira do Itamaraty: Edmundo Sussumu Fujita (1950-2016), o primeiro *nikkei* na diplomacia brasileira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa, do Departamento de Letras Orientais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Setuyo Okamoto

Versão corrigida

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C352q Castilho Junior, Willians Marco de
Quebrando a barreira do Itamaraty: Edmundo Sussumu Fujita (1950-2016), o primeiro nikkei na diplomacia brasileira / Willians Marco de Castilho Junior; orientadora Monica Setuyo Okamoto - São Paulo, 2022. 216 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Orientais. Área de concentração: Língua, Literatura e Cultura Japonesa.

1. Embaixador Edmundo Sussumu Fujita. 2. Imigração Japonesa. 3. Itamaraty. 4. Relações étnico-raciais. 5. Biografia. I. Okamoto, Monica Setuyo, orient. II. Título.



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Willians Marco de Castilho Junior

Data da defesa: 25/02/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Monica Setuyo Okamoto

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 20/04/2022

Monica Setuyo Okamoto

(Assinatura do (a) orientador (a))

CASTILHO JUNIOR, Willians Marco de. **Quebrando a barreira do Itamaraty**: Edmundo Sussumu Fujita (1950-2016), o primeiro *nikkei* na diplomacia brasileira. 2022. 216 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Aprovado em: 25/02/2022

Banca Examinadora

Profa. Dra. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

*Dedico à memória de Edmundo Sussumu Fujita, que,
mesmo sem nunca o ter conhecido pessoalmente,
tem me inspirado com sua história de vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, com muito amor, afeto e admiração, à minha esposa, Bianca Andretta de Miranda, que diariamente tem sido meu suporte psicológico e emocional, e que sem a qual certamente, caso não fizesse parte de minha vida, eu não estaria onde estou atualmente, tampouco seria quem eu sou hoje. As horas dedicadas pacientemente em escutar os devaneios e reflexões deste que aqui escreve foram imensamente responsáveis para que eu continuasse minha vida acadêmica e produzisse esta pesquisa de mestrado.

Agradeço à minha família, especialmente minha mãe, Deborah Simone dos Santos, e meu pai, Willians Marco de Castilho, que tanto batalharam e se esforçaram durante muitos anos para que me fornecessem condições financeiras melhores e me proporcionassem um ambiente favorável ao meu interesse pelos estudos. Agradeço a meus irmãos, João Lucas de Castilho, Juliana Simone de Castilho e Maria Eduarda de Castilho pelo apoio e pela afeição que sempre demonstraram por mim. E a meus amigos, que considero também como meus familiares, – e os quais evitarei nominá-los, pois corro o genuíno risco de esquecer de algum deles – por sempre me encorajarem e fazerem eu me sentir alguém melhor. Agradeço também aos meus demais familiares e aos pais de minha esposa, que sempre me incentivaram a investir meu tempo nos estudos. A todos vocês, meus sinceros agradecimentos.

Também agradeço aos meus professores, tanto os que fizeram parte da minha graduação na Universidade Federal do Paraná (UFPR) quanto os que tive contato durante meu mestrado na Universidade de São Paulo (USP). Em especial, meu mais profundo obrigado à minha orientadora, professora doutora Monica Setuyo Okamoto, que me acompanha e me fornece preciosos ensinamentos desde 2016 quando me convidou para que, juntos, pesquisássemos e estudássemos os assuntos que foram essenciais para conclusão desta dissertação de mestrado. O meu reconhecimento à professora Monica Setuyo Okamoto é para expressar efetivamente minha gratidão e fazer restar clara a vital importância que os professores, nossos *senseis*, têm em nossas trajetórias.

Por fim, agradeço à embaixatriz Maria Ligaya Tolentino Abeleda Fujita, que certamente sem sua gentil ajuda de sempre não seria possível a realização desta pesquisa. O seu desejo manifesto em compartilhar a história de seu esposo e a prontidão em me fornecer todos os documentos, fotografias, arquivos e informações necessárias foram peças-chaves na composição do meu trabalho. Ainda, agradeço a todos que contribuíram para a constituição do registro da história de Edmundo Sussumu Fujita, seja por meio das entrevistas concedidas pelos amigos pessoais, colegas do Itamaraty e familiares, seja por meio das prontas respostas dadas às informações requisitadas. Agradeço também aos professores Dr. Masato Ninomiya e Dr. Oscar Oscar Fussato Nakasato e à professora Dra. Janete Leiko Tanno pelos valiosos apontamentos e contribuições a esta pesquisa. O resultado desta dissertação de mestrado é fruto da colaboração de diversas vozes e, portanto, meus agradecimentos são uma pequena forma de tentar retribuir a todos que fizeram parte deste projeto.

*“As identidades não são nunca singulares,
mas multiplamente construídas ao longo
de discursos, práticas e posições que
podem se cruzar ou ser antagônicas.”*

Stuart Hall

RESUMO

CASTILHO JUNIOR, Willians Marco de. **Quebrando a barreira do Itamaraty:** Edmundo Sussumu Fujita (1950-2016), o primeiro *nikkei* na diplomacia brasileira. 2022. 216 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Edmundo Sussumu Fujita (1950-2016) foi aprovado na primeira colocação dos exames do Instituto Rio Branco no ano de 1975, tornando-se o primeiro descendente de japoneses no Brasil a ingressar na carreira diplomática brasileira. Sua conquista ganhou destaque em diversos jornais brasileiros e *nikkeis* na época, tendo sido, inclusive, objeto de matéria publicada pela Folha de São Paulo em dezembro de 1974, ano em que Fujita havia sido aprovado na primeira fase do concurso. Naquele contexto, o ingresso de Fujita no Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) ajudou a revelar a ausência de pessoas não brancas em seu corpo diplomático até então e reacendeu o debate sobre a possível existência de racismo no velho Itamaraty. O presente trabalho, portanto, tem como objetivo discutir a repercussão da entrada do primeiro *nikkei* no Itamaraty e os debates acerca da baixa diversidade étnico-racial na história da carreira diplomática brasileira. Analisando a trajetória pessoal e profissional de Fujita, este trabalho pretende mostrar que tal episódio – a aprovação de um descendente de japoneses no MRE – não necessariamente atestou uma preocupação do Itamaraty em ampliar o acesso a seus quadros funcionais, mas que ele ocorreu em circunstâncias históricas bastante específicas.

Palavras-chave: Embaixador Edmundo Sussumu Fujita. Imigração Japonesa. Itamaraty. Relações étnico-raciais. Biografia.

ABSTRACT

CASTILHO JUNIOR, Willians Marco de. **Breaking the Itamaraty Barrier: Edmundo Sussumu Fujita (1950-2016), the first *Nikkei* in Brazilian diplomacy.** 2022. 216 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Edmundo Sussumu Fujita (1950-2016) was the top-ranked candidate in the Rio Branco Institute entrance examination in 1975, becoming the first Japanese descendant in Brazil to join the Brazilian diplomatic career. His achievement was reported by several Brazilian and Nikkei newspapers at that time, and was even the subject of an article published by *Folha de São Paulo* in December 1974, year in which Fujita was approved in the first phase of the entrance examination. In that context, the fact that Fujita joined the Brazilian Ministry of Foreign Affairs (MRE) helped to reveal the absence of non-white people in its diplomatic corps until that time and to reinforce the debate about the possible existence of racism in Itamaraty. The present work, therefore, aims to discuss the repercussion of the entry of the first Nikkei in Itamaraty and the debates about the low ethnic-racial diversity in the history of the Brazilian diplomatic career. Analyzing Fujita's personal and professional trajectory, this work intends to show that this event – the approval of a Japanese descendant in the MRE – did not necessarily attest to a concern of the Itamaraty to expand access to its diplomatic corps, but that it occurred in very specific historical circumstances.

Keywords: Ambassador Edmundo Sussumu Fujita. Japanese immigration. Itamaraty. Race and ethnic relations. Biography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Por detrás da máscara amarela.....	48
Figura 2 – “Não adianta”	49
Figura 3 – Avenida Central do Rio de Janeiro em 1907	56
Figura 4 – Jardim interno do Palácio do Itamaraty no início do século XX.....	57
Figura 5 – Corpo diplomático brasileiro em Londres	62
Figura 6 – Encontro entre o ex-presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976) e a diplomata Odette de Carvalho e Souza em 1956	72
Figura 7 - Exclusão dos alunos de “cor” no Instituto Rio Branco.....	74
Figura 8 – Primeira diplomata negra do Brasil	76
Figura 9 – Membros do conselho fiscal do Banco América do Sul em 1960....	90
Figura 10 – Jovem <i>nissei</i> quebra barreira do Itamaraty	93
Figura 11 – Edmundo Sussumu Fujita e Cecília Kiku Ishitani no Itamaraty, 1996 101	
Figura 12 – Entrevista para o São Paulo Shimbun em 1975.....	104
Figura 13 – Matéria de jornal sobre Yoshiro Fujita.....	109
Figura 14 – Família Fujita em 1957	111
Figura 16 – Lista de aprovados na Faculdade de Direito da USP em 1968...	119
Figura 17 – Participantes do curso do <i>Institute of World Affairs</i> em 1972	122
Figura 18 – Formulário de inscrição no <i>Instituto of World Affairs</i> , 1972	123
Figura 19 – Na universidade de Tóquio em 1973.....	126
Figura 20 – Fujita e colegas do <i>Institute of World Affairs</i> em 1972	129
Figura 21 – Carta de Fujita para Ligaya em 1975	130
Figura 22 – Pedido de permissão para casamento com Ligaya em 1975.....	132
Figura 23 – Autorização para casamento com Ligaya em 1975.....	133
Figura 24 – Casamento em Manila em 1975.....	134
Figura 25 – Portaria de nomeação para o cargo de diplomata em 1976.....	136
Figura 26 – Portaria de designação para divisão de Ásia e Oceania em 1976 137	

Figura 27 – Delegação chefiada por Shigeaki Ueki em missão à China no ano de 1978.....	138
Figura 28 – Carta do embaixador Ronaldo Costa em 1979	140
Figura 29 – Carta de Fujita para Ronaldo Costa em 1979	141
Figura 30 – Convite a Fujita para recepção com presidente Figueiredo em 1984 145	
Figura 31 – Visita do presidente Figueiredo ao Japão	146
Figura 32 – Matéria de jornal sobre o projeto Brasil 2020.....	148
Figura 33 – Visita de Sardenberg e Fujita a Cuba em abril de 1995	151
Figura 34 – Recorte de jornal sobre a nomeação de Fujita como embaixador 151	
Figura 35 – Visita de Koizumi a Guatapar em 2004	154
Figura 36 – Primeiro-ministro Koizumi emocionado ao relatar o episódio de guatapar em 2004.....	155
Figura 37 – Recorte de Jornal do São Paulo Shimbun de 2004.....	157
Figura 38 – Tributo a Villa-Lobos, The Jakarta Post, 2008	160
Figura 39 – Pintura de Edmundo Sussumu Fujita	161
Figura 40 – Matéria sobre o programa Ciências Sem Fronteiras.....	164
Figura 41 – Embaixador Fujita e o cônsul honorário Shinwon Choi, Coreia do Sul, 2015.....	165
Figura 42 – Inauguração do Labex em 2009.....	166
Figura 43 – Divulgação do evento Seoul of Brazil em 2012.....	167
Figura 44 – Concerto beneficente de final de ano em 2014.....	168
Figura 45 – Edmundo Sussumu Fujita: o primeiro diplomata <i>nikkei</i> do Brasil	170

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fluxo migratório entre 1908 e 1925.....	39
Tabela 2 – Comparativo dos processos de seleção de Fujita e Keiko Ishitani .	95
Tabela 3 – Número de inscritos e aprovados no Itamaraty entre 1974 e 1990	97
Tabela 4 – Número de inscritos e aprovados no Itamaraty entre 1991 e 2019	99
Tabela 5 – Idioma falado no ambiente familiar pelos imigrantes japoneses e seus descendentes (números relativos a áreas rurais - 1958)	115
Tabela 6 – Idioma falado no ambiente familiar pelos imigrantes japoneses e seus descendentes (números relativos a áreas urbanas - 1958)	116

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABRI – Associação Brasileira de Relações Internacionais
- CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia
- CACD – Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata
- CAD – Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas
- CAE – Curso de Altos Estudos
- CPCD – Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
- CsF – Ciência sem Fronteiras
- DA – Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores
- DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ERESP – Escritório de Representação do Ministério de Relações Exteriores em São Paulo
- FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IRBr – Instituto Rio Branco
- JICA – Japan International Cooperation Agency
- MAO – Manifesto Anarquista Ontológico
- MASP – Museu de Arte de São Paulo
- MRE – Ministério das Relações Exteriores
- MUFG – Mitsubishi UFJ Financial Group
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PAA – Programa de Ação Afirmativa
- PAM – Partido Acadêmico Monarquista

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRA – Partido de Renovação Acadêmica

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RDA – Rural Development Administration

REBRASLON – Representação Permanente do Brasil Junto às Organizações

Internacionais em Londres

SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos

STF – Supremo Tribunal Federal

UFPR – Universidade Federal do Paraná

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. BREVE PANORAMA SOBRE AS DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS	
ACERCA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL	30
1.1 Antes da imigração	30
1.2 Com a chegada dos primeiros imigrantes japoneses.....	36
1.3 A década de 1930 e a crise das cotas	42
1.4 Durante a Segunda Guerra Mundial	47
2. O ELITISMO NA CASA DE RIO BRANCO	53
2.1 O Brasil “civilizado” e “branco” no palco das relações exteriores.....	53
2.2 Os primórdios da carreira diplomática brasileira	58
2.3 Os primeiros concursos e a criação do Instituto Rio Branco.....	63
2.4 Mudanças no corpo diplomático brasileiro	68
2.4.1 <i>Mulheres no Itamaraty</i>	68
2.4.2 <i>Negros no Itamaraty</i>	73
3. A QUEBRA DE BARREIRA NO ITAMARATY	82
3.1 Os <i>nikkeis</i> no período pós-guerra	82
3.2 Ascensão política e social.....	88
3.3 O primeiro diplomata <i>nikkei</i> no Brasil.....	92
4. EDMUNDO SUSSUMU FUJITA: VIDA E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL	108
4.1 Infância e educação	108
4.2 Decisão pela carreira diplomática	119
4.3 Matrimônio	128
4.4 Principais postos e trabalhos marcantes.....	135
4.4.1 <i>Primeiro posto de trabalho e a missão com Shigeaki Ueki</i>	135
4.4.2 <i>A missão em Londres</i>	139
4.4.3 <i>Na Embaixada do Brasil em Tóquio</i>	143
4.4.4 <i>A missão em Moscou e o trabalho com Ronaldo Sardenberg</i>	147
4.4.5 <i>Encontro com o primeiro-ministro japonês Koizumi</i>	152
4.4.6 <i>Na Indonésia como embaixador</i>	156

4.4.7 Como embaixador na Coreia do Sul.....	162
4.5 O retorno ao Brasil.....	168
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS.....	176
ANEXO A – Informações sobre Edmundo Sussumu Fujita.....	184
ANEXO B – Bibliografia de Edmundo Sussumu Fujita.....	187
ANEXO C – Compilação de escritos de Edmundo Sussumu Fujita.....	191

INTRODUÇÃO

“Jovem nissei¹ quebra a barreira do Itamarati²”. Esse é o título que dá nome à matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo, em 18 de dezembro 1974, noticiando a aprovação de Edmundo Sussumu Fujita (1950-2016), um descendente de japoneses³ da segunda geração, na primeira fase de um dos certames mais concorridos do Brasil, o concurso de admissão à carreira diplomática. O título da matéria, além de expor a conquista de Fujita, também pode revelar ao leitor uma problemática existente no processo de seleção do Itamaraty até então: um perfil racial, social e de gênero preponderante nos seus quadros funcionais.

Como veremos neste trabalho, não havia na carreira diplomática ninguém de origem japonesa antes de Fujita, e o corpo diplomático brasileiro era composto, em sua maior parte, por homens brancos, sobretudo aqueles pertencentes à elite brasileira. Nesse contexto, a aprovação de um descendente de japoneses nos quadros do Ministério das Relações Exteriores (MRE) marca, como afirma Conde (1978), um precedente na tradição secular do órgão e expõe uma possível existência de preconceito racial⁴ dentro do velho Itamaraty,

¹ Termo usado para se referir aos filhos de imigrantes japoneses.

² Embora o título da matéria de 1974 grafasse a palavra “Itamarati” com a vogal “i” ao final, a forma atual é “Itamaraty”, terminada com “y”, sendo inclusive escrita dessa maneira em diversos artigos, notícias e no próprio site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

³ Em alguns trabalhos, notícias, artigos e outros materiais que falem de Edmundo Sussumu Fujita é possível que se encontre a afirmativa “primeiro asiático no Itamaraty” para se referir ao seu feito pioneiro. Contudo, neste trabalho optou-se por tratá-lo especificamente como o primeiro descendente de japoneses, ou *nikkei*, a tornar-se um diplomata no Brasil. Tal diferenciação se faz necessária pois o termo “asiático”, geralmente relacionado à ascendência asiática geográfica, pode abranger muitas outras nacionalidades e etnias, que não somente aquelas advindas de países do Leste Asiático, como japoneses, chineses e coreanos. Vale lembrar que, a título de exemplificação, já existia no Itamaraty, antes de Fujita, um diplomata, Sérgio Tutikian, com origem da Armênia, país que, embora possuía relações sociopolíticas e culturais com a Europa, localiza-se na Ásia. Nesse sentido, a fim de evitar possíveis conflitos com o uso do termo “asiático”, tendo em vista que poderiam haver no Brasil outros diplomatas com ascendência de outros países da Ásia (como o próprio diplomata Sérgio Tutikian), a presente dissertação não tratará Fujita como o primeiro asiático no Itamaraty, mas sim como o primeiro descendente de japoneses no Itamaraty.

⁴ Apesar de, para a Sociologia, os termos discriminação e preconceito possuírem definição distinta do conceito de racismo, não trataremos com tanto rigor o uso desses termos na presente dissertação. Portanto, as expressões racismo, discriminação racial e preconceito racial podem ser entendidas, neste trabalho, como diferentes terminologias que se referem a um mesmo fenômeno, resumidamente o racismo.

preconceito esse que viria a ser discutido também em 1978 com a história de Mônica de Menezes Campos (1957-1985), a primeira diplomata negra no Brasil.

De fato, Fujita, sendo o precursor dentro de seu grupo étnico a adentrar nos quadros funcionais do Itamaraty, representou um marco dentro da diplomacia brasileira e, por isso, com seu pioneirismo, deixou um legado dentro da comunidade japonesa no Brasil, abrindo caminho para as futuras gerações de diplomatas nipo-brasileiros. Contudo, é importante esclarecer que, embora Fujita tenha aberto precedentes no Itamaraty, a entrada de outro descendente de japoneses na carreira viria a ocorrer somente cerca de 15 anos depois, em 1990⁵, com a admissão de Fátima Keiko Ishitani⁶, a primeira mulher *nikkei*⁷ a cursar o Instituto Rio Branco.

Em vista disso, podemos inferir que a entrada de Edmundo Fujita no Itamaraty representa o início da participação de descendentes de japoneses no corpo diplomático brasileiro e uma possível abertura da chancelaria brasileira a outros grupos raciais. Contudo, esse fato não necessariamente atesta a preocupação do Itamaraty em aumentar a diversidade étnico-racial de seus quadros funcionais, pois ações práticas com a finalidade de ampliar as condições de acesso à carreira diplomática só foram tomadas efetivamente décadas mais tarde, sobretudo com a implantação do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco a partir de 2002, na gestão de Fernando Henrique Cardoso. (GOBO, 2018).

Sendo assim, é importante tentar compreender o contexto em que se deu a entrada de Fujita na carreira diplomática e analisar quais os sentidos que podemos dar à palavra “barreira” dentro do contexto da matéria do jornal Folha de São Paulo e do Itamaraty. Acreditamos que, primeiramente, uma das barreiras tenha sido transpor a dificuldade em ser aprovado nos exames do

⁵ INSTITUTO RIO BRANCO. Anuário do Instituto Rio Branco (1989-1990), pág. 324. Disponível em: http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/images/pdf/Anuarios/anuario_irbr_89-90.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

⁶ Fátima Keiko Ishitani foi aprovada no concurso de admissão à carreira diplomática em 1990, ingressando no curso de preparação à carreira diplomática (CPCD), do Instituto Rio Branco, no ano de 1991. No ano de 2020, foi promovida ao cargo de ministra de primeira classe (embaixadora), alcançando o feito inédito de tornar-se a primeira mulher descendente de japoneses a ocupar tal posição na carreira diplomática.

⁷ O termo *nikkei* é usado para se referir, de forma geral, a todos os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão.

Instituto Rio Branco, capaz de torná-lo quase inacessível para a maior parte da sociedade brasileira, devido às exigências em termos de formação dos possíveis candidatos. Outra barreira teria sido a racial, uma vez que o perfil étnico-racial dos aprovados, por um longo período da história do Itamaraty, parecia favorecer a elite branca brasileira.

Quanto à conceitualização dos termos raça e racismo (e os consequentes conceitos relacionados: etnia, discriminação, preconceito, etc.) é necessário que se faça uma breve reflexão metodológica acerca do tema. Sem nos aprofundarmos em discussões epistemológicas sobre o assunto, adotaremos neste trabalho a definição de raça como uma categoria social, ou seja, um conceito que se materializa no campo social e que está historicamente atrelado a formas de classificação, como por exemplo: negros, amarelos, brancos, pardos e indígenas. Desse modo, o conceito de raça somente encontra sentido no âmbito socioantropológico, sendo, portanto, um elemento fundamentalmente político. (ALMEIDA, 2019).

Ainda, podemos verificar na literatura outros conceitos de raça que a entendem não como uma categoria biológica, mas sim como um fenômeno que encontra sentido nas relações sociais, especificamente no campo do discurso. Na visão de Stuart Hall (2006), a raça pode ser entendida como uma categoria discursiva, que atua para organizar, classificar e diferenciar grupos socialmente. A raça, portanto,

(..) é uma **categoria discursiva** e não uma categoria biológica. Isto é, ela é categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e **práticas sociais** (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas a fim de **diferenciar socialmente um grupo de outro**. (pág. 63, grifo nosso).

Além disso, a raça como categoria social pode ser verificada no Estado brasileiro a partir do Censo Demográfico de 1940, até os dias atuais, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Vale lembrar que o termo “cor” também é usado juntamente com o termo “raça” para classificar a

população brasileira. Com relação ao conceito de racismo, também não existe atualmente uma definição unânime, de modo que é possível percebermos, como explica Silvio de Almeida (2019), três concepções básicas do racismo: a *individualista*, a *institucional* e a *estrutural*.

Resumidamente, a concepção *individualista* pressupõe que não existem “sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo” (ALMEIDA, 2019, pág. 36). Já as concepções *institucional* e *estrutural* pressupõem relações de poder nas relações sociais e a existência de certos grupos dominantes nessas relações. E essa hegemonia, por meio de regras e padrões previamente estabelecidos, dificulta a ascensão de grupos considerados minoritários⁸ em determinadas instituições ou espaços sociais. Apesar desses dois últimos termos parecerem sinônimos, eles não são. Na visão de Almeida (2019), todo racismo é estrutural e as concepções *individualista* e *institucional* são apenas outras formas (limitadas) de se entender o racismo.

Nesse viés, portanto, as regras e padrões de uma determinada instituição fazem parte de uma ordem social, estrutural, a qual elas tentam preservar, de modo que se revelam “uma materialização de uma estrutura social que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos” (ALMEIDA, 2019, pág. 47). Portanto, nas palavras de Silvio de Almeida (2019), o racismo pode ser entendido como uma:

Forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (pág. 32)

Partindo desse pressuposto do racismo como algo estrutural, entendemos o Itamaraty como o *locus* de manifestação e reprodução do que se pensa e se pratica na sociedade brasileira. Portanto, há de se presumir que a discussão acerca da existência ou não de racismo na instituição resulta também

⁸ Sobre minorias na Sociologia, ver: CHAVES, L. G. Mendes. **Minorias e seu estudo no Brasil. Revista de Ciências Sociais**, vol. II, n.º 1, pág. 149-468, 1971.

numa reflexão sobre o racismo no próprio Brasil. O que ocorre é que, ao tratarmos de uma instituição única como o Itamaraty, analisaremos, sob a ótica da concepção *institucional*, como a questão racial – social e de gênero – foi trabalhada dentro do Itamaraty; quais foram as tomadas de decisões dentro do órgão para pacificar esses possíveis conflitos; qual foi a participação de grupos considerados minoritários dentro da carreira; a existência de programas de ação afirmativa; enfim, tentar entender como se construiu o perfil de diplomatas do Serviço Exterior Brasileiro⁹ ao longo do tempo.

Cumpra-se esclarecer, ainda, que esta dissertação não é um trabalho sobre racismo ou preconceito no Itamaraty. Um dos objetivos é tentar compreender como uma instituição pública manteve-se por tanto tempo como um dos grupos mais homogêneos no cenário brasileiro, tendo sido o seu perfil historicamente composto, em sua maioria, por homens brancos da elite nacional. A consequência lógica dessa análise, portanto, não exclui a discussão sobre racismo ou preconceito dentro do Itamaraty, como trataremos neste trabalho, sendo que esse debate será um dos pontos norteadores, porém não central, desta dissertação.

Esclarecida a questão, vale reforçar que a intenção primária do trabalho é a de registrar e entender a vida do primeiro diplomata *nikkei* na história brasileira, de tal modo que também precisemos discutir a própria construção histórica da carreira e da instituição de que fez parte esse notório personagem da imigração japonesa no Brasil. Por isso, é importante analisarmos a diplomacia brasileira de forma cronológica, desde a concepção do Itamaraty como um órgão pertencente a um Brasil independente, em 1822, até meados da década de 1970, época em que Fujita foi aprovado nos exames de admissão à carreira diplomática, a fim de que possamos entender não somente o pensamento da instituição que representa o serviço exterior brasileiro, mas também o próprio pensamento social brasileiro.

O velho Itamaraty por muito tempo se constituiu como um dos grupos mais homogêneos e articulados dentro do funcionalismo público brasileiro.

⁹ O Serviço Exterior Brasileiro atualmente é dividido em três carreiras: diplomata, oficial de chancelaria e assistente de chancelaria. Contudo, ao longo da história do Itamaraty muitas mudanças ocorreram na carreira diplomática até chegar-se nessa composição tripartida.

(GOBO, 2018). Nas palavras do embaixador Marcos Azambuja (2011), o Itamaraty por muito tempo foi a “elite da elite”, um espaço pertencente aos membros da aristocracia brasileira e de famílias importantes do país. A despeito das tentativas de uma possível inclusão social, racial e de gênero dentro da carreira no decorrer do século XX, ações neutralizadoras foram tomadas pelo MRE, como veremos posteriormente neste trabalho, e o corpo diplomático brasileiro se manteve, por longo período, como um grupo bastante distinto dentro do cenário nacional.

O caráter elitista da instituição também nos revela a exclusão, durante décadas, de grupos considerados minoritários no MRE, como as mulheres, que em alguns períodos foram proibidas de entrarem na carreira; e a população negra, que foi excluída da carreira por muito tempo, seja pelas exigências do processo seletivo – que o tornam quase inacessível a uma grande parcela da população brasileira, sobretudo a parcela não branca –, seja pelos meios de supressão implementados no processo, como por exemplo as entrevistas e seleções prévias de eliminação (GOBO, 2018).

A aprovação do primeiro descendente de japoneses na carreira diplomática brasileira, naquele contexto, reafirma a ideia de distanciamento do corpo diplomático da real imagem da população brasileira e reacende o debate sobre a existência de preconceito racial dentro do Ministério, o que não se restringia apenas a candidatos negros, mas, como se intenta mostrar neste trabalho, também aos amarelos¹⁰. Nesse sentido, é importante reforçar que a discussão trazida a este trabalho procurará abordar o caráter uniforme e excludente do Itamaraty de um ponto de vista geral e identificável. Dito de outro modo, exploraremos brevemente a participação na carreira de grupos entendidos como minoritários naquele espaço social e profissional, como por

¹⁰ Utilizaremos neste trabalho a expressão “amarelo” principalmente quando se tratar de classificações de raça/cor. A definição de amarelo atribui-se a pessoas com ascendência originária do Leste Asiático, o que inclui os japoneses e seus descendentes no Brasil. Quanto ao termo asiático, seu uso está mais relacionado à ascendência asiática geográfica de forma geral, não se resumindo somente à raça/cor amarela. É um termo mais abrangente, que compreende também identidades culturais e étnicas.

exemplo os negros e as mulheres, a fim de tentar identificar possíveis mudanças no perfil do corpo diplomático brasileiro ao longo de sua história.

Sendo assim, não nos arriscaremos em refletir a participação de outros grupos étnicos na diplomacia brasileira, como árabes e judeus, ou quaisquer outros descendentes de demais nacionalidades como italianos ou alemães. Em primeiro lugar porque a identificação racial no Brasil geralmente se dá entre brancos, negros, amarelos, pardos e indígenas, não se relacionando necessariamente a grupos étnicos, nacionalidade ou ascendência. E, em segundo lugar, porque os descendentes de italianos, alemães ou de demais nacionalidades europeias não são – geralmente – identificados com base em seus traços fenóticos, como ocorre de forma mais explícita com os asiáticos, sobretudo aqueles provenientes do Leste da Ásia, tais como chineses, coreanos e japoneses.

Não se trata, portanto, de analisar a participação de asiáticos na carreira diplomática, como fizeram Oliveira (2011) e Gobo (2018) com relação à presença de afrodescendentes no Itamaraty, nem como fez Friaça (2018) com relação à história das mulheres na diplomacia brasileira, mas intenta-se explorar o contexto histórico e político em que se deu a aprovação de Edmundo Fujita nos quadros do Itamaraty, para melhor entender sua posição de diplomata *nikkei* no Brasil. Em outras palavras, pretende-se, por meio da análise de uma experiência singular, com a reconstituição da trajetória de vida de Fujita, entender também o que transcende apenas o individual, ou seja, compreender a relevância, para as discussões acerca do preconceito existente no Itamaraty, da aprovação do primeiro diplomata de origem japonesa no Brasil, bem como revelar qual a importância social que a história de Fujita carrega e como ela foi constituída dentro de circunstâncias históricas específicas.

Para tanto, a fim de organizar e registrar a sua história de vida, além da análise documental, o presente trabalho utilizará como fonte de informação os relatos orais de pessoas próximas à Fujita, como amigos de infância, familiares e colegas do Itamaraty, que tenham testemunhado os principais acontecimentos de sua trajetória pessoal e profissional. Os relatos orais constituem parte metodológica do que se conhece como história oral e o seu uso na historiografia

auxilia em acrescentar às inúmeras fontes dos quais o pesquisador dispõe aquelas “que são chamadas testemunhos transmitidos oralmente da parte dos protagonistas ou participantes dos eventos sobre os quais versa a pesquisa documentada pelo historiador.” (PORTELLI, 2017, pág. 182). Resumidamente, a utilização da história oral neste trabalho mostra-se como uma forma bastante adequada para se alcançar uma abordagem qualitativa de investigação numa pesquisa envolvendo histórias de vida, e tendo como uma de suas fontes os relatos orais.

Além disso, ao usar a história oral como método na reconstituição da história de vida, o pesquisador assume a função de tentar dar sentido aos relatos orais colhidos e precisa estar atento, como explicita Queiroz (1988), ao fato de que tais depoimentos possuem um significado simbólico que os entrevistados atribuem às suas vivências. Desse modo, os narradores cruzam suas experiências individuais com o contexto social que envolve sua narrativa, fazendo com que seus relatos devam ser encarados como uma reconstrução do que foi vivido, já que, segundo Vilas Boas (2002), “lembrar não é reviver, e sim refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado” (pág. 64).

Nesse sentido, a utilização de relatos orais como forma de relatar a história vivida já era feito desde o começo do século XX por sociólogos como William Isaac Thomas (1863-1947), Florian Witold Znaniecki (1882-1958) e Franz Boas (1858-1942) (CASTRO, 1994, pág. 8). Sendo uma ferramenta de pesquisa, a história de vida constituída por relatos orais serve para que possamos entender, por meio de experiências individuais, os fenômenos sociais dos quais os indivíduos fazem parte (MELLEIRO; GUALDA, 2003). Dessa forma, por meio de relatos orais de familiares, de colegas de trabalho e de pessoas próximas, propõe-se reconstituir a história de vida e a trajetória profissional de Edmundo Sussumu Fujita.

Para atingir os objetivos propostos, este trabalho se divide em dois grandes eixos que surgem a partir da história de Fujita, e que orientam a divisão de capítulos desta pesquisa. Sumariamente, o primeiro deles consiste na análise acerca da história da carreira diplomática brasileira e como o “jovem *nissei*”

quebrou a “barreira” que existia no Itamaraty, como noticiou a Folha de São Paulo em 1974. Em seguida, o estudo sobre a vida e obra de Fujita, por meio da utilização de relatos orais, de fontes oficiais e do acervo pessoal consultado, traz a oportunidade de se apresentar e de se ampliar as reflexões acerca de sua história de vida, bem como dos fenômenos históricos que contextualizaram sua trajetória.

Desse modo, o trabalho se constitui em quatro capítulos principais, sendo o primeiro um capítulo introdutório, dedicado a apresentar um panorama geral das discussões étnico-raciais acerca da imigração japonesa no Brasil, cujo propósito é contextualizar a figura dos japoneses e seus descendentes no Brasil dentro dos debates sobre as relações étnico-raciais no pensamento social brasileiro, bem como tentar entender o próprio momento histórico da comunidade japonesa no país quando da aprovação de Fujita nos quadros funcionais do Itamaraty.

Os capítulos seguintes seguem a orientação dos eixos anteriormente mencionados, dividindo-se em capítulo 2: “O Elitismo na Casa de Rio Branco”, capítulo 3: “A quebra de Barreira no Itamaraty” e capítulo 4: “Edmundo Sussumu Fujita: vida e trajetória profissional”. Na seção 2, que se dedica ao Itamaraty, procuraremos apresentar a história da carreira diplomática brasileira desde o nascimento do MRE como órgão da administração pública de um Brasil independente, em 1822 (CHEIBUB, 1984)¹¹, até a admissão de Fujita nos exames do Itamaraty, em 1975, e tentaremos refletir quais fatores condicionaram a imagem que se criou de uma chancelaria brasileira restrita à elite branca do país.

No capítulo seguinte, sobre a barreira quebrada no Itamaraty, trataremos especificamente da aprovação de Fujita nos exames de admissão à carreira diplomática, analisando o contexto histórico da comunidade japonesa no Brasil no período pós-guerra, bem como discutindo os possíveis significados da quebra de barreira realizada por Fujita naquele ano de 1975. Em seguida, discutida a

¹¹ O trabalho de CHEIBUB (1984) é um dos principais materiais de referência para compreender o Itamaraty. Sua análise sobre o MRE é marcada por períodos de rompimento e adota como ponto de partida a Independência do Brasil em 1822. CHEIBUB, Z. B. (1984) **Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica**. Dados, Rio de Janeiro, n 28, pág. 113-131. 1985.

história da carreira diplomática brasileira e a entrada de Fujita no Itamaraty, passaremos para a apresentação, registro e análise da vida pessoal e trajetória profissional de Fujita, reconstituindo seus passos desde sua infância, passando pelo período de decisão pela carreira diplomática, bem como contextualizando sua participação como um diplomata *nikkei* dentro de uma das principais carreiras de estado no Brasil.

Resumidamente, para analisar melhor o momento em que se deu a entrada de Edmundo Fujita nos quadros do Itamaraty, pretende-se apresentar uma análise específica sobre a história da carreira diplomática no Brasil e tentar entender qual era o perfil que majoritariamente existia dentro da diplomacia brasileira. Nesse viés, acreditamos que seja relevante reconstituir uma breve história do Itamaraty, desde a sua fundação até meados da entrada de Fujita, em 1975, para compreendermos melhor o contexto da aprovação de Fujita nos exames do Instituto Rio Branco e a mudança de mentalidade e de postura do Ministério das Relações Exteriores do Brasil ao longo dos anos.

Por fim, objetiva-se registrar a história de vida do primeiro diplomata *nikkei*, traçando seus passos desde a infância até o ano de seu falecimento, em abril de 2016. A constituição da biografia do embaixador Fujita, portanto, será feita observando-se o contexto histórico que envolveu cada momento importante de sua vida, analisando-se, por exemplo, a sua formação educacional e familiar, entre outros aspectos relevantes. Assim, para o registro da história de Edmundo Fujita, pretende-se utilizar como metodologia de pesquisa, como mencionado anteriormente, o método biográfico que, por meio da análise de entrevistas, documentos pessoais e documentos oficiais que estejam relacionados ao diplomata, contribuirá na reconstituição da história vivida.

Para essa finalidade, as principais fontes de referência existentes para esta pesquisa são as seguintes: acervo pessoal do diplomata Edmundo Sussumu Fujita, disponibilizado por sua esposa, a embaixatriz Maria Ligaya Tolentino Abeleda Fujita¹²; entrevistas realizadas com a embaixatriz Ligaya,

¹² De origem filipina, Ligaya formou-se em Ciências Políticas, pela Universidade das Filipinas; obteve mestrado em Diplomacia pela Occidental College, em Los Angeles (EUA); bem como obteve doutorado em Estudos Internacionais, pela Universidade de Denver (EUA). Ainda, foi pesquisadora com bolsa de estudos da Fundação do Japão, na Universidade de Tóquio, e cursou Sociologia de Desenvolvimento na London School of Economics and Political Science, em

amigos de infância, familiares e colegas de trabalho do Ministério de Relações Exteriores¹³; entrevistas realizadas para a produção da web-série NIPOBRASILEIROS¹⁴; e, por fim, a última entrevista concedida por Fujita no ano de seu falecimento¹⁵.

O acervo pessoal de Fujita está organizado e arquivado em Brasília-DF, sob os cuidados de sua esposa Ligaya. Todos os documentos encontram-se separados por pastas, que estão dispostas em ordem cronológica e reúnem documentos pessoais, fotos, recortes de jornais e outros arquivos que o embaixador selecionou e guardou durante a sua vida, o que, segundo Monica Okamoto (2018), “nos dá uma pista de como ele desejava se constituir; direcionando, de certa forma, o sentido que deu à própria vida.” (pág. 46).

No ano de 2019, em oportunidade de visita à residência da embaixatriz Ligaya, foi possível ter acesso ao vasto material que revela momentos importantes da vida de Fujita. Alguns desses documentos estarão presentes neste trabalho e servirão como uma fonte valiosa de dados que atestam momentos de relevância na vida de Fujita, como a sua formação educacional, a escolha pela carreira diplomática, os postos em que serviu no exterior e os trabalhos que realizou durante a sua trajetória profissional.

Resumidamente, com base divisão de capítulos acima descrita e seguindo a metodologia proposta, espera-se com esta pesquisa apresentar, por meio da análise da história do Itamaraty, qual foi o perfil dos diplomatas

Londres. Profissionalmente, foi representante adjunta do Programa das Nações Unidas no Brasil (PNUD), e assessora do vice-diretor para programas populacionais do Fundo de População das Nações Unidas em Nova Iorque; bem como lecionou Ciência Política e Política Internacional na Universidade das Filipinas, em Manila.

¹³ Essas entrevistas são resultado do projeto de extensão “Arquivo de História Oral de Grupos Étnicos Minoritários”, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), do qual o autor desta dissertação fez parte durante seus estudos de graduação naquela universidade, e foram realizadas entre 2016 e 2017 pela Profa. Dra. Monica Setuyo Okamoto, com a colaboração dos alunos integrantes do projeto. Tais registros foram gentilmente cedidos pela professora Monica Setuyo Okamoto para utilização nesta pesquisa.

¹⁴ NIPOBRASILEIROS é uma web-série documental que foi resultado do projeto de extensão “Arquivo de História Oral de Grupos Étnicos Minoritários”, da UFPR, e foi lançada no ano de 2019. Seu objetivo é apresentar a história de nipo-brasileiros que foram pioneiros em suas carreiras ou que conseguiram destaque em carreiras consideradas não tradicionais dentro de seu grupo étnico. A série conta com um episódio destinado exclusivamente a contar a história de Edmundo Fujita. Disponível em: <www.nipobrasileiros.com>. Acesso em: 02 mar. 2021.

¹⁵ Edmundo Sussumu Fujita concedeu uma entrevista aos seus familiares, em sua casa, em São Paulo, no dia 6 de março de 2016. A gravação da entrevista foi disponibilizada por sua esposa Maria Ligaya Fujita para utilização no presente trabalho.

brasileiros que se constituiu anteriormente à entrada de Fujita; analisar e tentar apresentar possíveis respostas quanto ao entendimento sobre o significado da “barreira” quebrada por Fujita quando de sua aprovação nos exames do Instituto Rio Branco; mostrar que a aprovação do primeiro diplomata *nikkei* no Brasil não necessariamente atestou uma preocupação do Itamaraty em ampliar o acesso à carreira, analisando, para tanto, o contexto histórico da época; reconstituir a história pessoal e profissional de Fujita, desde a sua infância até os trabalhos que desenvolveu como embaixador; e, por fim, trabalhar com uma fonte inédita de pesquisa dentro dos estudos japoneses no Brasil.

1. BREVE PANORAMA SOBRE AS DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS ACERCA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

Inicialmente, antes de analisarmos a carreira diplomática brasileira e a história de Edmundo Sussumu Fujita, bem como os temas pertinentes à construção de um perfil dominante de diplomatas brasileiros e a aprovação de Fujita nos exames de admissão ao Ministério de Relações Exteriores do Brasil, é importante que façamos uma breve reflexão acerca da construção da imagem dos japoneses e seus descendentes no Brasil ao longo de sua história. Para tanto, é mister que se entenda qual foi o discurso construído e propagado pela sociedade brasileira acerca dos asiáticos amarelos, sobretudo os japoneses, de modo a contextualizarmos também a própria figura de Fujita como o primeiro diplomata *nikkei* no Brasil e como podemos entendê-la dentro do debate sobre as relações étnico-raciais brasileiras.

1.1 Antes da imigração

Em 18 de junho de 1908, deu-se início à imigração japonesa no Brasil com a chegada, no porto de Santos, do navio Kasato-Maru, sendo o marco temporal oficial do início de um processo de assimilação e integração dos japoneses e seus descendentes no Brasil¹⁶. Na visão de Arlinda Rocha Nogueira (1992), o processo de imigração japonesa no Brasil teve sua origem muito antes a essa data e passou por diversas discussões, enfrentando obstáculos, tanto no Brasil quanto no Japão, “impostos pela opinião pública, pela imprensa e pelos órgãos governamentais que se manifestaram muitas vezes contrários a esse movimento por razões as mais diversas” (pág. 55).

Antes de discorrer efetivamente sobre a imigração japonesa e qual era a imagem que se tinha acerca dos japoneses na sociedade brasileira, faz-se necessário contextualizar a situação política vivida pelo Brasil àquela época.

¹⁶ Ver MAEYAMA, Takashi; SAITO, Hiroshi. **Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

Após sua independência, o Brasil, tendo em vista os longos anos em que foi considerado um país atrasado, buscava firmar-se como uma nação desenvolvida no cenário internacional (SKIDMORE, 1974).

Para isso, houve então um grande esforço da elite política e intelectual brasileira em tentar encontrar uma solução para o “problema nacional brasileiro”¹⁷. Diante desse contexto, no final do século XIX, existiram importantes mudanças no cenário nacional. Em 1891, sob o comando de Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), que havia assumido a presidência provisoriamente após a Proclamação da República, foi promulgada a primeira constituição republicana.

Segundo Boris Fausto (1995), o novo regime político tinha sido recebido com desconfiança pela Europa e como dizia Ruy Barbosa (1849-1923) – ministro da Fazenda no governo Provisório – era necessário dar forma constitucional ao país para garantir o reconhecimento da República e a obtenção de créditos no exterior. A Constituição de 1891 trouxe mais autonomia para os Estados, estabeleceu a separação dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário, alterou a forma como ocorreriam os projetos de leis e instituiu o sistema presidencialista no país.

No campo das relações internacionais, a proclamação da República Brasileira não foi bem aceita pela Inglaterra, mas foi “saudada com entusiasmo na Argentina e aproximou o Brasil dos Estados Unidos.” (FAUSTO, 1995, pág. 248). Naquele período, houve um deslocamento do eixo da diplomacia brasileira de Londres para Washington e isso se tornou mais nítido quando José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912)¹⁸, o famoso Barão do Rio Branco, assumiu o Ministério das Relações Exteriores. Com a ajuda de Joaquim Nabuco (1849-1910), embaixador do Brasil em Washington à época, o Barão estabeleceu uma

¹⁷ Ver TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional**. 4.ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982b. (Temas brasileiros, 38).

¹⁸ José Maria da Silva Paranhos Júnior nasceu em 20/04/1845, no Rio de Janeiro. Filho do diplomata e político José Maria da Silva Paranhos, o Visconde de Rio Branco. Em 1888, recebeu o título de Barão do Rio Branco, concedido ao diplomata pela Princesa D. Isabel. Foi Ministro das Relações Exteriores do Brasil de 1902 a 1912.

política que aproximasse o Brasil dos Estados Unidos e que fosse capaz de legitimar o país como a primeira potência sul-americana.

Ainda, no mesmo período, aliado ao discurso de progresso e desenvolvimento presente na República Velha, o Brasil havia acabado de abolir a mão de obra escrava em seu território, de modo que se via forçado a conseguir uma nova força de trabalho que pudesse manter ativa a economia cafeeira na época. Portanto, a inserção de imigrantes no Brasil para trabalhar nas lavouras de café tornou-se tema importante e foi centro de diversos debates políticos naquela época.

Além disso, a discussão sobre a vinda de imigrantes para trabalhar nas lavouras de café foi influenciada também, além apenas da falta de mão de obra, pelo discurso de “hierarquia de raças”, bastante presente no final do século XIX, e que acabou fazendo muitos países da América Latina adotarem a ideia de “branqueamento” como forma de tentarem se tornar mais “civilizados” e “desenvolvidos” (HOBBSAWN, 1988).

Naquele contexto, a vinda de imigrantes europeus para trabalhar nas fazendas brasileiras era vista como uma solução ideal, agradando tanto os proprietários das lavouras de café, quanto a elite política que buscava o branqueamento como forma de progresso para a nação. Entretanto, alguns países europeus demonstravam-se insatisfeitos com as condições de trabalho existentes no Brasil e começaram a adotar algumas medidas que diminuíram o processo de imigração europeia. Diante disso, a introdução de imigrantes asiáticos no Brasil começou a ser percebida como uma alternativa a ser relevada, a fim de resolver o problema de mão de obra enfrentado pelos cafeicultores.

Houve, portanto, um embate político e ideológico entre aqueles que exigiam a vinda de imigrantes asiáticos para trabalhar nas lavouras de café e aqueles que defendiam a integridade racial como forma de progresso do país e que viam a raça amarela como “inassimilável”. Tais discussões serviram para que se criasse um imaginário acerca dos asiáticos, antes mesmo deles efetivamente estarem no Brasil. Nesse sentido, a presença física dos asiáticos nunca foi necessária para que a sua imagem “pairasse como um espectro

onipresente por sobre as discussões brasileiras sobre a etnicidade”. (LESSER, 2001, pág. 37).

É importante mencionar que, considerando-se a aproximação brasileira com os Estados Unidos na época, é possível perceber também certa influência norte-americana no discurso dos brasileiros acerca dos asiáticos, sobretudo aqueles provenientes do Leste Asiático. Na visão de Rogério Dezem (2005), a origem do pensamento antinipônico existente no Brasil foi fomentada por aquilo que era produzido nos Estados Unidos e foi alimentada também pelo discurso difundido a respeito dos chineses. Não havia, no final do século XIX e início do século XX, para os brasileiros, necessariamente uma distinção entre chineses e japoneses, a imagem que existia era a do “amarelo”.

Até 1908, havia, segundo Dezem, uma imigração irrestrita de japoneses para os Estados Unidos. Esse fluxo migratório tinha ganhado mais força após a Guerra Russo-Japonesa em 1905, pois, devido à crise econômica causada pelo conflito, muitos japoneses partiram para os Estados Unidos em busca de melhores condições de vida. Todavia, esse aumento de trabalhadores japoneses causou, segundo Dezem, um desconforto nos norte-americanos e entrou em cena o pensamento “antiamarelo”, semelhante ao que ocorrera contra os chineses em anos anteriores.

No entanto, o pensamento discriminatório não estava sendo construído da mesma forma com o que ocorreu com os chineses. Embora o pensamento antinipônico tivesse basicamente as mesmas consequências que o pensamento antichinês, as suas causas eram diferentes. Se por um lado o estigma do chinês era construído pelas suas características negativas, o do japonês era construído por suas qualidades positivas, pois, de acordo com o próprio governo norte-americano, “o imigrante japonês possuía qualidades: era trabalhador, calmo, inteligente, estudioso, limpo em seus hábitos, ambicioso e obediente às leis norte-americanas.” (DEZEM, 2005, pág. 184). Sendo assim, os trabalhadores japoneses eram vistos como “concorrentes” dos trabalhadores norte-americanos.

Desse modo, a ameaça japonesa, transformada em “yellow peril”, encontrava-se em seu modelo eficiente de organização aliado à proteção e supervisão do governo japonês. O imigrante japonês ao consolidar em terras norte-americanas sua imagem

“positiva” de trabalhador ambicioso, competente, eficiente, e que poderia competir em vários setores da economia da costa oeste norte-americana, acabou tendo nessas “qualidades” o seu “calcanhar de Aquiles”. Que se tornara mediante a “inversão do discurso”, elementos que contribuíram para engendrar nos anos seguintes toda uma paranóia antinipônica. (DEZEM, 2005, pág. 185)

O pensamento antinipônico havia ganhado força em território norte-americano, e o Brasil, que tanto importava ideias do exterior na época, também foi influenciado por esse pensamento. O fato é que os brasileiros nunca tinham visto, até 1908, um imigrante japonês em terras brasileiras, e a ideia que tinham sobre os asiáticos era aquela baseada na fama da experiência negativa dos chineses nos EUA e em alguns países da América do Sul, bem como pelo pensamento antinipônico norte-americano. Ainda, havia alguns poucos brasileiros, sobretudo estudiosos, militares, políticos e diplomatas, que tinham viajado ao Japão e registraram suas experiências pessoais em diversos relatórios sobre o Japão e os japoneses.

Sabe-se que, no final do século XIX, foram registrados alguns desses relatos, sendo o primeiro deles publicado em 1879, pelo militar Francisco Antônio de Almeida (1848-1928), após sua viagem ao Extremo Oriente. Outras experiências, como a do oficial naval Custódio José de Melo (1840-1902), em 1896, e do primeiro-ministro plenipotenciário do Brasil em Tóquio, Henrique Lisboa (1847-1920), em 1897, também contribuíram para que os cafeicultores brasileiros e a elite política brasileira à época formassem sua opinião acerca do povo japonês.

Ainda, é válido registrar que o conhecido diplomata admirador do Japão, Manoel de Oliveira Lima (1867-1928), não aprovava a vinda de imigrantes japoneses ao Brasil, tendo em vista que tal processo poderia causar uma maior mistura de raças no país, o que ele era abertamente contrário (FUJITA, 2016). Seu posicionamento é registrado, em 1905, durante uma palestra:

Por maior que seja minha admiração pelas extraordinárias qualidades desse povo oriental e por mais funda que seja minha simpatia pela orientação a que obedece a sua evolução patriótica, não creio que com a ausência do elemento japonês perca muito a nossa economia social. Para começar, a fusão da

gente brasileira, aviltada pelos cruzamentos inferiores provenientes da população aborígine e da população africana importada, deverá antes realizar-se com elementos da mesma raça branca. Por superior que apareça sob certos aspectos morais a gente japonesa, sua raça é diversa e introduziria fisicamente um elemento pelo menos discordante (OLIVEIRA LIMA, 1905, apud FUJITA, 2016, pág. 22).

Essa visão de Lima representa bem a imagem que alguns brasileiros tinham sobre os japoneses no final do século XIX e início do século XX. Os intelectuais e políticos brasileiros que adotavam o mesmo pensamento de Oliveira e aqueles que propagaram o pensamento antinipônico nos EUA tinham em comum o julgamento do povo japonês não necessariamente como atrasado e inferior, mas sim como um povo demasiadamente superior e de qualidades positivas, quando comparado a outros imigrantes. Nesse sentido, uma parte da elite política e intelectual brasileira tentava atribuir também qualidades negativas aos japoneses, afirmando que seria impossível haver a assimilação do imigrante japonês, tendo em vista suas diferenças étnicas e culturais.

Vale reforçar que, além da visão produzida pelos Estados Unidos, os brasileiros também eram influenciados pela representação social do Japão produzida na França. Segundo Monica Setuyo Okamoto (2016), a revista francesa “*Revue des deux mondes* foi um dos importantes meios de difusão das ideias francesas no Brasil, e conseqüentemente, fonte de informação sobre o Japão e os japoneses.” (pág. 17). Desse modo, a elite brasileira, na primeira metade do século XX, tomava como fonte de informação o conteúdo produzido pela *revue* e a usava como argumento para os debates envolvendo a imigração no Brasil (LESSER, 2001).

A visão produzida pela França sobre o Japão serviu para estabelecer alguns estereótipos étnicos, considerando a raça amarela inferior à raça branca, e para reforçar a autoimagem das potências ocidentais como superiores aos povos da Ásia (OKAMOTO, 2016). Nesse sentido, o Brasil, com a intenção de mostrar-se uma nação desenvolvida no cenário internacional, se apropriou do discurso produzido pela França a respeito do Japão e o adaptou para que fizesse o Brasil parecer um país civilizado frente à “bizarrice” do povo japonês.

Assim, a elite brasileira da época reforçava pontos positivos na sociedade brasileira em detrimento da sociedade japonesa, fazendo com que os brasileiros aparentassem ser uma civilização muito mais desenvolvida.

A solução encontrada pelos brasileiros foi, então, reforçar o tom cosmopolita, moralista e cristão; mostrar que a sociedade brasileira (naturalmente remetendo-se apenas à elite) era mais “civilizada” em seus costumes, sua cultura, seus hábitos, sua religião, no tratamento das mulheres e no comportamento ante os estrangeiros, do que a sociedade nipônica. A pose aristocrática de nossos diplomatas frisava bem esse intuito. Tirando vantagens da proximidade cultural que o Brasil sempre teve com a França e Portugal, os viajantes brasileiros a todo momento fizeram questão de frisar seu refinamento cultural, seu bom gosto e suas boas maneiras em contraste com os “costumes bizarros” e os “hábitos primitivos” dos povos asiáticos. (OKAMOTO, 2016, pág. 102).

Desse modo, embora houvesse por parte da elite brasileira a afirmação do pensamento sobre os japoneses como sendo bons, trabalhadores, inteligentes, limpos e obedientes, havia também a perpetuação de ideias negativas sobre os nipônicos. Os argumentos de não-assimilação e degeneração da nação brasileira por meio da miscigenação sustentaram a posição daqueles que eram contrários a vinda de imigrantes japoneses ao Brasil. A discussão, portanto, sobre a imigração japonesa no Brasil, do final do século XIX e início do século XX, não se limitou apenas ao discurso “antiamarelo”, mas também envolveu um grande embate ideológico sobre a identidade nacional brasileira, sendo influenciada principalmente pelos pensamentos advindos dos EUA (LESSER, 2001; DEZEM, 2005) e da França (OKAMOTO, 2016).

1.2 Com a chegada dos primeiros imigrantes japoneses

Brasil e Japão estabeleceram formalmente suas relações diplomáticas há mais de um século, quando, em Paris, no dia 5 de novembro de 1895, foi celebrado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os dois países. No entanto, apenas 12 anos depois, após as insistentes tentativas brasileiras de

trazer imigrantes japoneses e a cautelosa avaliação do Japão sobre as condições de trabalho no Brasil, Ryu Mizuno (1859-1951), membro da Companhia Imperial de Imigração do Japão, assinou, em novembro de 1907, juntamente com o então Secretário da Agricultura de São Paulo, Carlos Botelho (1855-1947), o acordo de imigração entre os dois países. (EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL, 2015).

A primeira leva de imigrantes japoneses veio para o Brasil por meio do navio de guerra russo Kasato Maru, o qual partiu do Japão no dia 28 de abril de 1908. A bordo estavam 781¹⁹ imigrantes sob contrato da Companhia Imperial de Emigração. No dia 18 de junho de 1908, após 52 dias de viagem, o Kasato Maru chegou ao porto de Santos.

Segundo Tomoo Handa (1987), quando os japoneses chegaram ao Brasil, ouviram disparos de rojões, os quais pensaram ser uma forma de comemoração dos brasileiros pela vinda desses novos imigrantes. No entanto, os rojões eram apenas parte das festas juninas que estavam sendo realizadas naquela época, como descreve Handa:

Às vésperas de São João os rojões subiam, explodindo estrondosamente. E, ainda, balões navegavam no céu. Contemplando comovidos o espetáculo os imigrantes tiveram a ilusão de que o povo brasileiro lhes estava dando as boas-vindas. (1987, pág. 4).

Logo em seguida, os imigrantes japoneses desembarcaram do navio e pisaram pela primeira vez em terras brasileiras. Para Handa, o documento que melhor descreve as primeiras impressões dos brasileiros a respeito dos japoneses foi um artigo publicado no jornal “Correio Paulistano”, em 1908:

¹⁹ Com relação ao número de membros que viajaram no Kasato Maru, há, nas referências utilizadas, pequenas variações. De acordo com Valdemar Carneiro Leão Neto (1990), havia a bordo do navio 791 imigrantes contratados e 11 autônomos. Já, segundo Tomoo Handa (1987), havia 800 imigrantes, sendo 781 imigrantes sob contrato, 10 imigrantes espontâneos e outros. Ainda, Kaizô Beltrão, Sonoe Sugahara, Maria Helena Uyeda e Claudio Seto (2008), apontam o número de 791 membros, compostos por 781 contratados e 10 membros livres. Do mesmo modo, a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (1992) registra o número de 781 japoneses contratados. Sendo assim, para esta pesquisa, adotou-se, portanto, o número de 781 imigrantes contratados, não estabelecendo número específico para possíveis autônomos.

O melhor documento existente sobre o que foi o desembarque dos primeiros imigrantes do Kasato-Maru é a reportagem feita por um jornalista do Correio Paulistano. "Que vestimenta usaria essa gente?" teria sido a indagação de curiosidade dos brasileiros, que iriam ver japoneses pela primeira vez. Anotou ele: "Estavam todos, homens e mulheres, vestidos à européia" "Elles de chapéu ou bonet, e ellas de saia e camizeta pegada à saia, apertada na cintura por um cinto, e de chapéu de senhora, um chapéu simples, o mais simples que se pode conceber, preso na cabeça por um elástico e ornado com um grampo. Os penteados fazem lembrar-nos os que temos visto em pinturas japonezas, mas sem os grampos colossaes que as mesmas pinturas nos apresentam." Desenharia o repórter, na imaginação, as figuras femininas do ukiyoê. [...] Esta primeira leva de imigrantes japonezes entrou em nossa terra com bandeiras brasileiras de seda, feitas no Japão, e trazidas de propósito para nos serem amáveis. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável." (Pode-se imaginar a emoção do repórter diante da visão de bandeiras brasileiras feitas com seda oriental.). (HANDA, 1987, pág. 5)

Naquele período, os brasileiros estavam acostumados com os imigrantes do sul da Europa, que vinham sujos e cansados, e, por isso, quando viram os homens e as mulheres japonesas, espantaram-se e admiraram-se com as vestimentas limpas e novas que aqueles imigrantes usavam na ocasião. O primeiro contato, portanto, com os japoneses recém-chegados, pode ser considerado como positivo, pelo menos em relação à aparência daqueles imigrantes.

As expectativas dos imigrantes japoneses eram de que eles iriam encontrar no Brasil chances de enriquecimento rápido e uma qualidade de vida melhor. Essa era a política adotada pelo governo do Japão desde a Restauração Meiji, em 1868, e também era o que as companhias de imigração propagavam na época. Todavia, no Brasil, grandes foram as desilusões dos primeiros imigrantes japoneses, como aponta Leão Neto (1990):

Essas frustrações, seguramente agravadas pelo violento choque cultural, levaram os primeiros colonos a reações que embora variáveis na sua forma de expressão acabaram por traduzir-se num elevado índice de abandono das fazendas antes de concluído o prazo contratual. Protestos, situações de tensão ou fugas na calada da noite marcaram essas primeiras levas, obrigando mesmo a Legação do Japão no Brasil a enviar um de

seus funcionários a uma das fazendas com o objetivo de apaziguar os ânimos. (pág. 28)

Esse momento inicial da imigração também apresentou um novo argumento na construção da imagem que os brasileiros tinham sobre os japoneses, tendo em vista que, a partir daquele momento, passou a existir uma experiência prática de convivência com o povo japonês. Nessa primeira fase, considerada como experimental, o governo brasileiro ainda tinha “esperança de que o japonês se fixasse nas fazendas; e a expectativa de que o Japão viesse a oferecer novo mercado para o café brasileiro” (LEÃO NETO, 1990, pág. 27). Nesse sentido, do início da imigração até meados da década de 1920, houve bastante instabilidade no fluxo migratório, como se verifica na tabela a seguir.

Tabela 1 – Fluxo migratório entre 1908 e 1925

ANOS	IMIGRANTES JAPONESES (1908 A 1925)
1908	830
1909	31
1910	948
1911	28
1912	2.909
1913	7.122
1914	3.676
1915	65
1916	165
1917	3.899
1918	5.599
1919	3.022
1920	1.013
1921	840
1922	1.225
1923	895
1924	2.673
1925	6.330

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1951.

Entre os anos de 1913 a 1916 é possível perceber uma queda no número de imigrantes japoneses. Esse fato deve-se, inicialmente, a desilusão experienciada tanto pelos cafeicultores, quanto pelos trabalhadores japoneses, “o que levou o governo brasileiro a suspender a subvenção em 1913, diminuindo assim o fluxo imigratório de japoneses em nosso país” (OKAMOTO, 2016, pág. 160). Em 1915, ano em que se registrou o número de apenas 65 imigrantes japoneses, o governo brasileiro limitava as relações com o Japão, ante a propagação da ideia do “perigo amarelo” na América do Sul.

Outro fator que influenciou esse período de instabilidade foi o fato de que a imigração japonesa era aproveitada de acordo com o número de imigrantes europeus que vinham ao Brasil. Ou seja, o incentivo ao aumento de mão de obra japonesa nas lavouras de café era promovido principalmente para preencher as lacunas que eram deixadas pela diminuição no fluxo de imigração europeia, tendo em vista que os imigrantes de raça amarela eram tratados como uma segunda opção e aceitos como substitutos (NOGUEIRA, 1984).

De forma geral, as experiências de trabalho nas fazendas de café durante esses anos iniciais da imigração resultaram em alguns posicionamentos contrários a vinda de japoneses ao Brasil. Assim, a existência de alguns relatos sobre as dificuldades de integração desses imigrantes e a instabilidade no fluxo imigratório reascendiam o debate sobre o tema e preocupavam a Legação Japonesa do Brasil à época.

O discurso eugenista era incentivado pela elite política e intelectual brasileira e, em 1920, o então Deputado Estadual Fidélis Reis (1880-1962), em discurso no Congresso Legislativo de Minas Gerais, pronunciou-se nesse sentido. Fidélis mostrava profunda preocupação caso houvesse no Brasil o cruzamento de raças com o povo japonês que, segundo ele, geraria um “mal irremediável”: o mestiço. Anos mais tarde, em 1923, Fidélis Reis, que havia se tornado Deputado Federal, apresentou um projeto de lei que visava coibir a introdução de “elementos étnicos inassimiláveis ou prejudicialmente assimiláveis” (LEÃO NETO, 1990).

O projeto de lei apresentado por Fidélis visava a proibição completa da entrada de colonos negros no Brasil e limitava a entrada de imigrantes asiáticos

em fração correspondente a 5% anualmente. A visão sustentada pelo Deputado Federal buscava evitar o aumento da miscigenação no Brasil e considerava a raça amarela inassimilável “pelo sangue, pela língua, pelos costumes, pela religião, constituindo quiçá um perigo futuro, como o da Califórnia para os Estados Unidos”²⁰. Tal posicionamento revelava a adoção da imagem que existia nos EUA, com a perpetuação da ideia do “perigo amarelo” sobre os japoneses, mas também era fundamentada pelas teorias raciais europeias, sobretudo advindas da França, como pode ser percebido no texto de Fidélis apresentado à Câmara Legislativa:

Não queremos, Senhor Presidente, nem é nosso desejo, abrir aqui um debate sobre a controvertida questão da superioridade ou inferioridade das raças, embora com Gobineau propensos a admitir a influência decisiva e incontestável do sangue ariano, ou antes, do louro dolicocefalo de Lapouge e Huzley em todos os progressos da civilização. Baste-nos o erro que consistiu na introdução do preto. Não reincidamos em igual erro com o amarelo.²¹

É importante mencionar, nesse sentido, que o conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), mencionado no discurso de Fidélis, foi um intelectual francês que influenciou durante muito tempo o modo de pensar da elite brasileira. O Brasil sofreu a influência dos escritos de Gobineau desde a sua primeira vinda ao país, quando atuou como Ministro Plenipotenciário da Legação francesa, em 1869, até durante as discussões acerca das cotas de imigração na Assembleia Nacional Constituinte de 1933/1934. A visão de Gobineau, assim como a de outros pensadores franceses, como Gustave Le Bon (1841-1931), Georges Lapouge (1854-1936) e Pierre Denis (1883-1951), foi bastante citada por políticos brasileiros nos debates sobre a imigração japonesa no Brasil.

Por outro lado, a partir das primeiras experiências com trabalhadores japoneses em São Paulo, havia também políticos brasileiros que procuravam apresentar pontos positivos na introdução de imigrantes japoneses no Brasil. Para o político Waldir Niemeyer (1925), os japoneses não representavam

²⁰ REIS, Fidélis; FÁRIA, João de. **O problema imigratório e seus aspectos étnicos na Câmara e fora da Câmara**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1924.

²¹ Ibid., pág. 35-36.

nenhum tipo de perturbação como classe trabalhadora, com sua concorrência desleal, ao contrário do que alegavam aqueles que se utilizavam dos exemplos de experiência norte-americana. Segundo ele, o Brasil não deveria se utilizar de experiências vividas nos Estados Unidos, mas sim encarar sua própria realidade, e também deveria incentivar a imigração japonesa, pois esta poderia trazer para o Brasil grandes vantagens nas relações comerciais com o “poderoso império asiático” (OKAMOTO, 2016).

1.3 A década de 1930 e a crise das cotas

Com a Revolução de 1930, existiram, no Brasil, mudanças significativas no campo político e no campo econômico, o que conseqüentemente gerou reflexos no plano da imigração (LEÃO NETO, 1990). Resumidamente, eliminaram-se os regionalismos e o poder passou a ser concentrado na esfera federal, de modo que os estados acabaram perdendo sua autonomia e tiveram que aceitar as determinações impostas pelo movimento centralizador. Por meio da publicação do Decreto nº 19.482, de 1930, e do Decreto nº 20.291, de 1931, o governo brasileiro alterou as condições de acesso dos imigrantes ao país e regulamentou algumas normas trabalhistas no sentido de conter a entrada de estrangeiros em seu território, bem como organizar a relação de trabalho destes com os trabalhadores nacionais.

Especificamente, a imigração japonesa no Brasil, apesar dos inúmeros debates que gerava, vinha ocorrendo sem grandes desavenças até os primeiros anos da década de 1930, e o relacionamento entre o Brasil e o Japão se desenvolveu em termos harmoniosos até aquele período (FUJITA, 2016). Tanto é verdade que foram frequentes as mensagens positivas de autoridades japonesas acerca da imigração no Brasil. Em 1931, em duas ocasiões, a primeira com o embaixador Hippolyto Alves d’Araújo (1869-1946), e em seguida com o embaixador Gurgel do Amaral (1874-1961), o Imperador Hirohito (1901-1989) manifestou grande apreço pelo tratamento amistoso dado pelo Brasil aos imigrantes japoneses.

Naquele contexto, o Brasil chegou a receber nos anos 1932, 1933 e 1934, os números de 11.678, 24.494 e 21.930 imigrantes japoneses, respectivamente, números esses que não permitiam antecipar a chegada da crise que estava por vir após a implantação da política de cotas pelos constituintes brasileiros. De maneira geral, a comunidade japonesa havia se estabelecido no Brasil em números superiores aos existentes nos Estados Unidos e, por estarem majoritariamente concentrados no Estado de São Paulo, já representavam uma grande parte da força de trabalho da produção agrícola paulista.

Entretanto, uma possível integração da população japonesa à sociedade brasileira acabava esbarrando na sua forma de viver em colônias. Essas concentrações nucleares reproduziam o conceito da palavra japonesa *mura* (aldeia) e eram a forma de convivência que a comunidade japonesa adotou dentro de um ambiente social e cultural completamente distinto. Os japoneses “chamaram de “colônia” essas concentrações nucleares. Foi uma reprodução de organização de vila do Japão, surgindo, quase que por geração espontânea, por adesão de semelhantes”. (MIYAO, 2002, pág. 9).

Os imigrantes japoneses e seus descendentes, de forma geral, conviviam isolados em grupos nessas colônias, nas quais mantinham ativas suas tradições e manifestavam sua identidade étnica e cultural de tal modo que pareciam distantes – e até intocáveis – aos olhos do restante da sociedade brasileira. De forma geral:

(...) as aldeias (ou *mura*) têm um distanciamento entre si muito relativo, pois a comunidade vizinha, possuindo os mesmos valores, as mesmas crenças e a mesma língua, pode ser vista como uma extensão da sua, ocasionando assim maior possibilidade de harmonia e comunhão cultural. Dessa forma, embora os brasileiros ocupassem o mesmo território, para os imigrantes japoneses a comunidade brasileira seria uma espécie de *mura* (aldeia) muito distante, por possuir valores, crenças e línguas diferentes. (TOMIMATSU, 2014, pág. 154)

Com base nisso, portanto, alguns políticos brasileiros questionavam o comportamento dessa comunidade, ressaltando o perigo que poderiam representar à nação brasileira, e afirmando serem os japoneses um grupo que não poderia se adaptar e nem se integrar à nossa sociedade. Foi nesse contexto

que, na Assembleia Nacional Constituinte de 1933/34, revelou-se novamente uma campanha contrária à imigração japonesa.

Sob a convocação de Getúlio Vargas (1882-1954), a Assembleia Nacional Constituinte foi organizada para “elaborar a nova Carta Magna que iria consolidar os princípios da Revolução de 30 em substituição à Política dos Governadores da República Velha” (FUJITA, 2016, pág. 36). Dos vários temas discutidos, a questão da imigração foi um dos que gerou maiores debates, colocando em evidência o argumento da necessidade da imposição de uma política de cotas, a fim de controlar o processo migratório, com vistas a reduzir a chegada de imigrantes “inassimiláveis” e, conseqüentemente, dar prosseguimento ao ideal de branqueamento da sociedade brasileira.

Na Constituinte, os delegados que mais se posicionaram no sentido de reduzir a imigração de japoneses no Brasil foram os políticos Miguel Couto (1865-1934), Artur Neiva (1880-1943) e Xavier Oliveira (1892-1953), todos com o discurso de que a nação brasileira não poderia prosperar caso não tomasse atitudes contra o “perigo amarelo”. Dentre eles, Miguel Couto era o mais influente naquele período. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, era presidente da Academia Brasileira de Medicina e membro da Academia Brasileira de Letras. Além de acreditar na hierarquia de raças, Miguel Couto era publicamente contrário à imigração japonesa, tanto pela questão racial, quanto pelo perigo do imperialismo japonês, ao qual os nipônicos mostravam-se bastante leais.

Baseado nas ideias discutidas no Congresso Brasileiro de Eugenia, de 1929²², Miguel Couto apresenta seu projeto de emenda no dia 30 de novembro de 1933, como segue: “é proibida a imigração africana ou de origem africana, e só consentida a asiática na proporção de 5 por cento, anualmente, sobre a totalidade de imigrantes dessa procedência existentes no território nacional”²³. Segundo o próprio autor da emenda, sua proposta formalizava as conclusões do

²² Sob coordenação de Miguel de Couto, foi realizado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em julho de 1929, o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, que tinha como objetivo discutir os problemas eugênicos de controle social de imigrantes, a qualidade racial das futuras gerações do povo brasileiro, entre outros temas. (OKAMOTO, 2016).

²³ BRASIL, Assembleia Nacional Constituinte, 1933-1934. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte, v. 4, pág. 492-493.

Congresso Brasileiro de Eugenia, que considerava o imigrante como “elemento étnico indesejável”, sendo necessária uma rigorosa seleção, não bastando apenas uma boa saúde e robustez muscular como valores eugênicos do indivíduo²⁴.

Outrossim, Artur Neiva, apresentou uma proposta claramente contrária a vinda de japoneses ao Brasil, argumentando sobre os riscos do imperialismo japonês e sobre a “inassimilabilidade” do imigrante japonês. Neiva alegava que o Japão representava naquela época uma ameaça ao mundo, pois havia afrontado inclusive os Estados Unidos ao se desligar da Liga das Nações e ao se apoderar da Manchúria, à mão armada. Ao mesmo tempo, ao considerar o povo japonês como inassimilável, ele assinalava:

Porém, por mais que admire os nipões, muito mais amor consagra à Pátria que se deve precaver contra uma colonização de povo de mentalidade estranha, de língua diversa, religião diferente e positivamente inassimilável até nas regiões asiáticas, onde vivem encerrados em concentração e como é sabido, ocorre com todos os povos asiáticos e o autor pode verificar em Mauritius, onde chineses, hindús e malaios vivem há mais de século separados conforme as raças, religiões e agrupamentos que absolutamente não se fundem²⁵.

Por fim, Xavier Oliveira, também fundamentado nos ideais de eugenia, argumentava que a imigração deveria ser orientada unicamente com foco na raça branca, de modo que evitasse permitir a incorporação de “rebotinhos de raças, mais ou menos, degeneradas, como algumas da Asia Oriental, além de outras, quiçá tão indesejáveis, como todas as do Oriente próximo (Asia Menor)”²⁶. Desse modo, ele colocava os asiáticos como indesejáveis e pouco assimiláveis, afirmando que o Brasil só seria uma grande nação quando melhorasse a sua raça, não sendo possível “um povo forte ser constituído de homens fracos, nem tão pouco fazer uma grande nação com uma raça inferior”²⁷.

Após intensas discussões da Constituinte, inclusive com delegados favoráveis ao Japão e à imigração japonesa, como o professor Bruno Lobo

²⁴ Ibid., pág. 492.

²⁵ Ibid., pág. 85.

²⁶ Ibid., pág. 547.

²⁷ Ibid., pág. 549.

(1884-1945), o texto constitucional foi aprovado pela Assembleia no dia 25 de maio de 1934 e promulgado com o seguinte dispositivo:

A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos. É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena²⁸.

O texto aprovado, apesar de não mencionar nenhum país específico, foi recebido pelo Japão de forma muito negativa, considerando-se que a emenda certamente atingiria a imigração japonesa. As próprias relações diplomáticas entre os dois países passaram por momentos delicados, principalmente pelo teor dos pronunciamentos dos constituintes, os quais propagavam o eugenismo da raça e atacavam o comportamento e o caráter do imigrante. A ameaça de restrição a imigração japonesa afetava, portanto, todo o conjunto da relação entre Brasil e Japão, pois a corrente imigratória era a essência dessa relação. (LEÃO NETO, 1990).

Com isso, o fluxo migratório japonês também sofreu consequências nos anos seguintes à promulgação da Constituição de 34, ao mesmo tempo em que a imagem acerca dos japoneses também foi afetada. O Império japonês representava perigo no contexto internacional e o imigrante japonês que aqui vivia era visto por alguns membros da política brasileira como uma possível extensão desse império, causando certo temor entre as autoridades brasileiras. No final da década de 1930, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as colônias japonesas no Brasil – assim como a de outros estrangeiros – sofreram severas repressões por parte do governo brasileiro.

²⁸ BRASIL, Constituição (1934) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 26 ago. 2021

1.4 Durante a Segunda Guerra Mundial

No contexto que envolveu o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), alguns acontecimentos no cenário internacional influenciaram muitas medidas adotadas pelo governo de Getúlio Vargas no território brasileiro. Na medida em que a tensão existente na Europa aumentava, os Estados Unidos buscavam melhorar as relações com os países do continente americano, tornando-os seus aliados em caso de um possível confronto armado. Do mesmo modo, a despeito de sua inclinação pelo nacionalismo, Vargas passou estreitar sua relação com o governo norte-americano, de modo que buscava reforçar os laços comerciais e diplomáticos com aquele país.

Diante disso, o governo brasileiro, influenciando pelas ações tomadas pelos EUA, implementou uma série de medidas contra os cidadãos do Eixo²⁹ que viviam no Brasil. Em 1938, por exemplo, foi proibido completamente o ensino em línguas estrangeiras no Brasil, atingindo também as escolas de língua japonesa. Ainda, a imprensa em língua estrangeira foi bastante reprimida, “o que provocou caos no seio da comunidade japonesa onde a grande maioria não sabia ler outra língua senão o japonês”. (NINOMIYA, 2016). O clima de insegurança passou a aumentar no país e os povos provenientes de países do Eixo começaram a ser vistos como inimigos, como descreve Tomoo Handa (1987):

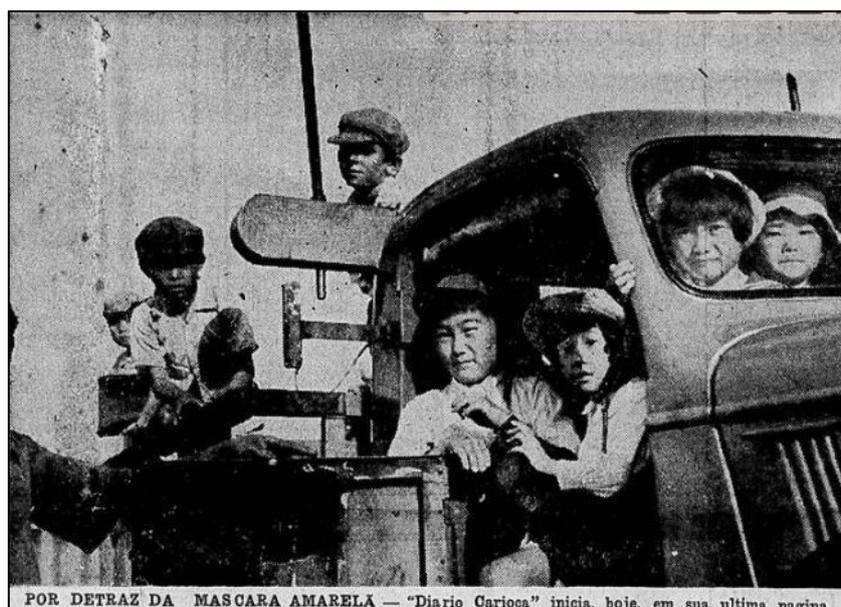
Conforme o relatório do núcleo Três Barras, do norte do Paraná, "as pessoas que estavam cantando uma marcha patriótica para comemorar a vitória numa partida de beisebol, num caminhão, quando entraram na cidade foram acusados de agitadores e multados em 90 mil-réis"; "quando uma pessoa estava lendo um jornal japonês na rua, um agente brasileiro antinipônico arrancou-o subitamente de suas mãos"; "ficava proibido imprimir caracteres japoneses em calendários comerciais"; "proibiram-se agrupamentos com mais de cinco pessoas"; "o ensino da língua japonesa ficou totalmente proibido"; "até os camaradas tinham uma atitude superior, dizendo: vocês, estrangeiros..." (pág. 629).

²⁹ Durante a Segunda Guerra Mundial, os denominados países do Eixo eram a Alemanha, a Itália e o Japão. Por outro lado, Estados Unidos, Inglaterra, França e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) formavam o grupo denominado Aliados.

Com a comunicação oficial do início da guerra entre Japão e Estados Unidos, em 1941, a situação dos imigrantes japoneses no Brasil começou a ficar mais delicada e as relações diplomáticas entre Brasil e Japão encaminhavam-se para uma ruptura. O comunicado oficial desse rompimento aconteceu no dia 28 de janeiro de 1942, e com ele deu-se início a um período considerado de lacuna na história da imigração japonesa no Brasil (NINOMIYA, 2016), que só seria retomada novamente a partir da década de 1950. Com o Japão oficialmente em guerra com os Aliados, a imagem do inimigo era refletida nos imigrantes japoneses e seus descendentes.

Acerca disso, é importante registrar o papel da imprensa brasileira na propagação dessa imagem. Como visto anteriormente, já havia no pensamento de alguns políticos brasileiros a propagação da ideia do povo japonês como uma ameaça e uma raça considerada inferior. Em 1942, o jornal *Diário Carioca* publicou uma matéria com o título “A Sombra de Pearl Harbour sobre os Destinos de Registro. O Gravíssimo Problema da Infiltração Nipônica no Litoral de São Paulo”. A reportagem alertava sobre o perigo que a presença de japoneses em regiões litorâneas representava para a segurança nacional, reforçando as ideias do “perigo amarelo”, que foram bastante difundidas anteriormente no Brasil.

Figura 1 - Por detrás da máscara amarela

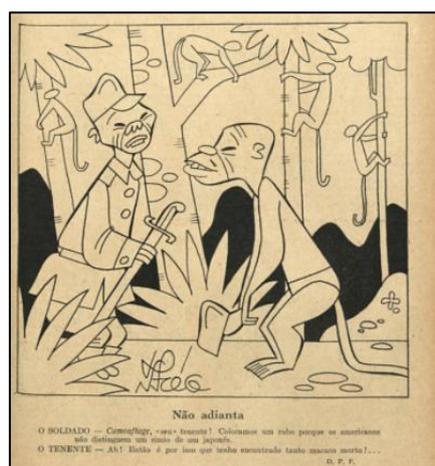


Fonte: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 28 fev. 1942, n. 4.203, pág. 1; 13; 16. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_03/9310. Acesso em: 06 ago. 2021.

Em outra matéria daquele mesmo ano (FIGURA 1), o Diário Carioca dirigia suas preocupações diretamente aos descendentes de japoneses que viviam no litoral de São Paulo. A reportagem do jornal estampava uma foto dos filhos dos imigrantes japoneses dizendo que aquela era “a cara dos *nisseis*”, e afirmava que “os filhos dos japoneses, embora nascidos no Brasil, só têm de brasileiros a certidão de idade, pertencendo de corpo e alma ao Japão”. Desse modo, os japoneses e seus descendentes no Brasil eram sempre vistos com desconfiança e, por conta disso, considerados suspeitos antecipadamente. “E ser filho de japoneses – ainda que nascido no Brasil – era o mesmo que ser japonês e, conseqüentemente, igualmente digno de suspeita.” (FERREIRA, 2016, pág. 105).

No contexto da Segunda Guerra Mundial, portanto, a imagem negativa dos japoneses foi reforçada ainda mais no Brasil, sendo legitimada junto à opinião pública por meio da imprensa. A mídia brasileira também se utilizou, nesse sentido, de caricaturas e charges, veiculadas em periódicos, como o “Caretá”, e que exaltavam os estereótipos atribuídos aos nipônicos. Assim, “o uso da iconografia como ferramenta de denúncia foi incorporado também pela literatura antinipônica, que circulou no período do conflito mundial” (TAKEUCHI, 2008, pág. 179).

Figura 2 – “Não adianta”



Legenda: **O SOLDADO**: – Camouflage “seu” tenente! Colocamos um rabo porque os americanos não distinguem um símio de um japonês. **O TENENTE**: – Ah! Então é por isso que tenho encontrado tanto macaco morto!...

Fonte: Careta. Rio de Janeiro, 28 out. 1944. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/78189>. Acesso em: 06 ago. 2021.

Na charge “Não Adianta” (FIGURA 2), é exibido um diálogo entre dois militares japoneses, no qual eles discutem sua técnica de camuflagem. Ambos são caracterizados com traços simiescos e um deles afirma ao seu tenente que colocou um rabo na sua vestimenta para poder confundir os soldados norte-americanos, tendo em vista que os seus inimigos não sabem fazer distinção entre um símio e um japonês. A charge, nesse sentido, além de contextualizar um momento de guerra, faz clara menção, de forma bastante pejorativa, às características físicas dos japoneses.

Essa associação dos japoneses à imagem dos símios era bastante difundida no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, havendo inclusive relatos de imigrantes que eram insultados nas ruas, sendo chamados de “cara de macaco” (TAKEUCHI, 2008). Essa imagem ridicularizada e inferiorizada descrita na charge transpunha o texto dos jornais e acabava atingindo os seus leitores, “que passavam a associar esse perfil estereotipado aos nipônicos e aos seus descendentes em geral, indivíduos que encontravam no seu cotidiano” (pág. 181).

Com o final da guerra se aproximando, os jornais brasileiros noticiavam as tentativas dos Estados Unidos de conseguir uma “rendição incondicional” do Japão, nos termos da Declaração de Potsdam (HANDA, 1987). A falta de acesso a jornais japoneses e a tensão vivida pelos imigrantes japoneses aumentava as expectativas sobre o desfecho do confronto. Assim, quando o confronto oficialmente terminou, após a rendição do Japão, ainda havia aqueles, dentro da comunidade japonesa no Brasil, que não acreditavam que o Japão tivesse se rendido:

No Diário de São Paulo dessa data havia a matéria de um repórter que fazia entrevistas nos hotéis e lojas comerciais próximas à cidade. Segundo o artigo, a maioria dos japoneses respondia: “Não sei de nada”, até que um finalmente afirmou: — Imagine se o Japão se rendeu. Isto é absolutamente impossível. E então o repórter perguntou: — Mas como, se a rádio de Tóquio transmitiu isso? — Hoje em dia, há transmissões americanas perfeitas em japonês. Não se pode confiar nelas. — Você não acredita nem na mensagem do imperador? — Não é possível que tenha havido uma mensagem do imperador. Não pode haver erro naquilo que o imperador começa. (HANDA, 1987, pág. 643).

Dentro desse clima de incertezas, uma nova “guerra” viria encontrar espaço dentro da comunidade japonesa: o confronto entre *Kachigumi* e *Makegumi*³⁰. Para os *Kachigumi*, aqueles que acreditavam na derrota do Japão estavam cometendo um crime contra o Imperador e que, por isso, mereciam a morte (NINOMIYA, 2016). Esse grupo, portanto, não acreditava que o Japão havia sido derrotado numa guerra e se organizava para disseminar uma propaganda intensa sobre a grande vitória japonesa. Boa parte dos *Kachigumi* também integrou o grupo ultranacionalista *Shindô Renmei*³¹ e contribuíram para a disseminação de notícias falsas sobre o desfecho da guerra, em meio a um período de grande falta de informações imposta pelo fechamento dos jornais de língua japonesa, como explica Lesser (2001):

Em meados de 1946, a propaganda da *Shindô Renmei* incluía fotos manipuladas do presidente Truman fazendo reverência para o imperador Hiroito, comunicados de “imprensa” de tropas japonesas desembarcando em São Francisco e marchando em direção a Nova York e notícias de que Getúlio Vargas iria a Tóquio assinar os documentos de rendição. [...] Os assassinatos começaram em inícios de março de 1946, quando cinco integrantes do *tokkotai* (Equipe Especial de Ataque) mataram a tiros o diretor da Cooperativa de Bastos, prosseguindo no mês seguinte, com o assassinato do ex-diretor do [jornal] *Nippak Shimbun*, que há muito atormentava as autoridades japonesas. [...] Entre março e setembro de 1946, dezesseis “esclarecidos” [*makegumis*] foram mortos [...] Trinta *makegumis* foram gravemente feridos, e centenas de outros receberam ameaças de morte trazendo a marca da *Shindô Renmei*, uma caveira com ossos em cruz. Muitos cultivadores de seda, de algodão e de hortelã tiveram suas casas e campos destruídos. (pág. 243-244).

Os crimes cometidos pela *Shindô Renmei* também contribuíram para reavivar o sentimento antinipônico à época. Na discussão sobre os dispositivos que iriam compor a Constituição de 1946, ainda era buscado valorizar a

³⁰ *Kachigumi* é a definição para o grupo dos vitoristas, ou seja, aqueles que acreditavam na vitória do Japão. Já o *Makegumi* era o grupo de imigrantes japoneses que tinha consciência de que o Japão havia se rendido.

³¹ *Shindô Renmei* (Liga do Caminho dos Súditos) foi uma organização formada por oficiais japoneses aposentados, que não acreditava na derrota do Japão na Segunda Guerra e que cometia atentados violentos contra aqueles que acreditavam nas notícias de rendição do Japão. A *Shindô Renmei* foi responsável pela morte de, pelo menos 23 pessoas, deixando feridas outras 147. (MORAIS, 2000, pág. 331).

“composição étnica da população”, com a regulamentação da entrada de estrangeiros no país, no Decreto Lei Nº 7.967, de 1945, que se baseava na ideia de “preservação de características mais convenientes da sua ascendência europeia”. Ao mesmo tempo, em meio aos atentados cometidos pelas atividades “criminosas de elementos vitoristas da *Shindô Renmei* e organizações semelhantes, crescia naturalmente o sentimento antinipônico na opinião pública brasileira” (NOGUEIRA, 1992, pág. 296). Assim, por muito pouco a imigração japonesa não foi proibida completamente quando da promulgação da Constituição de 1946.

Contudo, o fluxo migratório japonês só veio a ser retomado efetivamente a partir de 1953, contabilizando cerca de 60.000 imigrantes até o ano de 1973 (NINOMIYA, 2016). As décadas seguintes, sobretudo de 1960 e 1970, representaram um período de positivas mudanças na economia japonesa, durante o período conhecido como “milagre econômico japonês”. Tal cenário afetou também os imigrantes japoneses e seus descendentes que aqui viviam e propiciaram uma condição bastante diferente de integração para os imigrantes que viriam a chegar no Brasil durante o período pós-guerra.

De forma geral, atualmente os imigrantes japoneses e seus descendentes são percebidos como um exemplo de integração e de ascensão social, tendo alcançado essa ascensão por meio de esforço, educação e disciplina, valores muito associados à cultura japonesa. Entretanto, como vimos neste capítulo nem sempre essa imagem foi positiva, tendo a comunidade japonesa no Brasil passado por momentos bastante conturbados, como o contexto da Segunda Guerra Mundial. Além disso, durante muito tempo os japoneses foram vistos como inassimiláveis e como um perigo para a integridade da nação brasileira, de modo que foram, muitas vezes, pauta dos debates políticos envolvendo questões étnico-raciais durante quase todo o período que compreendeu a primeira metade do século XX.

2. O ELITISMO NA CASA DE RIO BRANCO

Apresentado um breve histórico das discussões étnico-raciais acerca da imigração japonesa no Brasil, desde o final do século XIX até o fim da Segunda Guerra Mundial, o presente trabalho, neste capítulo, analisará e tentará explicar qual foi o perfil de diplomatas que se construiu historicamente dentro do Itamaraty, bem como entender as ações institucionais tomadas pelo governo brasileiro e o MRE ao longo do tempo, de modo a situar e melhor entender como se deu a aprovação de Edmundo Sussumu Fujita na carreira diplomática brasileira na década de 1970.

2.1 O Brasil “civilizado” e “branco” no palco das relações exteriores

Durante a República Velha (1889-1930), a elite brasileira, composta de intelectuais, políticos e diplomatas, imprimiu grande esforço para tentar melhorar a imagem do Brasil no cenário internacional (SKIDMORE, 1974). E, para isso, foram adotados alguns posicionamentos, como por exemplo a negação à mestiçagem, o ideal de branqueamento da população e a construção de uma identidade nacional baseada na ideia de civilização proposta pela Europa.

A virada do século XIX para o século XX teve como um dos seus principais episódios a abolição da escravatura no Brasil, de modo que o debate político sobre a questão racial ganhou destaque e as discussões sobre a integração dos povos africanos e seus descendentes no Brasil caminhavam para um resultado segregativo, ao considerar o negro como uma raça inferior. Nesse contexto, o final do século XIX marcou um período em que se acreditava que, com a entrada de imigrantes europeus no Brasil, a população brasileira seria “embranquecida” e, conseqüentemente, menos degenerada (SKIDMORE, 1974; SCHWARCZ, 1993).

Desse modo, a tentativa de construir uma imagem civilizada da sociedade brasileira estava intrinsecamente ligada à questão racial. Segundo Eric Hobsbawm (1988), a humanidade foi historicamente classificada de acordo

com a raça, ou seja, perpetuou-se a ideia de que existiam raças consideradas hierarquicamente superiores a outras. E o progresso de um país era, muitas vezes, explicado pela biologia, principalmente quando se tratava de pessoas que se sentiam superiores por conta de sua raça ou etnia.

Esse ideal de branqueamento foi amplamente aceito pela elite política e intelectual do Brasil, sendo visto como a melhor forma para que o país alcançasse o desenvolvimento almejado, levando em consideração o padrão de civilização europeia, como explica Hobsbawn (1988):

Nas repúblicas da América Latina, ideólogos e políticos, inspirados nas revoluções que haviam transformado a Europa e os EUA, pensaram que o progresso de seus países dependia da "arianização" — ou seja, do "branqueamento" progressivo do povo através de casamento inter-racial (Brasil) ou de um verdadeiro repovoamento por europeus brancos importados (Argentina). Suas classes dirigentes eram, por certo, brancas — ou ao menos assim se consideravam — e os sobrenomes não ibéricos dos descendentes de europeus eram e ainda são desproporcionalmente frequentes nos integrantes de suas elites políticas. (pág. 34).

No campo da imigração, o “Brasil foi um dos países receptores dos milhões de europeus e asiáticos que vieram para as Américas em busca de oportunidade de trabalho e ascensão social” (FAUSTO, 1995, pág. 275). Entre os anos de 1887 e 1914, o país concentrou aproximadamente 2,74 milhões de imigrantes, dentre os quais se encontravam também portugueses, italianos, espanhóis e alemães.

A demanda por imigrantes europeus, além de ser explicada pela ausência de força de trabalho nas lavouras de café causada pela abolição da escravidão em 1888, pode ser atribuída também à tentativa de embranquecer a sociedade brasileira, pois os grandes agricultores paulistas, membros importantes no projeto de construção da identidade nacional, optaram pela vinda de imigrantes europeus como alternativa para mão de obra, em detrimento do trabalho da população negra (ANDREWS, 1998).

Dentro desse contexto, a imagem do Brasil no palco internacional era de uma nação atrasada, “ex-colônia e uma economia complementar da Europa, além de degenerado pela miscigenação” (OKAMOTO, 2016, pág. 18). O

cruzamento de raças, visto como causador da degeneração racial pelas potências ocidentais, gerou na elite brasileira um sentimento de inferioridade e certo descontentamento com a própria identidade.

Nesse viés, o modelo de identidade nacional proposto pela elite política e intelectual brasileira, na época, baseava-se em ideias estrangeiras, como vimos anteriormente, principalmente advindas da França, o que iniciou um processo de comparação das características da sociedade brasileira com as da Europa, com o objetivo de representar a imagem do Brasil como um país civilizado.

A condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 1983, pág. 30).

Diante desse processo de modernização, as propostas de mudança de imagem do Brasil também puderam ser percebidas mais concretamente a partir da revitalização da cidade do Rio de Janeiro, capital do país naquela época. A vida cotidiana da cidade deveria refletir as novas aspirações políticas e culturais do Brasil República e, a fim de se alcançar tais objetivos, transformações tanto na arquitetura da cidade, quanto nos costumes de parte de sua população, ocorreram durante aquela época. O objetivo era seguir o modelo de civilização do Velho Continente, “negando o passado colonial e a influência africana, a fim de causar boa imagem aos capitalistas e imigrantes europeus” (OKAMOTO, 2016, pág. 100).

O desejo de se mostrar uma capital cosmopolita, dinâmica e moderna alterou inclusive as configurações dos espaços públicos que, aos poucos, foram encontrando-se em um dilema que revelava, por um lado, o desenvolvimento pujante almejado pela elite carioca e, por outro lado, o aumento de uma população sem ocupação profissional fixa, que não conseguia encontrar sua posição dentro daquele novo Rio de Janeiro (CARVALHO, 2012). Desse modo,

inevitavelmente ocorria a “transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia quem se lhe pudesse opor” (SEVCENKO, 1983, pág. 30).

Um dos grandes projetos daquele período foi a remodelação da Avenida Central. Iniciada em 1904, e concluída após quase um ano, a reforma causou a demolição de centenas de casas, que tiveram construídos em seu lugar o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, entre outros empreendimentos que representavam o processo de modernização que o país estava buscando. Como aponta Lessa (2001), “o Brasil sentia-se o País do Futuro, a Avenida Central era a plataforma simbólica disso”. (pág. 15).

Figura 3 – Avenida Central do Rio de Janeiro em 1907



Fonte: Disponível em: <https://www.ronaud.com/arte/uma-inacreditavel-av-rio-branco-o-rio-de-janeiro-do-inicio-do-seculo-xx>. Acesso em: 18 jul. 2021.

Vivia-se um clima em que, conduzido pelas elites do início do séc. XX, como demonstra Sevcenko (1983), a cultura popular e a população mais pobre da cidade eram apagadas do movimento central da cidade, que deveria, naquele momento, lembrar o ar provinciano de Paris. Para tanto, apagou-se tudo que lembrava atraso e pobreza e, no lugar das casas que ali existiam, surgiram-se

elegantes prédios, notoriamente influenciados pela arquitetura europeia. A inauguração da Avenida Central, atualmente conhecida como Avenida Rio Branco, serviu para mostrar ao mundo que o Brasil era um país civilizado, contribuindo para transformar a cidade no principal cartão-postal da República. “Entrou-se de cheio no espírito francês da belle époque, que teve seu auge na primeira década do século”. (CARVALHO, 2012, pág. 40).

Naquele período, a sede do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, também foi símbolo do avanço e sofisticação buscados pela elite carioca. Com a assunção de Rio Branco na pasta de relações exteriores, em 1902, o Palácio tornou-se um dos principais espaços de sociabilidade da elite carioca no início da República e foi parte importante do processo civilizador que existia no Brasil. Tudo que era necessário ao Itamaraty, desde o papel timbrado a itens de decoração, era importado da Europa, e a própria arquitetura do Ministério foi projetada para apresentar um aspecto palaciano de chancelaria (VASCONCELLOS, 1954).

Figura 4 – Jardim interno do Palácio do Itamaraty no início do século XX



Fonte: Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/equipe/57-institucional/76-palacio-do-itamaraty>. Acesso em: 18 jul. 2021.

O Palácio do Itamaraty era a casa da diplomacia brasileira. Lá aconteciam os principais eventos do Estado Brasileiro, com o recebimento de chefes de Estado de países estrangeiros e com a realização de reuniões com as principais figuras da política brasileira. “Este ambiente dedicado à ‘representação social’ do Estado brasileiro é onde seus agentes incorporam, expõem e dão sentido aos seus princípios de visão e divisão do mundo” (GOBO, 2016, pág. 46). Era, portanto, também no Palácio do Itamaraty, sede do serviço exterior brasileiro, que a elite política e intelectual brasileira tentava mostrar, no âmbito das relações políticas e internacionais, que o Brasil acompanhava o processo de modernização e o modelo de civilização propostos pela Europa.

Sendo assim, o processo civilizador almejado pela elite Brasileira no início do século XX revelava-se também dentro da diplomacia brasileira. A sede do Ministério das Relações Exteriores, sendo também um campo de representação do Brasil, possuía uma função de grande importância em firmar uma imagem positiva do país ao restante do mundo. O prestígio e o ar de sofisticação existentes na arquitetura do Palácio do Itamaraty eram também estendidos aos agentes da política externa brasileira. Esse campo de representação do Brasil, portanto, também evidenciava o caráter distinto e prestigioso dos integrantes da diplomacia brasileira.

2.2 Os primórdios da carreira diplomática brasileira

Os esforços para fazer o Brasil um modelo de modernização e civilização também puderam ser percebidos no âmbito do serviço exterior brasileiro. Como se sabe, o Itamaraty é um dos órgãos mais tradicionais do Poder Executivo Federal e a carreira de diplomata uma das mais prestigiadas dentro do serviço público. Grandes nomes já passaram pela diplomacia brasileira, tais como Aluísio Azevedo, Osvaldo Aranha, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e João Guimarães Rosa. Poucas são as instituições públicas, não apenas no Brasil, que podem orgulhar-se de reunir nomes como esses (LAFER, 2002).

Historicamente, a diplomacia brasileira é conhecida por atuar de forma pacífica, auxiliando a manter a boa relação com outros países, principalmente aqueles com os quais faz fronteira. Desde o século XIX, o Brasil não participa de nenhum conflito bélico com seus países vizinhos e as dimensões territoriais do país foram estruturadas por meio de diversas negociações, que evitaram possíveis ressentimentos regionais ou pendências desgastantes. (PIMENTEL, 2013). Essa relação harmoniosa se deve, além de outros fatores, à atuação de agentes que representam o país internacionalmente: os diplomatas. São eles os responsáveis por negociar e representar o estado brasileiro frente a outras nações, bem como defender os interesses do Brasil externamente.

Os diplomatas brasileiros, dentro da organização administrativa do país, fazem parte do Ministério das Relações Exteriores, organismo este que originalmente nasceu com o nome de Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, criado por Dom João VI (1767-1826). Portanto, o MRE representa a existência da soberania e a condição do Brasil com um país independente, “vale dizer, é uma instituição vinculada – para falar *arendtianamente*, ao ato de fundação da comunidade política.” (LAFER, 2018, pág. 152). Desse modo, não é de se espantar o fato de que o Itamaraty sempre possuiu, em sua força de trabalho, grandes nomes da elite política e intelectual do país.

Atualmente, o ingresso na carreira diplomática acontece por meio de concurso público, conhecido como Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD). Entretanto, a nomeação ao cargo de diplomata nem sempre esteve condicionada à realização de provas. Antes da implantação de exames de seleção em 1934, diversas foram as formas de recrutamento existentes no órgão, e a maioria delas tinha em comum os mesmos requisitos: a exigência de notórios conhecimentos em história, direito e geografia política, bem como o conhecimento em línguas estrangeiras, especialmente o inglês e o francês.

Para poder entender melhor as mudanças no processo de recrutamento à carreira diplomática, é importante marcar algumas limitações na história do desenvolvimento institucional da diplomacia brasileira. Nesse sentido, o processo histórico da carreira diplomática pode ter como marco inicial o ano de 1822, tendo em vista que podemos considerar aquele ano como o surgimento

oficial do MRE como órgão integrante da administração pública de um Brasil independente. (CHEIBUB, 1984). É, portanto, a partir da Independência do Brasil, em 1822, que analisaremos a história da carreira diplomática brasileira.

Num contexto de necessidade de reconhecimento internacional de sua independência nacional, o Brasil buscava reforçar sua política exterior. Para isso, o modelo monárquico de governo teve grande influência no corpo diplomático brasileiro, que se mostrava muito maior e mais numeroso que o restante dos outros países da América Latina. Sendo o Brasil sede de uma monarquia europeia entre 1808 e 1821, procurou-se preservar nos anos seguintes à Independência os padrões da monarquia familiar em vários aspectos, o que também se aplicava à diplomacia. Nesse sentido, “o imperador emulava as cortes europeias e proclamava a importância do Brasil mantendo um corpo diplomático numeroso”. (SECKINGER, 1978, pág. 121).

Resumidamente, durante os anos do Império (1822-1889), o quadro diplomático brasileiro era composto principalmente por membros da elite aristocrática, sem que fosse orientado, necessariamente, pela contratação de uma mão-de-obra especializada. “A carreira não era autônoma, e, como todos os postos públicos, preenchida por indicação. Funcionava como guarda-cadeiras para posições mais relevantes na política.” (ALONSO, 2007, pág. 60-61). Havia, portanto, na política externa brasileira uma reprodução do que ocorria no restante da burocracia estatal do país, onde ainda se sustentava o patrimonialismo.

A ausência de distinção entre os limites público e privado proporcionava também na chancelaria brasileira a oportunidade de que se delegassem funções e cargos a membros de grandes famílias aristocráticas. Havia o costume de que a escolha dos funcionários priorizasse homens ligados a famílias que estivessem mais próximas dos negócios do Estado. Desse modo, como mostra Cheibub (1984), os cônsules não recebiam necessariamente um salário fixo, mas o pagamento pelos seus serviços era feito por meio da distribuição da renda auferida pelo consulado em que trabalhavam. “Os cargos eram tratados quase como uma espécie de prebenda que cabia ao Estado distribuir”. (pág. 117).

Por outro lado, os conhecimentos inerentes à função de representante diplomático do país exigiam do candidato conhecimentos de mundo normalmente mais facilmente acessados pela elite política e intelectual do país do que quaisquer outros grupos da sociedade brasileira. Como aponta Belém Lopes (2011), era muito difícil se alcançar uma seleção objetiva e impessoal por meio de critérios aristocráticos:

(...) tais como a origem familiar, o círculo de convivas, as viagens acumuladas aos países do “velho continente” ou, mais importante, o acesso a determinadas fontes de conhecimento (as universidades na Europa, os cursos jurídicos, as publicações literárias influentes no hemisfério Norte) e o domínio de técnicas diplomáticas específicas (a competência em idiomas estrangeiros, a capacidade de emular a etiqueta europeia). (2011, pág. 4)

A nomeação para a carreira, portanto, exigia, além do capital cultural, que o interessado possuísse também um capital social, atestando o que Pierre Bourdieu (1989) conceitualiza como poder simbólico. Nesse viés, os diplomatas eram recrutados de acordo com sua origem familiar e as relações sociais que detinham. “É possível portanto dizer que a forma de recrutamento obedecia a um padrão tradicional baseado num recrutamento personalista, inclusive nos anos do Barão do Rio Branco (1902-1912)” (GOBO, 2013, pág. 8).

Além disso, durante o Império e a Primeira República (1889-1930), o Itamaraty também avaliava seus candidatos com base em alguns outros critérios, que não somente o de capital cultural e social, como por exemplo a cor da pele e a aparência física (GOBO, 2018). A escolha de diplomatas baseada no critério de aparência física era sustentada principalmente na ideia de tentar provar que o Brasil era um país civilizado e europeizado, pois, “por longo tempo, a nação brasileira sofreu com essa imagem de povo degenerado pela mestiçagem” (OKAMOTO, 2016, pág. 139). Dessa forma, os representantes da diplomacia precisavam exibir também uma “boa aparência”, principalmente associada aos padrões europeus.

Figura 5 – Corpo diplomático brasileiro em Londres



Legenda: Da esquerda para a direita: Graça Aranha, Sylvino Gurgel do Amaral, Joaquim Nabuco, Domício da Gama e Oliveira Lima.

Fonte: Kosmos, Rio de Janeiro, n. 3, mar. 1904.

Na imagem acima (FIGURA 5), na qual estão reunidos alguns diplomatas brasileiros do início do século XX, podemos notar certo padrão na aparência física daqueles homens. Os agentes do Itamaraty representavam pessoas pertencentes a uma nação civilizada e desenvolvida, sob a ótica ocidental, pois suas características negavam qualquer traço de degeneração que possa ter sido causada pelo “problema” da mestiçagem na sociedade brasileira. Portanto, além do refinamento, elegância e educação associados aos padrões europeus, por muito tempo os membros da carreira diplomática exibiram um tipo físico predominantemente comum: brancos, altos e vigorosos (LIMA, 1937; AMARAL, 1947; GOUVÊA, 1976; ALONSO, 2007; AZAMBUJA, 2011; OKAMOTO, 2016; GOBO, 2018).

Nesse viés, a seletividade para a carreira diplomática estava ligada principalmente aos interesses da elite política e intelectual do Brasil. A associação aos padrões europeus de comportamento e aparência, considerados civilizados, durante os primeiros anos da República, serviu para tentar apresentar uma imagem positiva da sociedade brasileira no contexto

internacional. E os diplomatas brasileiros, como agentes da política externa, tiveram grande importância na propagação da imagem proposta naquele período.

O Itamaraty, portanto, sendo o principal órgão de afirmação de prestígio do Brasil, também era o espelho da própria elite do país. Nas palavras do embaixador Marcos Azambuja, “a elite da elite”:

Não eram os diplomatas brasileiros parecidos entre si, como éramos também parecidos com todos os diplomatas do mundo – mas um mundo que consistia em uns quarenta países, dentre os quais talvez uma dúzia ou pouco mais que de fato contassem. Integrávamos uma elite, uma comunidade global que compartilhava estilos e práticas. Essa crême de la crême internacional se entendia em francês, a língua diplomática par excellence. Compreende-se esse tribalismo elitista. Era prático que agissem todos sob um mesmo código e que, literal e metaforicamente, falassem a mesma língua [...] O Itamaraty era então – e sobretudo – a Casa da elite. Diria mais: era o lugar que reunia a elite da elite, e sua legitimação derivava de se perceber e de ser percebida como núcleo de qualidade e excelência. (AZAMBUJA, 2011).

Portanto, sendo uma carreira que espelhava a elite brasileira, a diplomacia tornou-se um espaço pertencente aos membros da aristocracia brasileira e de famílias importantes do país. “Em resumo, durante o Império e os primeiros anos da República as variáveis para se tornar um diplomata eram: fortuna pessoal e um capital simbólico (família e capital cultural acumulado)” (GOBO, 2013, pág. 9). Esse caráter personalista no processo de seleção para o cargo de diplomata passa a ser alterado somente a partir da década de 1930, com a exigência de concurso público para ingressar na carreira; e após 1945, com a criação do Instituto Rio Branco (IRBr), órgão responsável pela seleção e formação de diplomatas brasileiros até atualmente.

2.3 Os primeiros concursos e a criação do Instituto Rio Branco

Durante a história institucional do MRE, o perfil do diplomata brasileiro foi se alterando por diversas ocasiões, principalmente devido às mudanças nas formas de seleção ao longo dos anos. Atualmente, o concurso de admissão à

carreira diplomática (CACD)³² é considerado um dos mais difíceis do país e, apesar de ter sido oficialmente implementado com essa nomenclatura somente em 1996, teve sua origem no ano de 1931³³, passando, posteriormente, em 1934, a ser organizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), um dos primeiros órgãos de governo a exigir o concurso como filtro obrigatório para o ingresso de novos profissionais.

A partir dos anos de 1930, portanto, o discurso do mérito ganhou espaço no processo de seleção à carreira, ante o estabelecimento de regras concretas de seleção, por meio de editais. A tentativa de tornar o processo seletivo mais meritocrático envolveu algumas medidas importantes, como a cobrança de provas discursivas, sem a identificação do candidato; e a retirada do recrutamento das mãos de políticos e da cúpula do MRE. Nesse sentido, o concurso público “abriu as portas do ministério à crescente classe média urbana não necessariamente vinculada com laços de sangue, compadrio e amizade à classe política dirigente.” (FARIAS, 2013, pág. 846).

No entanto, na visão de Karla Gobo (2018), mesmo com a criação de um concurso e a possível “democratização” da carreira, ainda assim os que conseguiam galgar a aprovação, em sua maioria, eram aqueles que faziam parte de um grupo restrito dentro da sociedade brasileira. Apesar das medidas tomadas para o ingresso na carreira, o conhecimento exigido no processo seletivo ainda fazia com que a mudança no perfil dos diplomatas recrutados fosse quase inexpressiva. Nas palavras de Gobo, “o objetivo de selecionar os

³² Segundo Gobo (2016), a exigência de concurso público para ingressar na carreira diplomática nos moldes que conhecemos atualmente passou a ocorrer apenas a partir da década de 1930. Entretanto, houve alguns momentos, durante a República Velha, em que existiram processos seletivos com algumas regras definidas. O primeiro foi em 1903, com o chamamento para os cargos de cônsul, secretário de legação e amanuense da Secretaria de Estado. Outro momento marcante foi em 1917, quando houve o estabelecimento de critérios mais objetivos de seleção. Apesar desses momentos, os concursos eram irregulares, de forma que mais da metade dos ingressantes na carreira acederam sem passar por tal procedimento.

³³ A partir de 1931, de acordo com Friaça (2018), foi iniciada no Ministério das Relações Exteriores a reforma de Mello Franco, empreendida pelo chanceler Afrânio de Mello Franco (1870-1943), no âmbito do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Tal reforma fez parte do processo de modernização da administração pública, que promoveu uma série de mudanças na estruturação das carreiras civis e padronizou os serviços públicos. Dentro do Itamaraty, houve a criação de um quadro único na carreira, extinguindo-se a carreira de Oficial de Secretaria e criando os corpos diplomático e consular, o que influenciou diretamente o processo de recrutamento de diplomatas.

candidatos com alto capital cultural continua inalterado, o que se altera é a queda da influência do capital social sobre o processo seletivo.” (pág. 445).

O sistema de seleção organizado pelo DASP, apesar de representar um grande avanço na forma de recrutamento para a carreira diplomática, não foi muito bem aceito por alguns membros do MRE na época, tendo em vista que aquele órgão poderia, muitas vezes não ser capaz de compreender a tradição e as características particulares do Itamaraty. Ao tentar tornar o processo de admissão à carreira mais próximo aos interesses do Ministério das Relações Exteriores, algumas propostas foram realizadas entre o período compreendido entre 1934 e 1945, ano este em que foi criado o Instituto Rio Branco.

Para minimizar um pouco das mudanças de origem social dos diplomatas recrutados naquele período, causadas pelas novas regras de recrutamento, uma das medidas adotadas foi a inclusão dos “concursos de títulos” no processo seletivo. Esse tipo de seleção ficou conhecido como “entrada pela janela”, tendo em vista que poderia preterir candidatos com o objetivo de nomear “afilhados” para a carreira (CHEIBUB, 1984). Embora durante a organização DASP o concurso de títulos não tivesse obtido muito sucesso, Oswaldo Aranha (1894-1960)³⁴, Ministro das Relações Exteriores a partir de 1938, conseguiu implantar com mais frequência essa forma de seleção no âmbito do Itamaraty, como explica Guerreiro (1992):

A administração, entretanto, inventou um concurso de títulos, primeiro no DASP e o DASP reprovou todos. Aí, na marra, o Oswaldo Aranha fez no Ministério esse concurso de títulos. Ora, um concurso de títulos para a entrada na carreira é meio difícil. Que tipos de títulos, não é? Os títulos foram publicados no Diário Oficial, as alegações de cada um etc. Foram aproveitados muitos funcionários administrativos, e pessoas que tinham, na época, influência para arranjar a nomeação. (1992, pág. 46.)

³⁴ Oswaldo Aranha foi Ministro das Relações Exteriores de 5 de março de 1938 até 23 de agosto de 1944. Um dos seus principais projetos dentro do Itamaraty, foi a reforma Oswaldo Aranha (Decreto-lei n. 791, de 14/10/1938), que, dentre outras mudanças implementadas, unificou as carreiras de Corpo Consular e Corpo Diplomático na Carreira de Diplomata, dando continuidade ao processo de unificação iniciado em 1931, na reforma de Mello Franco, quando havia sido extinta a carreira de Oficial de Secretaria.

Ainda, existia dentro do processo seletivo a realização de entrevistas que, além de terem como objetivo aferir o conhecimento e a preparação dos candidatos, serviam também para limitar o acesso de certos grupos na carreira diplomática. Segundo Gobo (2016), entre aqueles que não eram considerados “vencionados” à carreira estavam, portanto, mulheres, negros, gays e lésbicas, o que já nos exames deixava evidente o caráter distintivo e excludente da instituição”. (pág. 78). Assim, conquanto existissem medidas que pudessem diversificar e modificar a carreira, não houve tantas mudanças no grau de coesão dos diplomatas brasileiros naquela época, tendo em vista que as intervenções feitas pelo Itamaraty – como os concursos de títulos e as entrevistas – contribuíram para manter a homogeneidade dentro da carreira diplomática. (CHEIBUB, 1984).

No campo da qualificação dos diplomatas, segundo André Amado (2013), o Itamaraty propunha um avanço na profissionalização de seus quadros ao iniciar, em 1934, “a discussão de modalidades de treinamento para os cônsules de terceira classe, como se chamavam então os diplomatas iniciantes.” (pág. 31). Nesse sentido, o diplomata Jorge Latour, em 1934, iniciou o debate sobre a criação de uma escola, anexada ao MRE, que seria responsável por conduzir um curso de preparação e aperfeiçoamento dos novos diplomatas, com a intenção de tentar minimizar as diferenças entre os membros do ministério, causadas pelas novas formas de seleção implantadas.

As discussões provocadas por Latour sobre a necessidade de aperfeiçoamento dos diplomatas culminaram, em 1945, ano do centenário do Barão do Rio Branco, com a criação do Instituto Rio Branco (IRBr), por meio do Decreto Lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945. As funções do IRBr compreendiam:

O ensino e treinamento de todas as matérias de interesse para a conservação e consolidação interna da nação e da nacionalidade brasileiras e de sua expansão ou projeção no exterior, mediante o desenvolvimento de sua política externa, e das suas relações internacionais em seus diferentes aspectos (LATOURE apud CHEIBUB, 1984, pág.127).

Ainda, de acordo com o artigo primeiro do Decreto Lei que o fundou, o Instituto Rio Branco buscava formar e aperfeiçoar os funcionários do Ministério

de Relações Exteriores; preparar candidatos ao concurso de diplomata; realizar, por iniciativa própria, ou por interesse de universidades, cursos especiais; difundir conhecimentos de ordem relativos aos problemas nacionais e internacionais; e contribuir com a realização de pesquisas sobre história política e diplomática. De início, portanto, o IRBr surgiu como uma instituição de formação e aperfeiçoamento, mas, em 1946, ano seguinte da sua criação, ele assumiu a posição de uma Academia Diplomática, tornando-se também responsável pelo recrutamento de candidatos interessados em fazer parte da carreira de diplomata (CASTRO, 2009).

Nesse sentido, o ingresso para a carreira, além de acontecer por meio de um concurso de provas, realizado pelo IRBr, também passou a ocorrer por meio do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), com nomeação automática dos alunos participantes após a aprovação nos exames finais. Segundo Cheibub (1984), a implantação desse modo de seleção representava não só a existência de um monopólio do Instituto Rio Branco sobre a carreira diplomática, mas também uma “forma de reação ao recrutamento feito pelo DASP e uma maneira de manter sob o controle dos diplomatas a seleção dos novos membros da carreira”. (pág. 127).

Essa ação uniformizadora do Instituto Rio Branco, portanto, também foi uma alternativa encontrada pelo MRE em tentar minimizar a diferenciação de origem social de seus novos membros, que vinha ocorrendo em decorrência da implantação do concurso público como forma de ingresso no início da década de 1930. Nas palavras do embaixador Marcos Azambuja (2011), o Itamaraty, a partir da criação do Instituto Rio Branco, “deixou de ser uma Casa de elite por seleção aristocrática para ser também uma Casa de elite por seleção intelectual. O conceito de elite não só permaneceu como robusteceu”. Assim, a neutralização dos efeitos diversificadores, impulsionada pelas ações do MRE, atuou de maneira importante em manter os diplomatas brasileiros, àquela época, como um dos grupos mais homogêneos e articulados dentro do cenário nacional.

2.4 Mudanças no corpo diplomático brasileiro

Como visto anteriormente, as mudanças na forma de seleção implantadas a partir da década de 1930 não alteraram muito o perfil dos novos membros da carreira diplomática na época. Na realidade, as próprias intervenções do MRE sobre as formas de recrutamento acabavam por selecionar candidatos muito semelhantes ao perfil já existente na instituição (CHEIBUB, 1984).

Medidas mais efetivas de diversificação dos quadros do Itamaraty podem ser percebidas apenas a partir da redemocratização no Brasil, especificamente a partir da década de 1990, com a eliminação de provas orais; aumento de programas de ação afirmativa para afrodescendentes; estímulo a promoção de mulheres; entre outras políticas institucionais estabelecidas (GOBO, 2018).

Historicamente, a diplomacia brasileira se manteve como um grupo bastante homogêneo e distinto do restante da sociedade brasileira. Desse modo, o Itamaraty por muito tempo foi um espaço destinado à elite, predominantemente composto de homens brancos. Entretanto, é possível perceber, em alguns momentos da história do MRE, a participação na carreira – de forma não linear e quase inexpressiva – de grupos considerados minoritários na instituição, como mulheres, negros e, a partir de 1975, amarelos.

2.4.1 Mulheres no Itamaraty

Sabe-se que, com relação às mulheres, Maria José de Castro Rebello Mendes foi pioneira (1891-1936), tornando-se, em 1918, não só a primeira diplomata no Brasil, mas também sendo a primeira funcionária pública do país. Durante o período de inscrições para o processo seletivo daquele ano, a candidata à carreira diplomática fez um requerimento a Nilo Peçanha (1867-1924), chanceler do Brasil à época, solicitando o deferimento de sua inscrição

para poder realizar o certame. O chanceler, então, proferiu um despacho nos seguintes termos:

Ouvido o Sr. Dr. Consultor Jurídico, deferido, ficando autorizado o Sr. Dr. Secretario Geral a mandar fazer a respectiva inscrição. Não há, na Constituição da Republica, nenhum dispositivo que impeça ás mulheres o acesso aos cargos públicos. O Codigo Civil vigente também estabeleceu a mais completa igualdade entre o homem e a mulher, quanto ao gozo e exercicio dos direitos privados. Num dos seus artigos prevê que as mulheres possam ocupar funções de administração, quando estatue: “Considera-se sempre autorizada pelo marido a mulher que occupe cargo publico”. **Não sei se as mulheres desempenhariam com proveito a diplomacia, onde tantos atributos de discrição e competencia são exigidos** – mas que não são privilegio do homem – e se a requerente está aparelhada para disputar um lugar nesta Secretaria de Estado, e só as provas do concurso hão de dizer – mas o que não posso é restringir ou negar o seu direito, toda vez que as leis existentes não restringem nem negam. Si nas monarchias “as mulheres podem ser imperatrizes e rainhas não vejo porque nas republicas se lhes feche o ingresso aos cargos administrativos. **Melhor seria, certamente, para seu prestigio que continuassem à direção do lar**, taes são os desenganos da vida publica, mas não há como recusar a sua aspiração desde que disso careçam e fiquem provadas as suas aptidões³⁵.

O discurso de Nilo Peçanha revela não só sua opinião sobre a participação de mulheres na administração pública, mas também nos sugere que o pensamento que se tinha na elite dominante do país, sobretudo por meio de seus políticos e diplomatas, era de que cargos de estado tão importantes como de um diplomata seriam mais naturalmente desempenhados de forma efetiva por homens. Embora o chanceler não se opusesse abertamente à inscrição de Maria José de Castro Rebello Mendes, seu discurso nos mostra o desconforto que a entrada de uma mulher nos quadros do Itamaraty poderia gerar.

Maria José de Castro Rebello Mendes foi aprovada em primeiro lugar no processo seletivo e seu feito abriu portas para que outras mulheres passassem

³⁵ Grifo nosso. Despacho de Nilo Peçanha ao requerimento de inscrição de Maria José de Castro Rebello Mendes, datado em 28/8/1918. Maço pessoal de Maria José Mendes Pinheiro de Vasconcellos. Arquivo do Itamaraty. Brasília.
Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1918_02411.pdf . Acesso em: 20 ago. 2021.

a almejar entrar no serviço público no Brasil, tendo em vista que a decisão de Nilo Peçanha afirmava não haver impedimentos legais para o acesso feminino às funções administrativas do Estado. Após a aprovação da primeira mulher nos quadros do Itamaraty, mais 18 mulheres foram admitidas entre o ano de 1919 e o ano de 1938, quando o acesso a carreira diplomática foi proibido ao sexo feminino.

No ano de 1938, foi aprovada a reforma Oswaldo Aranha (Decreto-lei n. 791, de 14/10/1938), que, além de unificar as carreiras de Corpo Consular e Corpo Diplomático na carreira de Diplomata, também representou o início da proibição de mulheres de se inscreverem no processo seletivo da carreira diplomática. A reforma de Mello Franco, em 1931, já havia implantado algumas mudanças que atingiram diretamente as mulheres que faziam parte do MRE, transferindo-as para o Corpo Consular e deixando apenas os homens no Corpo Diplomático³⁶. Com a Reforma Oswaldo Aranha, portanto, as mulheres foram novamente impactadas de forma negativa, uma vez que artigo 30 do decreto dispôs objetivamente que somente candidatos do sexo masculino poderiam se inscrever no processo de seleção do Itamaraty, como bem assinala Friaça (2018):

O Decreto-lei mencionado restringiu aos indivíduos do sexo masculino o acesso à carreira. De acordo com Hahner (1990), as 12 mulheres já inscritas para o concurso de 1938 foram dispensadas de forma sumária. Matéria publicada no Jornal do Brasil de 15 de outubro de 1938, com o título “Assinada Reforma do Itamaraty – Introduzidas numerosas e importantes inovações”, tinha como primeiro subtítulo a frase: “Excluídas as mulheres dos concursos a carreira de diplomata”. (pág. 150).

A Reforma de 1938 rompeu com um possível processo de integração feminina dentro do MRE e marcou o início oficial da exclusão das mulheres na carreira diplomática. A partir daquele ano até o ano de 1954, quando foi aberta novamente a possibilidade de mulheres se inscreverem para o concurso, a

³⁶ As atividades do Corpo Diplomático, quando comparadas às do Corpo Consular, são muito mais políticas e consideradas de maior prestígio.

participação feminina na carreira ficou restrita ao que Friaça (2018) denomina como o “Grupo das 20”.

Tal grupo é composto por diplomatas pioneiras, contando com a participação de Maria José de Castro Rebello Mendes (primeira diplomata no Brasil), outras 18 mulheres aprovadas entre os anos de 1919 e 1938 e mais Maria José Monteiro de Carvalho (1907-1992)³⁷, que se juntou ao o “Grupo das 20”, em 1945, quando foi transferida para a carreira diplomática. Essas diplomatas foram as únicas representantes femininas dentro do MRE até a volta da permissão de ingressantes mulheres em 1954.

O “Grupo das 20”, apresentado por Friaça (2018), foi composto também por outro grande nome da diplomacia brasileira: Odette de Carvalho e Souza (1904-1970), a primeira mulher a se tornar embaixadora no Brasil e a primeira embaixadora de carreira do mundo³⁸. Embora possuísse 20 anos de carreira dentro do Itamaraty e tenha alcançado o cargo mais alto da carreira, Odette de Carvalho e Souza era chamada de Dona Odette, o que evidencia, uma abordagem sexista, já que, nas referências a todos os homens, seus nomes eram sempre precedidos do título hierárquico (FRIAÇA, 2018, pág. 197).

A alcunha de Dona Odette a acompanhou por toda sua vida, até mesmo durante sua trajetória como uma embaixadora, enquanto a todos os seus colegas homens que eram ministros de primeira classe se utilizava o tratamento de embaixador. O caráter excludente e preconceituoso do tratamento dado à embaixadora revelava, portanto, o pensamento dominante na instituição. E nesse contexto, sendo uma mulher diplomata, teve sua aparência física, inclusive, comentada por seu colega de profissão Manoel Pio Corrêa (1918-2013), o qual dizia que seus dotes físicos não correspondiam aos seus grandes dotes intelectuais. O diplomata ainda acrescenta que “sob esse aspecto ingrato e mesmo dolorosamente caricato abrigava-se uma inteligência clara, uma

³⁷ Maria José Monteiro de Carvalho foi designada para o cargo inicial da carreira diplomática no dia 28 de dezembro de 1945. Ela contava com 15 anos de serviço público dentro do Itamaraty, quando foi transferida do cargo de arquivista para o cargo de cônsul de terceira classe.

³⁸ Ser embaixadora, ou embaixador, de carreira significa que o(a) diplomata passou por todos os níveis do plano de carreira da diplomacia até ocupar o posto mais alto. De acordo com Friaça (2018), a própria Odette de Carvalho e Souza afirma ter sido a primeira embaixadora de carreira em todo o mundo.

grande cultura profissional, uma grande bondade e um invejável sentido de humor”. (CORRÊA, 1994, pág. 151 apud FRIAÇA, 2018, pág. 201).

Figura 6 – Encontro entre o ex-presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976) e a diplomata Odette de Carvalho e Souza em 1956



Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty. Disponível em: <https://obarao.damasio.com.br/baronesa-do-mes-odette-de-carvalho-e-souza/>. Acesso em: 02 out. 2021

Odette de Carvalho e Souza, Maria José de Castro Rebello Mendes, Maria José Monteiro de Carvalho e as demais representantes do “Grupo das 20” permaneceram como únicas mulheres no Itamaraty até o início da segunda metade do século XX. Em 1952, com a inscrição, via mandado de segurança, de uma mulher nas provas de admissão à carreira diplomática, inicia-se o processo de retomada de abertura do MRE ao público feminino. O Instituto Rio Branco³⁹, órgão responsável pelo concurso desde 1945, negava quaisquer inscrições de mulheres nos concursos vigentes. Entretanto, no ano de 1952, ante o deferimento de uma medida liminar, o IRBr se viu compelido a acatar a inscrição de uma mulher no concurso. Naquele ano, 110 candidatos se inscreveram no certame, sendo que 26 foram aprovados após os exames orais. Na lista de classificação geral, uma mulher, Maria Sandra Cordeiro de Mello (1932-1975), havia alcançado a 12^a colocação.

³⁹ Após a criação do IRBr, em 1945, houve um período que se cogitou a admissão de candidatas mulheres, o que foi rebatido com a promulgação do Decreto-Lei nº 9.202 de 26 de abril de 1946, o qual dizia que só poderiam inscrever-se no concurso brasileiros natos, do sexo masculino.

Após a aprovação nos exames, o próximo passo para que Maria Sandra Cordeiro de Mello se tornasse efetivamente diplomata seria iniciar os estudos no Curso de Preparação à Carreira Diplomática. Contudo, ela só pôde finalmente iniciar os estudos no IRBr em meados de 1953, tendo em vista que sua liminar havia sido cassada e ela ainda aguardava uma decisão final da justiça. O ano de 1953 também foi marcado por mais uma conquista feminina na luta por espaço dentro do Itamaraty: a apreciação favorável do Senado a um projeto de lei que permitia o acesso das mulheres ao IRBr.

O projeto de lei, de autoria do senador Mozart Lago (1889-1974), responsável também por auxiliar no deferimento da inscrição de Maria Sandra Cordeiro de Mello no concurso de 1952, transformou-se na Lei 2.171, promulgada em 18 de janeiro de 1954, que dizia em seu artigo 1º: “Ao ingresso na classe inicial da carreira de Diplomata são admitidos os brasileiros natos, sem distinção de sexo”⁴⁰. A partir daquele momento, portanto, “as mulheres estavam em condições de igualdade com os homens, ao menos no que dizia respeito ao direito de acesso à carreira.” (FRIAÇA, 2018, pág. 192).

2.4.2 Negros no Itamaraty

A história da população negra no Itamaraty é ainda mais complicada de se analisar. No caso das mulheres, a exclusão era mais explícita, pois existiram normas reguladoras e leis que definiam categoricamente a proibição feminina na carreira diplomática durante o século XX. Nesse sentido, a participação feminina na diplomacia brasileira é mais fácil de ser constatada, considerando-se que essa participação, ao longo da história, esteve ligada principalmente às condições legais sobre o acesso feminino à carreira diplomática.

Por outro lado, a discussão da exclusão de negros no Itamaraty não se baseia em dispositivos legais, mas sim nas exigências do processo seletivo, que o tornam quase inacessível para pessoas de baixo capital econômico e cultural e acaba por excluir uma grande parcela da população brasileira, sobretudo a

⁴⁰ Lei nº 2.171, de 18 de janeiro de 1954.

parcela não branca da população. Sendo assim, o resultado de uma participação quase soberana da população branca na história da carreira diplomática nos sugere que o padrão de funcionamento dessa instituição redundava em normas que privilegiam um determinado grupo racial, o que atesta a visão de Silvio de Almeida (2019) do racismo como parte da ordem social, não sendo “algo criado pela instituição, mas por ela reproduzido” (pág. 47).

Um dos problemas na discussão sobre a baixa participação de negros na carreira diplomática era que as denúncias de preconceito no processo seletivo sempre acabavam esbarrando na justificativa de que não havia nenhum impedimento legal que obstasse o acesso daquele grupo racial. Ou seja, o Ministério das Relações Exteriores não vedava a inscrição de ninguém baseado em sua cor ou raça, por isso se eximia de quaisquer acusações de preconceito racial. No entanto, em matéria veiculada no jornal Diário Carioca (FIGURA 7), em 1946, é possível perceber que, mesmo que não existam fontes legais, como no caso das mulheres, existem evidências que indicam discriminação racial no processo seletivo.

Figura 7 - Exclusão dos alunos de “cor” no Instituto Rio Branco

O Itamarati Repreendido — Excluem dos Alunos de Côr No Instituto Rio Branco — O Destino do DASP — Onze Milhões de Cruzeiros Anuais Para Manutenção do Palacio da Fazenda



Dois oradores o e u p a r a m a tribuna, os srs. Matias Olimpio e Plinio Pompeu, o primeiro para reafirmar as suas acusações á Fundação Rio Branco, e o segundo para criticar a proposta orçamentaria elaborada pelo DASP.

PRECONCEITOS DE CÔR

O sr. Matias Olimpio declarou ter recebido a visita do sr. Cesar Berenguer, funcionario do Itamarati, para lhe pedir uma retificação em torno da Fundação Rio Branco e do Instituto Rio Branco, confundidos no ultimo discurso do senador udenista. E explicou, o mesmo funcionario, que, enquanto a Fundação iria ser mantida com dinheiro dos Institutos de Previdencia, o Instituto Rio Branco tem a dotação orçamentaria de seiscentos milhões de cruzeiros. Essa defe-

sa, disse o senador, em nada diminui a acusação. A propria existencia do Instituto Rio Branco só é possível na estufa da Ditadura, com o seu regime de favoritismo e preconceitos de côr. “Com efeito, — prossegue, — não e concebido no ambiente arejado de uma Democracia, praticada por uma sociedade de mestiços, a existencia, por ela mantida, de um Instituto, de onde são excluidos os alunos de côr.”

E apontando as providencias para esse caso: “Estes (os interessados “queimados”), desde que reúnem os requisitos consignados no art. 10. do decreto 20.694, de 6 de março de 1946, podem recorrer á Justiça para que lhes seja franqueada a matricula porque a côr, em nossa terra, jamais foi obstaculo legal ao acesso aos cargos publicos e dela não cogita o decreto citado”.

O parentesis do periodo acima é nullo. O sr. Matias Olimpio continuou dizendo que a corrigenda pedida pelo funcionario do Itamarati nada adianta; de uma forma ou de outra a instituição é mantida com o dinheiro do povo, através dos impostos pagos, e, portanto, de negros e mestiços.

LESA MAGESTADE DO SENADO

Na parte final do seu discurso, o sr. Matias Olimpio estranha não ter chegado, ainda, ao Senado, a resposta do seu pedido de informações sobre a Fundação Rio Branco.

E estranha para elogiar a ação do ministro da Educação, respondendo prontamente ao pedido de informações do sr. Hamilton Nogueira, sobre o tifo. Mas, conclui, acabava de ler em um jornal que o Itamarati se dirigiu ao Senado, com um officio assinado por um dos seus secretarios interinos, e que o referido officio foi de

(Conclui na 11ª pag.)

Fonte: Diário Carioca. 17 de outubro de 1946.

O trecho da fala do senador Matias Olímpio (1882-1967) dizia que a existência do Instituto Rio Branco só era possível “na estufa da ditadura, com o seu regime de favoritismo e preconceitos de cor” e que não se deve conceber no “ambiente arejado de uma democracia, praticada por uma sociedade de mestiços”, uma instituição de onde são excluídos “os alunos de cor”. A crítica de Matias Olímpio se alinha a outra denúncia de racismo feita formalmente, em 1941, pelo senador Hamilton Nogueira (1897-1981), que questionou os motivos de haver tanta diferença entre o número de candidatos inscritos para o exame de seleção à carreira daquela época e o número dos que efetivamente participaram das provas seguintes, desconfiando dos critérios usados pelo Itamaraty (FARIAS; CARMO, 2015, pág. 59).

Em 1978, em meio aos questionamentos da mídia brasileira sobre uma possível discriminação racial no processo de admissão à carreira diplomática, a primeira mulher negra, Mônica de Menezes Campos, é aprovada para cursar o Instituto Rio Branco, aumentando as expectativas para a existência no MRE de um primeiro diplomata negro de carreira (CONDE, 1978). Vale lembrar que antes de Menezes Campos, nenhuma outra pessoa negra havia se tornado um diplomata de carreira no Brasil anteriormente. Há registros de outros diplomatas negros na história do Brasil, como Domício da Gama (1862-1925), que atuou na função durante a gestão do Barão do Rio Branco e foi também embaixador do Brasil em Washington (1911-1918), sendo assinalado por alguns como o primeiro diplomata negro no Brasil; e Raymundo Souza Dantas (1923-2002), jornalista e escritor que foi nomeado para assumir a Embaixada Brasileira em Gana, no ano de 1961, sendo considerado pelo professor Fábio Koifman (2021) o primeiro embaixador brasileiro negro. Contudo, nenhum desses nomes foi diplomata de carreira, ou seja, não participaram de um processo seletivo claro, por meio de atos formais, para preenchimento de um cargo efetivo da Administração Pública.

Figura 8 – Primeira diplomata negra do Brasil



Fonte: Jornal do Brasil, 02 de agosto de 1978.

Mônica de Menezes Campos tornou-se a primeira diplomata negra no Brasil e o seu feito foi registrado, à época, como um símbolo de avanço no Itamaraty. A diplomata teve uma carreira bastante curta, falecendo em 1985, vítima de um aneurisma cerebral⁴¹. Apesar de ter rompido um paradigma existente na carreira, é importante contextualizar historicamente a admissão de Mônica de Menezes Campos, a fim de entender como sua história foi divulgada pela imprensa brasileira e pelo Itamaraty à época, bem como notar como sua aprovação foi bastante conveniente para o governo brasileiro.

Na década de 1970, o Brasil, sob o manto do regime militar (1964-1985), trabalhava para fortalecer sua imagem nacional e mostrar-se no cenário internacional como uma nação livre de preconceitos e fornecedora de

⁴¹ A história de Mônica de Menezes Campos é contada com mais detalhes no documentário “Foreigner - Brazilian Women At Diplomacy”.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wLysBpHjyc8&t>. Acesso em: 02 out. 2021.

oportunidades igualitárias, independente de raça ou cor. Havia também uma aproximação, baseada em interesses comerciais e políticos, com países da África, com a criação inclusive de diversas novas embaixadas naquele continente. Em vista disso, o interesse diplomático em países africanos fez reviver pelos militares a adoção da ideia da “democracia racial” como ferramenta política e a propagação da imagem de um país sem conflitos étnico-raciais (GUIMARÃES, 2001).

A notícia da aprovação da primeira mulher negra no Itamaraty – órgão que, como vimos, sofria duras críticas quanto a seu caráter excludente – foi amplamente divulgada pelos jornais brasileiros, que fizeram, como aponta Abdias do Nascimento (1980), uma campanha sensacionalista em cima do assunto:

Ainda recentemente o Instituto Rio Branco admitiu uma jovem negra, Mônica Menezes Campos, e desencadeou pela imprensa uma campanha sensacionalista tentando demonstrar a inexistência de racismo naquela instituição pública. Alguns títulos da propaganda itamaratiana são ilustrativos: "**Primeira negra** aprovada para estudar diplomacia prefere servir na ONU" (Jornal do Brasil, Rio, 2 de agosto de 1978). "Mônica do Itamarati. Atriz de uma **peça necessária à política externa brasileira**" (Jornal do Brasil, Rio, 3/8/1978). "Uma negra no Itamarati: **Chega ao fim a discriminação racial no seio da diplomacia brasileira**" (Diário de Notícias, Bahia, 5 de agosto de 1978). (pág. 218-219) (grifo nosso).

O uso das expressões “primeira negra”, “peça necessária à política externa brasileira” e “fim da discriminação racial no seio da diplomacia brasileira” aponta para um posicionamento de grande parte da imprensa brasileira em afirmar o discurso defendido pelo regime militar e estava alinhado também aos interesses do próprio Itamaraty. Em matéria publicada em 1978, o jornalista Carlos Marchi relata que desde o início do Governo Ernesto Geisel (1974-1979) a política externa brasileira, que havia estreitado suas relações com a África, almejava poder provar a todos que a carreira diplomática não era racista, e que

o Itamaraty ansiava em demonstrar que “o Brasil ostentava negros no setor mais elitizado de sua estrutura de poder, a diplomacia”⁴². Machi ainda acrescenta que:

(...) foram os próprios diplomatas – possivelmente, seguindo instruções superiores – que deram uma dica formidável aos jornalistas: “Uma crioulinha conseguiu passar”. Para quem se interessasse, o endereço e o telefone de Mônica estavam à mão. A TV-Globo foi imediatamente convocada pelo Itamaraty, naturalmente em caráter não oficial. E Mônica se viu, da noite para o dia, famosa no Brasil inteiro, principal atriz de uma peça extremamente necessária à política externa brasileira.⁴³

A figura de Mônica Campos de Menezes surge não somente como “necessária” à política externa brasileira – no sentido de ser o exemplo factual que o governo brasileiro precisava – mas também como uma personagem de grande conveniência para um Itamaraty que necessitava de respostas para as denúncias de preconceito racial que vinha sofrendo nos últimos anos, sobretudo no final da década de 1970.

Ainda, em consonância com as denúncias de racismo na instituição, podemos inferir que durante muito tempo as entrevistas realizadas nos processos de recrutamento à carreira serviram como meio de supressão daqueles que, devido à cor da pele, não eram considerados representantes da “elite da elite” (GOBO, 2018). Um exemplo dessa prática excludente foi a tentativa de Joaquim Barbosa⁴⁴ em tornar-se diplomata no Itamaraty. O ex-presidente do STF foi oficial de chancelaria do Ministério das Relações Exteriores entre os anos de 1976 e 1979, tendo inclusive servido na Embaixada do Brasil em Helsinki, na Finlândia. Contudo, Joaquim Barbosa afirma ter sido

⁴² MARCHI, Carlos. **Mônica do Itamaraty: atriz de uma peça necessária à política externa brasileira**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 117, pág. 29, 3 agosto 1978. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=184268. Acesso em: 03 out. 2021.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ Nascido em 1954, formou-se em Direito pela Universidade de Brasília, onde posteriormente obteve o título de mestre em Direito do Estado. Atuou como oficial de chancelaria no MRE durante os anos de 1976 e 1979. Foi procurador da República no Rio de Janeiro e professor concursado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Assumiu o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2003, na gestão do ex-presidente Lula. Ficou nacionalmente conhecido por ter se tornado o primeiro presidente negro do STF, em 2012.

alvo de discriminação racial pelo órgão quando tentou se tornar diplomata e prestou o exame de admissão à carreira, em 1980.

No ano em que prestou o concurso, Joaquim Barbosa havia sido aprovado nas provas escritas para a carreira diplomática, mas foi eliminado após os exames orais. Em entrevista concedida ao jornal O Globo, no ano de 2013, Barbosa denuncia: “passei nas provas escritas, fui eliminado numa entrevista, algo que existia para eliminar indesejados. Sim, fui discriminado, mas me prestaram um favor”. Ele ainda conclui, definindo o Ministério das Relações Exteriores como “uma das instituições mais discriminatórias do Brasil”⁴⁵.

Quanto às provas realizadas por Joaquim Barbosa em 1980, o jornalista Lauro Jardim, em coluna da revista Veja, revela ao público quais foram os critérios constantes do relatório do avaliador que entrevistou Barbosa em seu exame. No relatório do avaliador do exame psicotécnico foi informado que o candidato tinha “uma auto-imagem negativa, que pode parcialmente ter origem na sua condição de *colored*”⁴⁶. O relatório ainda dizia que as atitudes de Joaquim Barbosa eram “agudas demais” para a carreira de diplomática. Ainda, o candidato havia passado por uma avaliação de aparência, recebendo nota de cinco diplomatas, que o descreveram como “regular”.

O trecho do relatório confirma a denúncia de Joaquim Barbosa de que haveria sido eliminado do concurso por causa de seus traços físicos, sobretudo por conta da cor de sua pele. O uso da expressão inglesa *colored*, que por muito tempo foi utilizada para se referir a pessoas negras e que atualmente é considerada ofensiva, escancara a arbitrariedade das entrevistas como forma de eliminação de candidatos e revela o preconceito racial por parte do avaliador que atribuiu a autoimagem negativa à cor de Joaquim Barbosa.

Alguns anos após a aprovação da primeira mulher negra na diplomacia brasileira e o episódio envolvendo o ex-ministro Joaquim Barbosa, surge outro personagem importante na história de participação da população negra na

⁴⁵ Ver “Itamaraty rebate Joaquim Barbosa e nega racismo”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/itamaraty-rebate-joaquim-barbosa-e-nega-racismo-6543/>. Acesso em: 02 out. 2021.

⁴⁶ Ver “Como e quando o Itamaraty discriminou Joaquim Barbosa”. Disponível em: <https://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/100637202/como-e-quando-o-itamaraty-discriminou-joaquim-barbosa>. Acesso em: 02 out. 2021.

carreira diplomática: Benedicto Fonseca Filho, o primeiro embaixador negro de carreira na história do Brasil. Fonseca Filho foi promovido a ministro de primeiro classe, o mais alto da carreira diplomática, no ano de 2010, deixando seu pioneirismo registrado nas páginas do Itamaraty.

Curiosamente, no mesmo ano de falecimento da primeira diplomata negra, Mônica Campos de Menezes, em 1985, Fonseca Filho iniciava sua carreira de diplomata no Itamaraty, após ser aprovado em segundo lugar nos exames de seleção. Em entrevista à Folha de São Paulo, o embaixador conta que quando saiu a lista dos aprovados na época, um jornal de Brasília fez uma matéria destacando a sua conquista com o seguinte título: "Mulher e negro passam em primeiro lugar no Rio Branco"⁴⁷.

O título da matéria a que se refere o embaixador Fonseca Filho nos mostra mais uma vez o destaque dado pela mídia quando uma pessoa não branca consegue ser admitida nos concursos de ingresso da carreira diplomática. O interesse dado em enfatizar a categoria de raça como um agente supressor dentro do Itamaraty revela, portanto, a imagem institucional racista que esteve por tanto tempo atribuída à carreira. No mesmo viés, Fonseca Filho ainda relata que em visita à ONU em 2004, sua primeira vez naquela organização, um colega caribenho expressou surpresa, afirmando ser a sua primeira vez vendo um diplomata negro na delegação brasileira⁴⁸.

As histórias de Joaquim Barbosa, Mônica de Menezes Campos e Benedicto Fonseca Filho reascendem o debate sobre a existência de discriminação racial no Itamaraty, mas não esgotam o assunto. Nesse sentido, a discussão institucional sobre a integração da população negra só passa a ganhar força, efetivamente, no final do século XX. Dessa maneira, o discurso do “mérito presente na segunda metade do século XX foi aliado ao discurso da representação depois da redemocratização, sobretudo a partir da metade da década de 1990.” (GOBO, 2018, pág. 442).

⁴⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0601201107.htm>. Acesso em: 02 out. 2021

⁴⁸ Disponível em: <https://blog.clippingcacd.com.br/cacd/o-primeiro-embaixador-negro-e-o-racismo-na-diplomacia/>. Acesso em: 02 out. 2021.

A participação de negros nos quadros do Itamaraty, portanto, nunca ocorreu de forma linear e essa tentativa de tornar o Itamaraty mais democrático é acentuada somente com a implantação do Programa de Ação Afirmativa no Instituto Rio Branco, a partir de 2002⁴⁹, na gestão de Fernando Henrique Cardoso e, em 2011, com a criação de cotas na primeira fase do concurso⁵⁰, de modo que o Ministério das Relações Exteriores começou a demonstrar, de forma objetiva, certa preocupação de que o grupo de diplomatas brasileiros passasse a representar uma parcela maior da sociedade brasileira.

⁴⁹ O Programa de Ação Afirmativa (PAA) é conhecido também como “Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia” e oferece bolsas de estudos no valor de R\$ 25 mil com o objetivo de, segundo o próprio Itamaraty, ampliar as condições de ingresso de brasileiros negros na carreira de diplomata, ampliando a diversidade do Serviço Exterior Brasileiro.

Disponível em: <http://www.institutorio Branco.itamaraty.gov.br/programa-de-acao-afirmativa>. Acesso em: 08 mai. 2021

⁵⁰ O Itamaraty já em 2011, três anos antes da implantação da Lei de Cotas em concursos públicos no Brasil, passou a adotar o sistema de cotas em seu certame. Lei n.º 12.990/2014.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 08 mai. 2021.

3. A QUEBRA DE BARREIRA NO ITAMARATY

Antes de analisar a entrada de Fujita nos quadros do Itamaraty, é importante discorrer um pouco sobre qual era, de forma geral, a situação dos japoneses e seus descendentes no Brasil no período pós-guerra, sobretudo entre a década de 1950 até meados de 1975, ano em que Fujita se tornou diplomata. Tal reflexão se faz necessária para tentar facilitar o entendimento acerca do momento social vivido pela comunidade japonesa quando da aprovação do primeiro *nikkei* na carreira diplomática brasileira, bem como para tentar compreender a relação da própria história individual de Fujita com aquela vivida pelos demais descendentes de japoneses no Brasil na segunda metade do século XX.

3.1 Os *nikkeis* no período pós-guerra

A imigração japonesa no Brasil, assim como o estabelecimento das relações Brasil-Japão, já completou seu centenário, e os imigrantes japoneses e seus descendentes foram, ao longo dos anos, integrando-se a diversas áreas profissionais dentro da sociedade brasileira e, nas décadas de 1960 e 1970, segundo o consulado japonês, só no Estado de São Paulo tinha-se: 560 engenheiros, 1.350 médicos, cinco juízes e 450 advogados *nikkeis* (LESSER, 2008, pág. 45). Por outro lado, algumas áreas careciam de representação asiática, como foi o caso do Itamaraty, que até 1975 era composto em seu corpo diplomático principalmente de personalidades da elite branca, sobretudo da cidade do Rio de Janeiro.

A entrada de Edmundo Fujita no Ministério das Relações Exteriores do Brasil se deu num contexto de grande aproximação do Brasil com o Japão, país este que estava vivendo seu auge econômico, e de uma rápida ascensão social dos imigrantes japoneses que aqui viviam. Os japoneses e seus descendentes passaram a ocupar maiores espaços nos ambientes urbanos, nas universidades e também em cargos políticos. Aliado a isso, emergia no Brasil, no plano das

discussões raciais, o crescente discurso de que no país não existia preconceito racial, ao mesmo tempo em que também podemos perceber em alguns casos a utilização da comunidade japonesa como um exemplo de sucesso e de legitimação desse discurso (TANIGUTI, 2015).

Durante muito tempo, os *nikkeis* viveram em comunidades, mantendo muitas das tradições trazidas pelos primeiros imigrantes e vivendo de forma fechada, isolados do restante da população brasileira. Com o passar das gerações desses imigrantes, é possível perceber uma maior integração dos *nikkeis* com a sociedade brasileira, bem como uma maior assimilação de aspectos culturais que tanto diferiam daqueles existentes na sua terra natal. Do ponto de vista antropológico, essa problemática pode ser explicada nos conceitos assimilação e aculturação, tendo como enfoque a lógica dicotômica contida nas ideias de nacionalidade e de homogeneidade cultural. (ENNES, 2001).

Sendo assim, pressupõe-se a ideia de que os imigrantes e seus descendentes, considerados grupos étnicos minoritários, podem plenamente fazer parte da sociedade dominante, perdendo, com o tempo, as características que as definem como tal. Em se tratando da assimilação e aculturação dos japoneses no Brasil, Egon Schaden resume como foi a integração dos japoneses na sociedade brasileira:

[a aculturação] dos japoneses assume [...] abertamente a situação de conflito propriamente cultural, de vez que se trata de configurações bem mais distanciadas entre si. Sem falar da distância racial que separa os colonos nipônicos da população nacional e que dificulta a miscigenação, fazendo recrudescer, ao contrário, as valorações etnocêntricas, o idioma, a religião, o sistema familiar, as concepções políticas, os hábitos de higiene, a cozinha e uma infinidade de costumes são de tal modo díspares que a aculturação exige uma prévia fase de desintegração cultural bem mais radical e profunda nos japoneses e nipo-brasileiros do que em imigrantes de proveniência europeia. (SCHADEN, 1973, pág. 517).

Desse modo, a imagem do nipo-brasileiro passou a ser construída também a partir da visão que se tinha sobre a colônia e das relações existentes entre os imigrantes japoneses e seus descendentes com o restante da

população brasileira. De acordo com Candice Sakamoto Souza Vianna (2008), a imagem existente a respeito dos nipo-descendentes baseia-se muito em estereótipos, que não são exclusivos da sociedade brasileira, repetindo-se também em outros países da América Latina, definindo-os como “pessoas trabalhadoras, honestas, diligentes, que objetivam à ascensão financeira e priorizam os estudos” (VIANNA, 2008, pág. 47). Essa imagem, entretanto, nem sempre teve esse teor “positivo”, tendo sido estabelecida, com mais intensidade, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Nesse sentido, é importante registrar que a imigração japonesa durante o período após a Segunda Guerra Mundial teve algumas características que a distinguiram da imigração da primeira metade do século XX. Diferentemente do perfil de imigrantes dos períodos anteriores, os do pós-guerra não chegavam ao Brasil necessariamente em famílias, sendo que, de acordo com o recenseamento geral da Colônia Japonesa, de 1958, quase metade dos que migraram após 1952 chegaram ao Brasil individualmente. Nesse sentido, segundo Ruth Cardoso (1995), já é possível sugerir uma diferença no tipo de imigrante japonês que chegou ao Brasil após a década de 1950, pois no primeiro período havia grande predominância da imigração familiar e de imigrantes contratados como colonos.

Outro ponto importante a se destacar é que muitos imigrantes do primeiro período haviam se tornado proprietários de terras e passaram a fixar residência no Brasil, sem perspectiva de retornar ao Japão⁵¹. Esses imigrantes, portanto, buscaram incentivar a educação dos seus filhos no Brasil, a fim de uma melhor integração na terra em que eles iriam crescer. Aos *nisseis* foram oportunizadas condições de atingirem um nível de educação melhor e a possibilidade de exercerem profissões urbanas. Desse modo, portanto, a “segunda geração estaria dando continuidade ao processo de ascensão social vivido por estas famílias, cuja meta era, sem dúvida, oferecer um patrimônio e “uma vida melhor” para os filhos.” (CARDOSO, 1995, pág. 70).

⁵¹ Segundo Saito (1961), em 1939, 90% dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil pretendiam retornar ao seu país de origem. Contudo, em 1952-53, quase 90% deles estavam decididos a fixar residência em solo brasileiro e não mais voltar ao Japão.

Como veremos mais adiante, o processo descrito acima pode ser percebido também na família Fujita. Yoshiro Fujita (1920-2014), pai de Edmundo Fujita, percorreu um caminho bastante semelhante ao restante da comunidade japonesa de sua época, tendo inicialmente, como um imigrante japonês, trabalhado com agricultura. Anos mais tarde, na capital de São Paulo, ele procurou melhores condições de vida, abrindo seu próprio negócio e criando um ambiente favorável para que seus filhos pudessem ter uma educação de qualidade e, posteriormente, conseguissem exercer profissões urbanas. Além disso, naquele período pós-guerra, a educação dos *nisseis* (o que era o caso de Edmundo Sussumu Fujita) foi tratada com bastante importância pelos imigrantes japoneses que não mais pretendiam retornar ao seu país de origem, o Japão.

Com isso, muitos descendentes de japoneses passaram a ingressar em número cada vez maior nas universidades brasileiras, causando a sensação de que havia uma “invasão japonesa” nas instituições de ensino superior no Brasil, especialmente na cidade de São Paulo (MIYAO, 2002). Nesse sentido, nas décadas de 1960 e 1970, apesar de os *nikkeis* totalizarem apenas 2% da população do estado de São Paulo, eles ocupavam 10% das vagas nas universidades (LESSER, 2008), o que contribuiu para que se criasse uma imagem do descendente de japoneses como alguém sério, estudioso, dedicado, dentre tantos outros adjetivos positivos atribuídos popularmente aos *nikkeis*.

Além disso, os japoneses e seus descendentes também começaram a ocupar espaço em comércios e em profissões liberais, estando cada vez mais presentes em ambientes urbanos, de modo que o povo japonês, a partir da segunda metade do século XX, “passa a ganhar uma visibilidade diferente das décadas anteriores: não é mais o “perigo japonês” que está em questão, mas é o enaltecimento do trabalho, do esforço que gera sucesso, que agora vem à tona”. (SAKURAI, 1993, pág. 17).

Paralelo a esse processo, o Japão, no contexto internacional, tornou-se a despontar como grande exemplo de sucesso de recuperação após o fim da Segunda Guerra Mundial. No plano da economia, o Japão da segunda metade do século XX vivenciou um momento de rápido desenvolvimento, conhecido como o “milagre econômico japonês”. A economia japonesa, no período pós-

guerra, alcançou, já em 1968, a posição de terceira maior economia do planeta, ficando apenas atrás de Estados Unidos e União Soviética. Nesse contexto, o país viu-se como um protagonista no cenário internacional e, conseqüentemente, ajudou a fortalecer a imagem do povo japonês como sendo um dos mais desenvolvidos. Segundo Alexandre Uehara (2003):

Esse período que envolve o milagre econômico japonês é creditado à aplicação da política de Yoshida Shigeru, o primeiro a desempenhar um papel de importância como primeiro-ministro do Japão no período do pós-guerra, ao canalizar esforços do país para o desenvolvimento econômico. Esse primeiro-ministro descobriu que o Japão não tinha necessidade de se esforçar para garantir sua segurança nacional no sentido tradicional, - via força militar – pois os EUA estavam prontos para isso. (pág. 83).

Os esforços, portanto, que antes eram voltados principalmente ao desenvolvimento bélico, passaram a ter enfoque no desenvolvimento econômico, e a indústria do Japão se desenvolveu tanto na época que logo se tornou referência mundial, principalmente nos setores eletroeletrônico e automobilístico. No mesmo período, muitas empresas multinacionais japonesas começaram a se instalar no Brasil. Diversas dessas empresas fazem parte do dia a dia dos brasileiros até hoje, dentre elas, por exemplo, a Honda, a Panasonic, a Sanyo, a Sharp, a Sony, a Semp Toshiba e a Yamaha⁵². Além disso, os dois países, entre os anos de 1970 e 1980 firmaram vários acordos de cooperação técnica e econômica, com a finalidade de fortalecer e desenvolver a economia brasileira.

Dentro do contexto de *boom* econômico japonês e da boa imagem do Japão da época, muitos imigrantes japoneses deixaram de ser simples comerciantes e começaram a alcançar cargos de renome dentro da indústria brasileira. Houve, nesse período, um processo de saída do campo para a cidade (OHNO, 2008). Vale lembrar que, no período pós-guerra, houve também mudanças na educação de base da comunidade japonesa no Brasil. Por muito tempo, os japoneses e seus descendentes estudaram nas chamadas escolas

⁵² Demais detalhes acerca de empresas japonesas que se instalaram em solo brasileiro podem ser encontrados junto à Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil. Disponível em: <http://www.camaradojapao.org.br>. Acesso em: 02 out. 2021.

japonesas, onde tinham contato com a língua japonesa e com os costumes de seus ancestrais. No entanto, após o fim da Segunda Guerra mundial, passou-se a adotar o mesmo currículo escolar praticado no restante do Brasil, em razão do crescente interesse dos *nikkeis* em se integrarem à sociedade brasileira (HANDA, 1987).

Nesse viés, os nipo-brasileiros das décadas de 1950 e anos seguintes acabaram, mesmo sem ter relação com o milagre econômico japonês, beneficiando-se do desenvolvimento econômico e tecnológico ocorrido no Japão. Na sociedade brasileira, portanto, as atenções também estavam voltadas à nação japonesa e, com isso, os japoneses e seus descendentes no Brasil tiveram o seu estereótipo positivo⁵³ cada vez mais reforçado, tendo em vista a imagem que o Japão estava construindo naquele período. A respeito desse processo, Denys Cuhe (1999) apresenta o conceito de hetero-identidade, ou exo-identidade, que é uma identidade não definida por si mesmo, e sim pelos outros, tendo, normalmente, um caráter negativo, mas que, muitas vezes, pode se transformar em positivo.

Dentro desse contexto, o brasileiro, de forma geral, ainda tem a concepção de que todos os japoneses e seus descendentes são pessoas inteligentes, responsáveis, dedicadas, educadas e reservadas. Ideia essa que foi reforçada principalmente no período pós-guerra, considerando-se os altos índices de aprovação dos nipo-brasileiros nas melhores universidades do país, principalmente nos cursos de Direito, Medicina e Engenharia, o que fez se consolidar durante muito tempo essa fama “positiva” dos *nikkeis* e o bordão: “mate um japonês hoje e garanta a sua vaga na universidade amanhã” (LESSER, 2001).

Pode se afirmar, portanto, que a imagem do Japão no Brasil ganhou ares bastante positivos a partir da década 1960 e os *nikkeis* começaram a ocupar

⁵³ Do ponto de vista da organização do real o estereótipo social é uma forma de categorização da realidade que possui uma forte coloração avaliativa e afectiva (sic), frequentemente negativa, mas que também pode surgir com conteúdo positivo. [...] os estereótipos têm como função reduzir a incerteza e organizar a realidade envolvente, tornando-se eles mesmos elementos “reais” constituintes desse mesmo meio, enquanto tendentes a produzir efeitos sociais auto-fundamentadores e reforçantes. (BAPTISTA, 1996, pág. 13).

diversos espaços profissionais dos quais não faziam parte dentro da sociedade brasileira anteriormente. Vale registrar também que, durante esse período, tivemos a nomeação do primeiro ministro descendente de japoneses, o empresário Fábio Yassuda (1922-2011), que foi indicado para a pasta do Ministério da Indústria e Comércio, durante o governo Médici (1969-1974). Além dele, outros dois *nikkeis* vieram a ocupar cargos de renome no Brasil na segunda metade do século XX, foram eles Shigeaki Ueki, como Ministro de Minas e Energia, durante o governo Geisel (1974-1979), e Seigo Tsuzuki, como Ministro da Saúde, durante o Governo Sarney (1985-1990).

3.2 Ascensão política e social

Entre os anos de 1960 a 1976, no contexto da rápida ascensão social dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil e o *boom* econômico do Japão, operavam em território brasileiro cerca de 537 empresas japonesas, e naquele momento o Japão havia se tornado o terceiro maior investidor direto no Brasil, com cerca de quase 2,9 bilhões de dólares investidos (LESSER, 2008, pág. 48). Nesse cenário, muitos *nikkeis* conseguiram alcançar cargos importantes em meio ao ápice de investimentos japoneses no Brasil.

Esses descendentes de japoneses, além das qualificações profissionais adquiridas por meio do ensino superior, possuíam o diferencial de conhecerem o idioma japonês e, com isso, terem certa vantagem em relação a outros grupos étnicos, quando da disputa por cargos em empresas japonesas ou em empresas que tinham relação com o mercado japonês. Um boletim, datado do ano de 1973, informava que um singular atrativo para o Japão naquele momento era “a grande e influente comunidade nipo-brasileira, onde o Japão iria procurar boa parte de sua força de trabalho gerencial e administrativa” (LESSER, 2008). Nesse sentido, a comunidade nipo-brasileira acabou sendo afetada de forma bastante positiva pela inserção do mercado japonês no cenário brasileiro.

Ainda, no campo econômico, em 1940, foi criado em São Paulo o Banco América do Sul, uma relevante instituição financeira dentro da comunidade

japonesa no Brasil, que alcançou bastante prestígio nas décadas de 1950 e 1960. Fundada por Kunito Miyasaka (1889-1977), nome importante da história da imigração japonesa, o banco surgiu, em resposta aos anseios dos japoneses e seus descendentes àquela época. Nas palavras de Miyasaka:

O contato direto e a observação pessoal pertinente às condições econômicas no seio dos sítiantes e da colônia em geral acabaram-me convencendo da necessidade de uma instituição bancária a seu serviço. (MIYASAKA, 1960, pág. 21).

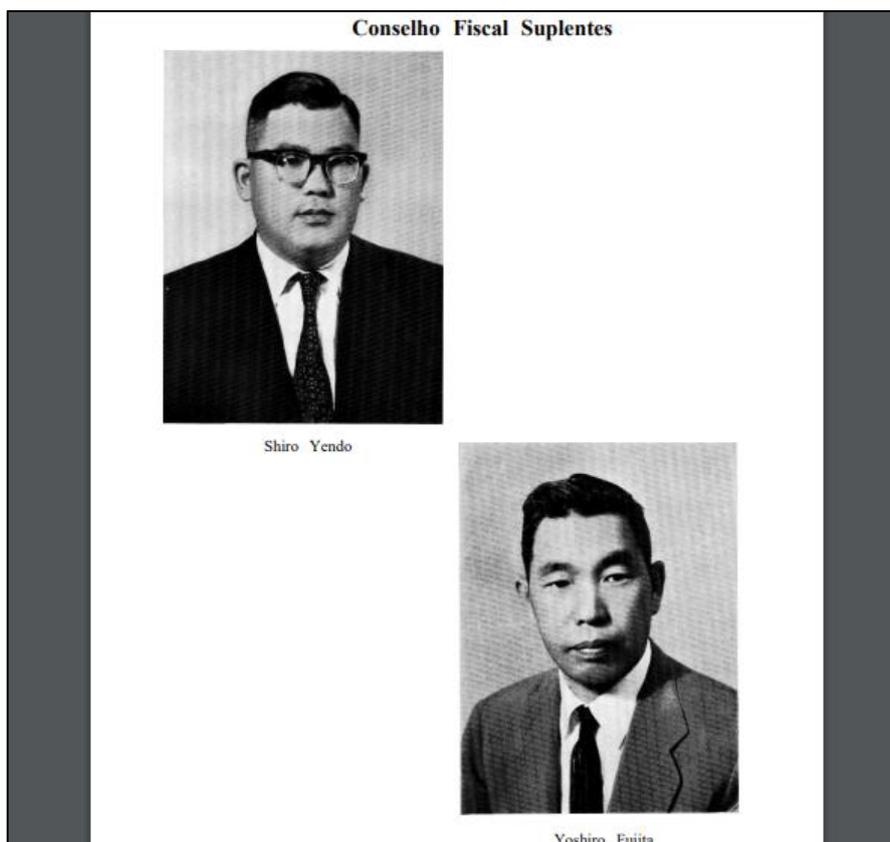
Desse modo, com a proposta de facilitar o crédito bancário para os imigrantes japoneses, a instituição acompanhou o ritmo de crescimento japonês do pós-guerra e tornou-se um banco importante em São Paulo. Juntamente com a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC)⁵⁴ e a Cooperativa Agrícola Sul-Brasil⁵⁵, o Banco América do Sul, como aponta Taniguchi (2015), é considerado historicamente um dos principais empreendimentos nipo-brasileiros.

Ao lado de personalidades importantes da comunidade japonesa, que compunham o quadro de integrantes do Banco América do Sul, um de seus membros merece a atenção do presente trabalho: Yoshiro Fujita. Vivendo na cidade de São Paulo e sendo o fundador da Livraria Sol (*Taiyodo*), uma das mais conhecidas livrarias de produtos japoneses da capital paulista, Yoshiro Fujita fez parte do conselho fiscal (como suplente) daquela instituição bancária e tem sua imagem registrada no livro “Breve História do Banco América do Sul S.A.”, lançado em 1960 em comemoração aos 20 anos de fundação do banco.

⁵⁴ Fundada por imigrantes japoneses, em 1927, a CAC foi uma das principais cooperativas agrícolas do Estado de São Paulo, encerrando suas atividades no ano de 1994.

⁵⁵ Considerada a segunda maior cooperativa agrícola fundada por imigrantes japoneses, também teve suas atividades encerradas no ano de 1994.

Figura 9 – Membros do conselho fiscal do Banco América do Sul em 1960



Fonte: BANCO AMÉRICA DO SUL S.A. **Breve história do Banco América do Sul S.A.**
Tóquio: Gráfica Hossokawa, 1960.

Um pouco da vida pessoal e profissional de Yoshiro Fujita será abordado com mais detalhes no seguinte capítulo desta dissertação, mas é importante que deixemos registrada a participação do pai de Edmundo Fujita em um dos principais empreendimentos da comunidade *nikkei* no Brasil. Resumidamente, Yoshiro Fujita veio ao Brasil com sua família na década de 1930 e, assim como a maioria dos imigrantes japoneses daquele período, trabalhou inicialmente com agricultura. No início da vida adulta, mudou-se do Paraná para a capital de São Paulo, fazendo parte do movimento de mudança do ambiente rural para o urbano, vivido por parte da imigração japonesa no Brasil em meados do século XX. Além de ter feito parte do Banco América do Sul, Yoshiro Fujita foi responsável por fundar, em 1949, a Livraria Sol, uma das mais tradicionais livrarias japonesas no Brasil, que até hoje possui destaque no bairro da Liberdade, em São Paulo.

Naquele mesmo período, no campo político, alguns filhos de imigrantes japoneses em São Paulo abriram precedentes ao serem eleitos para cargos no

Legislativo brasileiro. Yukishigue Tamura (1915-2011)⁵⁶ foi o primeiro *nikkei* a tornar-se vereador, em 1947, sendo pioneiro também em outras duas ocasiões, quando foi eleito deputado estadual, em 1951, e deputado federal, em 1955. Após Tamura, outros integrantes da comunidade japonesa também alcançaram cargos políticos em São Paulo, sendo que, em 1970, o estado já contava com um deputado federal, três deputados estaduais, 11 prefeitos, 17 vice-prefeitos, 12 presidentes da Câmara de Vereadores e mais 200 vereadores de origem japonesa (LESSER, 2008, pág. 47).

Durante o governo de Costa e Silva (1967-1969), Antônio Delfim Netto foi convidado a assumir a pasta do Ministério da Fazenda. Delfim Netto, assim como alguns outros políticos da época, percebia na relação com o Japão uma ótima oportunidade de crescimento para o Brasil e também demonstrava grande simpatia pelos nipo-brasileiros. Logo ao assumir como ministro da fazenda, Delfim trouxe consigo, entre outros assessores, Paulo Yokota e Akihiro Ikeda, que formaram a “equipe japonesa” dentro do grupo de tecnocratas conhecido como “Delfim Boys”. O nipo-brasileiro Yokota foi descrito pelo *Diário Nippak* de São Paulo como “um dos mais fiéis assistentes” de Delfim Netto, sendo mais tarde designado, pelas mãos do ministro, como diretor do Banco Central, em 1971, e presidente do Incra, em 1979.

Além de Akihiro Ikeda e Paulo Yokota, o Executivo Federal passou a contar também com outro nome conhecido da comunidade japonesa. Dessa vez, entretanto, o cargo era de maior importância. Fábio Riodi Yassuda foi nomeado, no governo Médici, em 1969, ministro da Indústria e Comércio, tornando-se o primeiro *nikkei* a assumir uma pasta ministerial no Brasil. O ineditismo da situação ganhou as manchetes de vários jornais, que exaltavam a importância daquela nomeação para as relações Brasil-Japão, ao mesmo tempo em que davam destaque para a etnicidade de Yassuda.

É importante salientar que a imprensa brasileira na época passou a atribuir à imigração japonesa um caráter de sucesso, afirmando que a população japonesa havia se integrado muito bem ao Brasil e utilizando exemplos como

⁵⁶ Disponível em: <http://www.imigracaojaponesa.com.br/index.php/entrevistas/politicos-nikkeis/yukishigue-tamura/>. Acesso em: 02 out. 2021.

Fábio Yassuda ou os “Delfim Boys” para reforçar essa tese. No caso de Yassuda, o Jornal do Brasil, em 1969, dedicou as páginas de seu impresso à história da imigração e colocou em destaque o título “O Nissei” em uma matéria sobre o novo ministro da Indústria e Comércio no governo Médici. Na matéria, foi estampada a foto de Yassuda, acompanhado da legenda “Fábio Yassuda comprova ascensão política da comunidade japonesa no Brasil” (TANIGUTI, 2015).

No plano das discussões raciais, a inserção de *nikkeis* em cargos políticos de importância no Brasil também era usada para legitimar um discurso de que a população brasileira estava mudando para melhor e de que no país não existia preconceito racial, de modo que se reforçava o mito da democracia racial propagado pelo regime militar, como vimos anteriormente neste trabalho. Em 1976, numa reunião realizada em Tóquio entre o presidente do Brasil, Ernesto Geisel, e o primeiro-ministro do Japão, Takeo Miki (1907-1988), a forte presença de *nikkeis* em cargos de poder político no Brasil foi exaltada pelo premier japonês, que afirmou que o fato era uma indicação de que no Brasil “não existe qualquer preconceito racial” (LESSER, 2008).

3.3 O primeiro diplomata *nikkei* no Brasil

Na segunda metade do século XX, a tônica no Brasil era de aproximação com o Japão. Os discursos dos grandes meios de comunicação apontavam para uma integração de sucesso da comunidade japonesa, bem como para a inexistência de preconceito racial no país. Dentro desse clima “pró-niponismo”, a comunidade japonesa viu nomes como Fábio Yassuda, Shigeaki Ueki, Paulo Yokota e Yukishigue Tamura assumirem postos nunca antes alcançados por nipo-brasileiros. E, foi dentro desse mesmo contexto, que outra situação inédita ganhou a atenção da comunidade japonesa e dos jornais brasileiros: a aprovação do primeiro nipo-brasileiro na carreira diplomática.

Figura 10 – Jovem *nissei* quebra barreira do Itamaraty

Jovem nissei quebra barreira do Itamarati

“O Brasil é o maior exemplo de um país multirracial, onde todas as raças se integram, por isso não vejo nada de excepcional no fato de um *nissei* ser aprovado nas provas do Itamarati”, declarou Edmundo Sussumu Fujita, um dos dois candidatos paulistas, aprovados na primeira fase do concurso para a carreira diplomática.

O jovem *nissei*, que se mostrou surpreso com os resultados obtidos na primeira fase das provas, tem 24 anos, de idade e é bacharel em Direito pela Faculdade de São Francisco. Formado em 1972, Edmundo já ganhou 2 bolsas de estudos. A primeira, concedida quando ainda cursava a faculdade, levou-o até o “Institute of World Affairs”, onde, durante dois meses, manteve contato com estudantes do mundo inteiro, em debates mundiais contemporâneos, o que segundo ele, veio aprimorar sua experiência em línguas, principalmente o Inglês. No ano passado, concorreu a uma segunda bolsa, desta vez concedida pelo governo japonês, que o levou a fazer um curso de Política Internacional durante 1 ano na Universidade de Haia.

Para o jovem, a vocação para a carreira diplomática, surgiu durante o 4º ano da Faculdade, quando manteve contato com Direito Internacional Público. Achou essa matéria bastante interessante e bonita. As opções para seguir a mais a fundo eram o magistério e a diplomacia, entretanto, vendo que a segunda era a mais movimentada e fascinante, não teve dúvida em prestar o concurso. Desde então começou a seguir de perto os concursos anuais do Itamarati, vendo todos os programas, o número de vagas e os candidatos aprovados, até que em setembro, quando regressou da Europa, resolveu fazer sua inscrição.

AS PROVAS

Um dos fatores que auxiliaram o candidato na hora das provas, foi o local onde se realizaram os exames: a própria Faculdade São Francisco, onde Edmundo passou 5 anos de sua vida. Ele confessa que ficou assustado com o número de candidatos presentes na primeira fase, aproximadamente 29, pois só há 30 vagas para a carreira. Segundo Edmundo, “esse elevado número de inscrite-

Edmundo Sussumu Fujita venceu o primeiro barreira para chegar ao Itamarati

nos dias 27, 28 e 29 de novembro, no período da manhã, e versaram sobre vários temas da atualidade. A de Português, que geralmente elimina a maioria dos candidatos, teve como tema a “Urbanização e Convivência na Sociedade Contemporânea”, além de um texto (discurso do ministro do

As provas de Francês e Inglês continham passagens de Literatura, versão e dissertação. O tema da primeira foi “Técnicas Modernas de Comunicação como Fator de Difusão Cultural”. Nessa prova o jovem alcançou a média mínima (5). A de Inglês teve como tema a “história

“Tanto faz Saudita ou N que realment utilidade de u o espírito de ção”, disse él

Referindo-se das provas, a testar de sa



Fonte: Folha de São Paulo, 18/12/1974. Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

“Jovem *nissei* quebra a barreira do Itamarati” (FIGURA 10). Foi com esse título que o jornal A Folha de São Paulo, em 1974, noticiou a aprovação de Edmundo Sussumu Fujita na primeira fase das provas do concurso de admissão à carreira diplomática daquele ano. As palavras escolhidas para comporem o título da matéria, além apenas de servirem para noticiar a aprovação do jovem *nissei* num dos certames mais rigorosos do Brasil, também sugerem ao leitor a existência de um paradigma a ser rompido, uma barreira que havia no Itamaraty àquela época e que Edmundo Sussumu Fujita ajudou a quebrar. Como visto anteriormente nesta dissertação, o Itamaraty não possuía em seus quadros ninguém de origem japonesa antes de Fujita e o corpo diplomático brasileiro era composto, em sua maioria, por homens brancos, em especial aqueles vindos da elite brasileira.

A barreira a que se refere o título da matéria, além de definir o rigoroso processo de seleção e a dificuldade das provas do concurso, pode ser percebida também como uma barreira étnico-racial. Em vista disso, a aprovação do primeiro nipo-brasileiro nas provas do Instituto Rio Branco ganhou notoriedade por romper com o modelo de perfil de diplomatas da época e marcou o início da

integração dos descendentes de japoneses numa profissão, até então, restrita à elite branca brasileira. Portanto, ao tornar-se diplomata, Fujita estava não somente atingindo um objetivo pessoal, mas também representando um marco de mudança de padrões existentes dentro do Itamaraty, ao mesmo tempo em que abria precedentes para que outros nipo-brasileiros viessem a adentrar na carreira diplomática anos mais tarde.

Vale lembrar que, embora a admissão de Fujita no Itamaraty seja o marco inicial da história dos *nikkeis* na carreira diplomática brasileira, a aprovação de outro descendente de japoneses aconteceu somente após cerca de 15 anos, em 1990, com Fátima Keiko Ishitani, a primeira diplomata *nikkei* do Brasil, e que no ano de 2020 também se tornou a primeira mulher de ascendência japonesa a alcançar o cargo de ministra de primeira classe (embaixadora) na carreira. E é somente após a aprovação de Keiko Ishitani que podemos perceber uma progressão no número de descendentes de japoneses admitidos no exame à carreira diplomática.

Entre a década de 1990 até o final da década de 2010, cerca de 25 *nikkeis* passaram a fazer parte dos quadros funcionais da diplomacia brasileira e nos últimos anos é bastante comum que se tenha pelo menos um sobrenome japonês na lista dos aprovados no exame de admissão à carreira diplomática, como se pode depreender dos dados disponíveis nos anuários do Instituto Rio Branco⁵⁷. Além de Fátima Keiko Ishitani, a família Ishitani conta com mais duas diplomatas nos quadros do MRE, as irmãs Cecília Kiku Ishitani e Cláudia Kimiko Ishitani Christófolo.

Para tentar entender o porquê da lacuna temporal entre a aprovação de Fujita e a entrada de outro *nikkei* na carreira diplomática, bem como buscar apresentar os motivos que fizeram o ingresso de descendentes de japoneses na carreira ocorrer com mais frequência somente a partir da década de 1990, cerca de 15 anos após o início da história desse grupo dentro do Itamaraty, é importante que se analise as diferenças e semelhanças no processo de seleção à época de Fujita, em 1974, e à época de Keiko Ishitani, em 1990.

⁵⁷ INSTITUTO RIO BRANCO. Anuário do Instituto Rio Branco (2020). Disponível em: <http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/images/pdf/Anuarios/anuario-2020.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

Tabela 2 – Comparativo dos processos de seleção de Fujita e Keiko Ishitani

	Exame de Fujita (1974)	Exame de Keiko Ishitani (1990)
Vagas	30 (mas somente 12 aprovados)	20 (todos os cargos preenchidos)
Idade mín./max.	19/30	20/32
Escolaridade	Superior incompleto	Superior incompleto
Formato dos exames	Exame de Seleção Prévia: provas escritas de Português, Francês e Inglês.	Provas Vestibulares Iniciais: provas escritas de Português, Francês, e Inglês.
–	Exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica, Investigação Social e Entrevista.	Exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica.
–	Exame Vestibular: provas escritas de História Mundial, História do Brasil, Geografia, Direito.	Provas Vestibulares Finais: provas orais de Questões Internacionais Contemporâneas, Francês, Inglês; provas escritas de História do Brasil, História Mundial, Geografia do Brasil, Geografia Geral, Noções Básicas de Direito.

Fonte: Elaborada pelo autor, com dados obtidos no anuário do Instituto Rio Branco (2020).

A tabela acima nos dá algumas informações importantes para compreender melhor as mudanças no processo de seleção à carreira ao longo do tempo e comparar especificamente as peculiaridades dos exames aos quais esses dois *nikkeis* foram submetidos em suas respectivas épocas de ingresso. O primeiro item a se destacar é quanto ao número de vagas. Embora no ano de Fujita tenham sido ofertadas 30 vagas, 10 a mais que no ano de Keiko Ishitani, apenas 12 candidatos foram aprovados na classificação final, situação bastante diferente seleção de Ishitani, em que todas as vagas foram preenchidas.

Nesse sentido, é importante mencionar que, à época de Fujita, não haviam ainda sido implementadas mudanças efetivas nos exames que os tornassem mais acessíveis e atrativos ao restante da sociedade brasileira. Ou seja, ainda se mantinham vigentes algumas fases eliminatórias, de caráter bastante subjetivo, como por exemplo o exame de investigação social e as entrevistas, que na prática, como vimos anteriormente, por muito tempo serviram para limitar o acesso de certos candidatos ao seleto grupo de diplomatas do Serviço Exterior Brasileiro.

No ano de aprovação de Keiko Ishitani, podemos perceber, em relação ao exame de Fujita, poucas mudanças no processo seletivo, em especial a ausência de entrevistas e do exame de investigação social. Esses dois meios de seleção, na realidade, ocorreram anualmente até o ano de 1983, quando foram substituídos pelos exames de *conceito corrente e de adequação à carreira diplomática*, que não muito perduraram no processo seletivo. Em síntese, portanto, a partir da aprovação de Fujita, em 1975, poucas mudanças ocorreram no processo seletivo que fossem capazes de introduzir condições efetivas de acesso ao restante da sociedade brasileira, e o caráter excludente da instituição ainda se manteve em vigor até o final do séc. XX, quando se nota um apelo maior por parte do Itamaraty, e do governo brasileiro, em tentar democratizar seus quadros funcionais.

Contudo, é importante lembrar que não se intenta concluir que havia, com a aplicação de exames orais, entrevistas e exames de investigação social, uma seleção discriminatória especificamente contra amarelos – como mostramos anteriormente que ocorria com negros – mas tentar mostrar que, de

forma geral, a barreira do Itamaraty, além apenas de ser construída sob à égide de rigorosos critérios de admissão relacionados à formação educacional, também se sustentava em critérios não tão objetivos de seleção, que na prática contribuíam para que a homogeneidade do Itamaraty se mantivesse resistente, de modo a causar, como vimos anteriormente, a exclusão de diversos grupos na carreira, sobretudo os grupos não brancos, o que também pode ter influenciado na baixa participação de *nikkeis* na carreira durante tanto tempo.

Para melhor exemplificar o interesse da sociedade brasileira no concurso de admissão à carreira diplomática e, conseqüentemente a maior participação de outros grupos, como os *nikkeis*, a tabela abaixo nos mostra a relação anual do número de candidatos inscritos e aprovados no Itamaraty desde 1974 (ano do exame de Fujita) até 1990 (ano do exame de Keiko Ishitani).

Tabela 3 – Número de inscritos e aprovados no Itamaraty entre 1974 e 1990

ANO	INSCRITOS	APROVADOS
1974	238	12
1975	240	34
1975*	293	26
1976	490	20
1977*	181	13
1977	665	32
1978*	204	10
1978	797	52
1979	974	33
1980	918	36
1981	1.194	37
1982	1.428	35
1983	797	34
1984	914	44
1985	893	20

1986	661	15
1987	554	11
1988	779	13
1989	1.098	24
1990	659	21

Legenda: *Exames diretos para a carreira diplomática.
 Fonte: Anuário do Instituto Rio Branco, 2020.

Como se pode depreender, durante o período contemplado na tabela acima, não houve um número relativamente grande de candidatos inscritos anualmente e a média de candidatos pouco se alterou, mantendo-se normalmente abaixo da faixa de mil candidatos inscritos, com exceção de 1981 e 1982, quando foram incluídas Manaus e Belém no rol de cidades em que seriam aplicadas partes das provas. Quanto à inclusão de novas cidades, é válido mencionar que a ampliação da área geográfica onde poderiam ser aplicadas as provas de recrutamento também fortaleceu, ao longo dos anos, o interesse de mais candidatos advindos de outras regiões que não somente do Rio de Janeiro ou Brasília, o que conseqüentemente causava influência no número total de inscritos.

Os números refletem o que já foi mencionado anteriormente quanto às mudanças efetivas implementadas pelo Itamaraty em ampliar o acesso a seus quadros e nos mostram que o interesse maior pela carreira por parte do restante da sociedade brasileira veio efetivamente a ocorrer também somente a partir da década de 1990, em paralelo ao – e possivelmente em decorrência do – estabelecimento de políticas institucionais que visavam a combater o caráter excludente da instituição, como por exemplo a eliminação de provas orais e entrevistas; a implementação de programas de ação afirmativa para afrodescendentes, com aplicação de cotas e distribuição de bolsas de estudos; estímulo a entrada de mulheres e a sua valorização na carreira; entre outras ações realizadas naquele período.

Ainda, no mesmo sentido de tentar revelar a relação dessas ações com o aumento no número de interessados nos processos seletivos, a tabela abaixo nos mostra o número de candidatos inscritos no concurso e aprovados na

carreira desde 1991 até 2019, conforme o último anuário do Instituto Rio Branco disponibilizado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Tabela 4 – Número de inscritos e aprovados no Itamaraty entre 1991 e 2019

ANO	INSCRITOS	APROVADOS
1991	955	22
1992	757	22
1993	633	23
1994	850	29
1995	545	24
1996*	2.358	35
1997	2.078	30
1998	1.798	25
1999	2.556	20
2000	2.410	25
2001	3.097	32
2002	3.080	27
2003-1	5.791	39
2003-2	2.660	23
2004	2.800	29
2005	6.635	30
2006	6.308	100
2007	8.667	101
2008	8.228	115
2009	9.196	109
2010	8.869	108
2011	7.180	26
2012	6.423	30
2013	6.492	30

2014	4.151	18
2015	6.003	30
2016	4.925	30
2017	5.939	30
2018	5.294	26
2019	6.411	20

Legenda: *a partir de 1996, o ingresso na carreira diplomática dá-se pelo CACD.
 Fonte: Anuário do Instituto Rio Branco, 2020.

A década de 1990, ano em que Keiko Ishitani foi aprovada nos exames do MRE, mostra-se como um período de grande alteração nos moldes em que o concurso vinha se estabelecendo e nos revela um acréscimo substancial no número de candidatos inscritos, sobretudo a partir de 1996, quando se adotou definitivamente a nomenclatura CACD no modelo de ingresso na carreira diplomática, o que trazia, dentre algumas de suas mudanças, o ingresso direto na classe inicial de terceiro secretário, com o direito ao recebimento de vencimentos, mesmo durante o período de formação como diplomata no Instituto Rio Branco. Além disso, no período em questão, ocorreram outras grandes mudanças, como a abolição definitiva de quaisquer provas orais ou entrevistas, em 2003, e a exclusão dos exames físico e psíquico, em 2004, que passaram a ser etapa prévia à nomeação do aprovado como servidor público.

Portanto, em vista das alterações apresentadas acima, podemos perceber a influência que as medidas impostas pelo Itamaraty causaram no perfil dos candidatos à carreira, especialmente na virada do séc. XX para o séc. XXI. Nesse viés, conseguimos inferir também que a participação dos *nikkeis* na carreira diplomática tornou-se mais expressiva somente a partir do final do séc. XX, embora contasse com seu primeiro representante desde o ano de 1975. De todo modo, especificamente quanto ao grupo de *nikkeis* na carreira diplomática, é possível atribuir a alguns outros fatores importantes essa “lacuna” temporal entre o feito pioneiro de Fujita e a aprovação com mais frequência de descendentes de japoneses nos exames à carreira. Um desses fatores é a própria percepção do Itamaraty como um órgão bastante fechado e que veio a

assumir ações mais efetivas de diversificação de seus quadros somente no final do séc. XX.

Figura 11 – Edmundo Sussumu Fujita e Cecília Kiku Ishitani no Itamaraty, 1996



Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Quando Cláudia Ishitani foi aprovada nos exames do Instituto Rio Branco, o jornal São Paulo Shinbun⁵⁸, em 2004, reforçava a informação de que o grupo de *nikkeis* na carreira ainda era muito restrito e que tinha como seu maior expoente, o então embaixador e diretor do Departamento da Ásia e Oceania no Itamaraty: Edmundo Sussumu Fujita. Outrossim, Cecília Ishitani afirma que por muito tempo a carreira de diplomata foi vista como elitista e que, por esse motivo, muitos *nikkeis* “sequer contemplavam a possibilidade de ingressar nesse seleto grupo. O precedente aberto pelo embaixador Fujita e, posteriormente, pela Conselheira Fátima Ishitani ajudou a desmistificar essa percepção”. (ISHITANI, 2008, pág. 97).

Desse modo, ao passo que o Itamaraty buscava formas de mostrar-se mais democrático e representativo, a aprovação da primeira diplomata *nikkei* e

⁵⁸ SÃO PAULO SHINBUN. **Jovem *nikkei* conquista vaga em disputada carreira diplomática.** São Paulo, 2004.

o prestígio alcançado por Fujita na carreira, que em 2002 já havia sido promovido a ministro de primeira classe, contribuíram para que houvesse um maior incentivo a demais *nikkeis* à carreira, o que resultou numa aprovação gradual de novos diplomatas com ascendência japonesa entre a virada do século XX para o século XXI e os dias recentes. Portanto, podemos sugerir que a aprovação de Fujita no Itamaraty em 1975 não fez necessariamente parte de uma tentativa do governo brasileiro em ampliar o acesso à carreira de diplomata, mas que ela se deu em um contexto histórico (e individual de Fujita) bastante específico, que corroborou com a sua conquista.

Num âmbito mais geral, Fujita, assim como muitos outros *nisseis* de sua época, ao ter as condições necessárias proporcionadas por seus pais imigrantes para que se dedicasse aos estudos e pudesse seguir uma carreira urbana, estava dando continuidade ao processo de ascensão social vivido pela comunidade japonesa daquele período. Do mesmo modo, no âmbito individual, a formação multicultural de Fujita, com o conhecimento em idiomas estrangeiros que não somente a língua japonesa, mas também o francês e o inglês, como veremos mais adiante neste trabalho, foi um fator determinante em fazer com que Fujita se tornasse o primeiro *nikkei* a ser admitido na diplomacia brasileira.

Na época em que prestou as provas do Instituto Rio Branco, Fujita parece ter ficado surpreso com a importância dada à sua aprovação pelos jornais brasileiros. No artigo publicado na Folha de São Paulo (FIGURA 10), ele afirma que não via nada de excepcional no seu feito, pois o Brasil, no seu ponto de vista, por ser um país multirracial, é um lugar onde todas as raças se integram. Embora a resposta dada por ele pudesse sugerir que não tivesse consciência da relevância de ser o primeiro nipo-brasileiro a passar nas provas do Itamaraty, bem como estava alinhada com o discurso da democracia racial propagado à época, Fujita sabia que a diplomacia brasileira nunca havia tido ninguém de origem japonesa em sua força de trabalho.

Quando questionado, em sua última entrevista, realizada no ano de 2016, sobre a escolha pela diplomacia, Fujita lembra-se de que, quando jovem, tinha interesse pela carreira, mas tinha um pouco de receio pelo fato de nunca ter visto um *nissei* diplomata. “Estava bastante curioso com aquela carreira, mas falei:

‘nunca ouvi falar que nissei tivesse entrado na carreira diplomática, então não é nem comigo essa história’.” (entr. em 06/03/2016). Além disso, sua afirmação, bastante diplomática, de que não via nada demais em um *nissei* ser aprovado nas provas do Itamaraty pode ser interpretada, pelo leitor mais atento, como uma forma de mostrar humildade e não soar demasiadamente orgulhoso ante a sua conquista. Sendo assim, é possível sugerir que, embora não assumisse à época a posição de “primeiro diplomata *nissei*”, Fujita tinha noção da importância social que o ineditismo de seu feito carregava.

Quando foi nomeado embaixador do Brasil na Coreia do Sul, Fujita deu uma entrevista, em 2009, para o programa *Diplomacy Lounge*, da Arirang TV, uma rede televisiva sul-coreana provida pela Korea International Broadcasting Foundation⁵⁹. Na ocasião, Fujita foi lembrado pelo entrevistador, Shin Hyun-gook, sobre a forte atuação do diplomata nas relações entre Brasil e os países asiáticos, perguntando ao embaixador sobre o fato dele ter sido o primeiro descendente de japoneses a entrar no Itamaraty. Em resposta, Fujita orgulhosamente afirma que foi o primeiro a conseguir ser aprovado nos exames de ingresso do Serviço Exterior Brasileiro na geração dele, mas que atualmente existem muitos outros descendentes de asiáticos nos quadros do Itamaraty.

Apesar dessa importância social atribuída à aprovação de Fujita nas provas do Instituto Rio Branco não ter sido difundida tão abertamente por ele, o seu pioneirismo sempre foi lembrado no decorrer de sua vida, inclusive por seus colegas de profissão. Ronaldo Mota Sardenberg⁶⁰, diplomata de carreira, conta que Fujita, por ter sido a primeira pessoa de ascendência japonesa no Itamaraty, deixou um legado na diplomacia brasileira. A grandeza desse legado, segundo Sardenberg, deve-se ao ineditismo que ele carrega. Então, embora possamos perceber certa cautela e discrição em Fujita assumir seu pioneirismo e a alcunha de primeiro diplomata *nikkei*, o fato marcou, desde o início, a sua carreira. Diversas foram as notícias de jornais que exaltavam a sua conquista e o lembravam de que havia se tornado o primeiro *nikkei* na diplomacia brasileira.

⁵⁹ Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

⁶⁰ Entrevista de Ronaldo Mota Sardenberg, concedida em setembro de 2018. O embaixador Ronaldo Mota Sardenberg foi colega de Fujita no Itamaraty, onde atuaram juntos na Rússia; nos Estados Unidos, junto às Nações Unidas (ONU); e frente à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da república.

Figura 12 – Entrevista para o São Paulo Shimbun em 1975

HIRAI
AUTO COMERCIAL LTDA.
Rua Monte Estreito, Av. 24,
Vila Pompéia, São Paulo, Capital
R. PABX 65-7198

São Paulo-Shimbun

Redação, Administração e Oficina
Rua Tomé de Lima, 573 — SÃO PAULO
Caixa Postal, 2176. Endereço Teleg. "SHIMBUN"

Administradora: 278-2739
Redação: 278-7480
Publicidade: 278-2865
Assinatura e despacho: 278-2885

São Paulo, sexta-feira, 14 de março de 1975

Edmundo Sussumu Fujita, o primeiro nissei a seguir uma carreira diplomática

Simpático, atencioso e comunicativo. Assim é o jovem bacharel Edmundo Sussumu Fujita, que conseguiu ingressar no Instituto Rio Branco em primeiro colocado, tornando-se assim, o primeiro nissei a ingressar na carreira diplomática do governo brasileiro.

Na entrevista que nos concedeu em sua casa, no bairro de Vila Clementino, o futuro diplomata brasileiro demonstrou bastante animado e satisfeito por ter realizado o seu sonho de sempre, de sair, estudar nessa tradicional escola que é o Instituto Rio Branco, de onde saíram, daqui a dois anos, como técnico-secretário.

Num curto espaço atencioso e acolhedor, Edmundo Sussumu Fujita respondeu a todas as nossas perguntas demonstrando muita inteligência e bom senso, além de uma extraordinária cultura.

Em abaixo o informal bate-papo que mantivemos com o jovem estudante do Instituto Rio Branco:

SHIMBUN — Edmundo, como é o curso que você vai fazer e qual é a sua duração?

EDMUNDO — O Instituto Rio Branco, localizado na cidade do Rio de Janeiro, é uma escola mantida pelo Ministério de Relações

você já conheceu?

EDMUNDO — Fiz o curso primário e o ginásio no Liceu Pasteur e o colégio no Colégio São Luís e o curso superior na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi no Japão logo após a formatura, através de uma bolsa de estudos concedida pelo Ministério de Educação do Japão (Monbushō), onde fiquei durante um ano e meio na Universidade de Tóquio fazendo pesquisas sobre a Política Internacional e História Diplomática.

Na volta do Japão, passei pela Europa e fiquei durante dois meses na Holanda fazendo também pesquisas relacionadas à Política Internacional.

SHIMBUN — Além dessa bolsa de estudos no Japão e na Europa, quais os outros países que você conhece?

EDMUNDO — Quando cursava o Direito já estive uma vez no Japão, e depois, durante as férias na escola, fui aos Estados Unidos estudar alguns meses através de uma bolsa de estudos.

SHIMBUN — Essas viagens ao exterior têm contribuído para aumentar a motivação para você escolher carreira diplomática?

EDMUNDO —

mas dessa escola?

EDMUNDO — Em Português, o tema era "Urbanização, em Francês, tivemos que escrever tudo sobre o "Comunismo em Masses", em Inglês era um assunto mais filosófico pois o tema "A História como Fator para Moldar o Futuro", exigia dos candidatos um conhecimento razoável de História e de assuntos atuais.

SHIMBUN — Você disse que a maioria é reprovada na primeira fase. Quais os requisitos para continuar as provas?

EDMUNDO — Na segunda fase, os examinadores verificam se o candidato está com boa saúde, fazem exames psicológicos, verificam se o candidato tem desenvolvimento pessoal e fazem uma série de entrevistas para provar se realmente o candidato está apto a seguir uma carreira diplomática. Finalmente, aprovados na segunda fase os candidatos são submetidos a exames de Literatura, Direito, Atualidade, História Geral e História do Brasil.

SHIMBUN — Terminadas todas as provas e divulgados os resultados, como você se sente após um longo período de tensão, ao conquistar o primeiro colocado?

ber uma bolsa de mil, novecentos e cinquenta cruzeiros mensais.

SHIMBUN — E quando começam as aulas?

EDMUNDO — No dia 31 de março.

SHIMBUN — Ouvi dizer que o primeiro colocado para o ingresso no Instituto Rio Branco ganha uma medalha. É verdade?

EDMUNDO — Sim. Mas não é só o primeiro colocado. Também o segundo ganha uma medalha. Mas importante coisa, porém são as medalhas oferecidas aos melhores alunos no fim do curso.

SHIMBUN — Qual é o número de vagas no Instituto Rio Branco?

EDMUNDO — Trinta.

SHIMBUN — Quantos candidatos prestaram exames este ano?

EDMUNDO — 234 candidatos.

SHIMBUN — E esse número de vagas foi preenchido?

EDMUNDO — Infelizmente, não. Apenas 14 conseguiram ser aprovados.

SHIMBUN — Com que média você conseguiu ser aprovado em primeiro lugar?

EDMUNDO — Com média 76,57.

SHIMBUN — Qual seria o sonho para qual poucos jovens brasileiros interessam por essa brilhante

Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

A matéria do São Paulo Shimbun, publicada em 14 de março de 1975 (FIGURA 12), uma semana após o aniversário de Fujita e da publicação oficial de sua aprovação nos exames do Instituto Rio Branco, noticia com orgulho que aquele simpático *nissei* havia se tornado o primeiro descendente de japoneses a ingressar na carreira diplomática brasileira. Assim como outros nomes da comunidade japonesa que passaram a ocupar espaços profissionais e sociais nunca antes experimentados por japoneses no Brasil, Fujita ganhou bastante notoriedade pelo seu feito, que também fez parte do processo de ascensão social vivido pelos *nikkeis* daquele período.

A importância social da aprovação do primeiro descendente de japoneses no Itamaraty é revelada, portanto, principalmente nas páginas dos impressos que sempre o descreviam como “o primeiro *nissei* no Itamaraty”. Além das matérias do São Paulo Shimbun e da Folha de São Paulo, o Jornal do Brasil também deu destaque a etnicidade de Fujita quando, em 05 de março de 1975, listou quem eram os aprovados nos exames do Instituto Rio Branco daquele ano

e o descreveu como único *nissei* a conseguir ser aprovado no concurso para a carreira diplomática brasileira.

Vale lembrar que, como mencionado anteriormente, o governo brasileiro à época carecia de exemplos de pessoas “não brancas” ocupando espaços sociais e profissionais considerados tradicionalmente restritos, e que por muito tempo não representaram de fato a “imagem” do Brasil. Nesse viés, o Itamaraty, quando questionado sobre a ausência de negros na carreira diplomática, alegava que o fato ocorria devido a um problema socioeconômico existente no Brasil, e afirmava não haver discriminação racial na instituição.

Em abril de 1978, quando um jornalista brasileiro atribuiu a inexistência de diplomatas negros no Brasil ao racismo, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil negou a acusação, citando que, três anos atrás, eles haviam aprovado para a carreira Edmundo Sussumu Fujita, uma pessoa de origem asiática (NISHIDA, 2018). Nesse sentido, a aprovação de uma pessoa “amarela” na instituição também serviu para que o MRE argumentasse que não havia discriminação racial no processo de recrutamento de diplomatas.

Além da relevância que a aprovação de Fujita teve dentro da história da comunidade japonesa no Brasil, bem como da história do próprio Itamaraty, é importante registrar também que ele havia passado em um dos exames mais rigorosos do funcionalismo público brasileiro. As provas de admissão à carreira diplomática, como já mencionado neste trabalho, vinham exigindo cada vez mais de seus candidatos, que deveriam conhecer profundamente não só a língua portuguesa, mas também os idiomas francês e inglês, e precisavam passar por exames de Geografia, História do Brasil, História Geral e Direito Internacional. Os candidatos também eram submetidos a exames médicos e psicológicos, além de uma investigação dos seus costumes e personalidade.

No ano de 1974, foram oferecidas ao todo 30 vagas para a carreira de diplomata. Entretanto, dos 234 inscritos naquele certame, apenas 14 passaram pelas provas de idiomas da primeira fase. A disciplina que mais reprovou candidatos no exame foi a de francês, na qual Fujita conseguiu a nota mínima necessária para avançar no concurso: 50 pontos dos 100 disponíveis. Por outro

lado, Fujita alcançou a nota mais alta no exame de língua inglesa daquele ano, somando 90 pontos.

Sobre seu desempenho na prova de idiomas, podemos identificar que o estudo de línguas estrangeiras durante a infância e as experiências internacionais que teve durante a vida acadêmica, como veremos mais adiante neste trabalho, possibilitaram a Fujita conseguir ser aprovado com louvor na fase que mais eliminou candidatos daquele ano. Fato não muito comum a outros *nikkeis* de sua época, a educação no renomado colégio Liceu Pasteur e os estudos nos institutos Aliança Francesa e Cultura Inglesa lhe deram a oportunidade de desenvolver suficientemente, já na juventude, as habilidades linguísticas exigidas nas provas do Instituto Rio Branco.

Naquele ano, após a primeira fase, a aprovação em definitivo nos exames não contava com nenhuma concorrência direta, já que apenas 14 pessoas avançaram no concurso que visava o preenchimento de 30 cargos vagos. Nas fases seguintes do concurso, mais dois candidatos foram reprovados, sendo um nos exames de aptidão e outro na prova de geografia, de modo que a lista final contou com 12 nomes. Edmundo Sussumu Fujita alcançou o primeiro lugar na classificação geral, recebendo pelo resultado conquistado o Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva⁶¹ – Medalha de Prata. Das 30 vagas oferecidas naquele ano, portanto, 18 não foram preenchidas, o que gerou dentro do Ministério das Relações Exteriores um debate sobre possibilidade de se realizar um exame direto para ingresso na carreira, com a finalidade de tentar ampliar a sua mão de obra efetiva.

Vale lembrar que, desde a criação do IRBr em 1945, a admissão à carreira diplomática vinha ocorrendo por meio de exames que possibilitavam aos aprovados estudarem no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD),

⁶¹ Segundo o anuário do Instituto Rio Branco, “o Prêmio “Lafayette de Carvalho e Silva” é uma homenagem a um dos primeiros diretores do Instituto. Foi idealizado, em 1956, pelo Ministro Elmano Cruz, então examinador de Noções Fundamentais de Direito do exame vestibular do CPCD, com o objetivo de agradecer, com medalhas de prata e bronze, os classificados em primeiro e segundo lugar nesse processo seletivo. Em 1978, o prêmio foi estendido, com efeitos retroativos, para os aprovados de mesma classificação nos concursos de provas realizados até então. Embora o exame vestibular do CPCD tenha sido descontinuado em 1996, o prêmio continua a ser conferido aos primeiros colocados no CACD”.

Disponível em: <http://www.institutorio Branco.itamaraty.gov.br/images/pdf/Anuarios/anuario-2020.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021

com duração de dois anos, sendo nomeados para o cargo automaticamente após concluírem os exames finais do Instituto Rio Branco. Fujita, em 1974, foi aprovado em primeiro lugar nos exames que o possibilitariam estudar no Rio Branco e, em 1975, conseguiu também ser aprovado no exame de ingresso direto à carreira, que o daria a possibilidade de poder diretamente exercer a profissão de diplomata, sem a necessidade de participar do curso de formação.

Na década de 1970, devido ao grande número de cargos vagos, estava se tornando cada vez mais comum a aplicação de provas que permitiam o ingresso direto à carreira, dispensando os aprovados do CPCD e os nomeando imediatamente na função de diplomata. Nesse sentido, é importante mencionar que naquela época poucos eram os que conseguiam satisfazer os rigorosos critérios exigidos pelo MRE, tanto nas provas para cursar o Rio Branco, quanto nas provas para entrada direta na carreira. As provas do Itamaraty exigiam candidatos extremamente capacitados, principalmente no conhecimento de línguas estrangeiras. Fujita, portanto, um *nissei* que falava inglês e francês, era um desses candidatos qualificados a ingressar no Instituto Rio Branco e a se tornar um diplomata brasileiro à época.

4. EDMUNDO SUSSUMU FUJITA: VIDA E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Finalmente, feitas as reflexões acerca da imagem dos japoneses na sociedade brasileira e acerca do contexto histórico do Brasil na década de 1970; apresentada a construção de um perfil predominante dentro da carreira de diplomata ao longo dos anos; bem como debatida a aprovação de Fujita no Itamaraty, avançaremos, portanto, para a parte que trata da trajetória de vida de Edmundo Sussumu Fujita; desde a sua infância; sua época de estudante; a escolha pela carreira internacional; e os eventos mais importantes de sua vida profissional.

4.1 Infância e educação

Foi no ano de 1934, 26 anos após o início oficial da imigração japonesa no Brasil, que a família Fujita chegou em terras brasileiras. Yoshiro Fujita, pai de Edmundo Sussumu Fujita, nasceu em 1920, na província de Fukushima, e com 14 anos veio com a família ao Brasil. Durante 1 ano, trabalhou em uma plantação de café em São Paulo e, posteriormente, com sua família, fixou-se no norte do Paraná, na cidade de Assaí, onde ficou até o ano de 1938.

Assim como a maior parte das famílias de imigrantes japoneses na época, os Fujita tinham como fonte de renda a agricultura e Yoshiro dedicou-se à essa atividade até os seus 18 anos de idade, quando, para trabalhar numa importadora japonesa, mudou-se para São Paulo. Enquanto trabalhava nessa empresa, Yoshiro Fujita estudou para tornar-se contador, conquistando seu certificado em 1945.

Com o surgimento da Segunda Guerra Mundial, a empresa japonesa em que trabalhava acabou finalizando suas atividades e, como alternativa, Yoshiro passou a vender revistas e livros japoneses usados. Assim, em 1949, funda a Livraria Sol, na Rua Conde de Sarzedas (região onde se iniciou o bairro japonês da Liberdade), exercendo papel de relevância dentro da comunidade japonesa, pois os produtos comercializados na livraria possibilitavam aos imigrantes a chance de ter contato direto com materiais importados do Japão.

A história da criação da Livraria Sol se assemelha a de muitos negócios empreendidos pelos imigrantes japoneses naquele período, os quais começaram a se transferir do interior para a cidade de São Paulo. Segundo Arlinda Rocha Nogueira (1984), a grande concentração populacional da cidade aumentou a necessidade de se criarem novos negócios que suprissem a demanda gerada por seu desenvolvimento. São Paulo, portanto, acabou funcionando “como ímã e não foram poucos os japoneses que se fixaram em seus arredores” (NOGUEIRA, 1984, pág. 176).

Com a finalidade de ampliar seus negócios, esses imigrantes fixaram-se na região da Rua Conde de Sarzedas e exerceram diversas atividades voltadas à comunidade japonesa, construindo, por exemplo, casas de artigos japoneses, restaurantes, pousadas, hotéis, barbearias, farmácias e consultórios médicos.

Figura 13 – Matéria de jornal sobre Yoshiro Fujita



Fonte: Recorte de Jornal, janeiro de 2004. Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

E foi dentro desse cenário que a Livraria Sol tomou forma. Considerada uma das mais tradicionais livrarias japonesas no Brasil, como mostra a matéria acima (FIGURA 13), a Sol conseguiu destaque numa época em que a comunidade japonesa retomava o livre acesso a materiais originais do Japão e buscava novamente o incentivo ao ensino e aprendizado da língua japonesa.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo de Getúlio Vargas determinou que todas as crônicas, editoriais e principais artigos deveriam ser traduzidos e publicados em português. Esse período foi marcado pela rigorosa fiscalização da educação, registrando o encerramento de 219 escolas primárias japonesas (HANDA, 1987, pág. 626) e representando um momento de pouquíssimo contato e desenvolvimento da língua japonesa no Brasil.

Findada a Segunda Guerra Mundial, as décadas de 1950 e 1960 marcaram o reinício da vinda de imigrantes japoneses ao Brasil, a reabertura de escolas de língua japonesa, bem como a criação de novas escolas, e a reabertura de jornais de língua japonesa (HANDA, 1987), o que representou grande aumento no número de leitores do idioma japonês no Brasil. Dentro desse contexto, considerando o grande número de leitores em língua japonesa na época, a Livraria Sol chegou a importar, mensalmente, 15 toneladas de impressos naquele período.

Além da criação da livraria Sol, Yoshiro Fujita também constituiu família no Brasil, casando-se com Chiyoko Yamamuro – cuja família veio de Nagano e chegou ao Brasil na primeira leva da imigração japonesa, no início do século XX – e tendo três filhos: Edmundo Sussumu Fujita, Roberto Ossamu Fujita e Enio Jun Fujita, todos dispostos na foto abaixo (FIGURA 14).

Figura 14 – Família Fujita em 1957



Legenda: Da esquerda para direita: Chiyoko Yamamuro Fujita, Enio Jun Fujita, Yoshiro Fujita, Roberto Ossamu Fujita e Edmundo Sussumu Fujita.

Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Edmundo Fujita, o mais velho dentre os filhos de Yoshiro, nasceu no dia 7 de março de 1950, em São Paulo, e viveu sua infância na região da Liberdade, passando boa parte dela frequentando a livraria de seu pai e consumindo os diversos livros e revistas escritos no idioma japonês disponíveis nas prateleiras da Sol, como lembra sua esposa, Maria Ligaya Fujita⁶²: “O pai dele tem essa livraria Sol, na Liberdade. Eles importavam muitos livros do Japão e o Edmundo, como criança, ficava nessa loja vendo os livros, mangás e essas coisas.”

Embora tenha aprendido japonês quando criança, Edmundo Fujita, ao contrário da maioria dos *nisseis* na época, não estudou em uma escola japonesa, tendo realizado seus estudos no prestigiado Colégio Liceu Pasteur, na cidade de São Paulo. Na segunda geração de imigrantes japoneses no Brasil, era comum os jovens frequentarem as chamadas escolas japonesas, onde recebiam ensino

⁶² Entrevista de Maria Ligaya Tolentino Abeleda Fujita, concedida em 24 de abril de 2017.

da língua japonesa, bem como eram expostos aos costumes e tradições de seus ancestrais. Os *nisseis*, em geral, cresciam num ambiente de predominância dos valores da comunidade japonesa existentes no Brasil, de modo que, ao se confrontarem com o restante da sociedade brasileira – por exemplo, ao frequentarem escolas brasileiras –, acabavam encontrando dificuldades de integração, tais como “o aprendizado do português, o ajustamento a um regime escolar diverso e a convivência com colegas e amigos”. (CARDOSO, 1959, pág. 104).

No entanto, o jovem Edmundo Fujita teve uma infância um pouco diferente. A vivência em dois ambientes distintos não pareceu um problema para ele e, desde cedo, foi exposto a outras culturas, como conta Maria Ligaya Fujita: “Teve uma coisa diferente, porque sempre frequentou escolas brasileiras. Acho que os pais não focavam só na cultura do Japão, deram para ele a oportunidade de ser exposto a várias culturas”. (entr. em 24/04/2017). No Liceu Pasteur, estudou inglês, francês, aprendeu a tocar piano e flauta doce e, inclusive, fez parte do coral juvenil, que na época era ministrado pelo maestro Walter Lourenção⁶³.

Iraí de Paula Souza⁶⁴, colega de infância de Fujita, conta que na época do coral eles se encontravam três vezes por semana, durante duas horas, para praticar. O repertório era bastante diferenciado e eles cantavam nos idiomas inglês, francês, italiano e latim. “Ele tinha uma formação musical bastante sólida, porque ele aprendeu piano quando mais jovem e, àquela altura do coral, ele também, além de cantar, tocava flauta doce, que é a flauta barroca”. (entr. em 25/04/2017).

Maria Ligaya atribui à mãe, Chiyoko Yamamuro, essa educação erudita que Edmundo Fujita teve quando criança:

⁶³ Walter Lourenção é um maestro brasileiro. Na carreira, regeu concertos com a Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo e a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, além de orquestras do Rio de Janeiro. Foi o criador da orquestra de câmara do Museu de Arte de São Paulo (MASP) e regeu ainda o coral juvenil do Liceu Pasteur, de São Paulo.

⁶⁴ Entrevista de Iraí de Paula Souza, concedida em 25 de abril de 2017. Iraí de Paula Souza foi amiga de infância de Fujita, tendo o conhecido durante seu período de estudos durante o Liceu Pasteur, época em que participaram do coral comandado pelo maestro Walter Lourenção.

Parece-me que a mãe dele era uma pessoa muito culta, lia muito (...), sempre falava de educação, da exposição, da cultura, da importância de conhecimento. E acho que a mãe que ficava dando para ele todas as oportunidades, pois ele estudou piano quando criança, estudou línguas quando criança. (entr. em 24/04/2017).

Além do gosto pela música, especialmente pelos clássicos, Fujita também mantinha grande interesse por Filosofia e Artes. Durante o período escolar, segundo relato do colega de infância Augusto Cesar Mazzola⁶⁵, Fujita sempre foi um aluno muito dedicado, saindo-se bem em todas as disciplinas escolares. Com o tempo, o jovem Fujita acabou descobrindo a sua preferência pelas ciências humanas, inclusive decidindo seguir um caminho diferente de seu colega em sua formação no Liceu Pasteur. No colégio, como parte do currículo, os alunos deveriam escolher seguir os estudos entre o científico e o clássico, e Edmundo Fujita, então, optou por entrar no clássico, no qual pôde aperfeiçoar seus estudos em francês e também, segundo Augusto Mazzola, “pôde manifestar mais suas ideias” (entr. em 24/04/2017).

Embora demonstrasse maior ligação com a área de Humanidades, o jovem Fujita alcançava sempre um ótimo desempenho também nas demais matérias. “Edmundo era muito inteligente. A gente estudava, mas ele prestava a atenção na aula mais do que a gente. Ele sabia de tudo. E ele ajudava a gente”. (entr. em 24/04/2017). Segundo Augusto Mazzola, o amigo não fugiu ao estereótipo de que todo descendente de japoneses é muito inteligente. Ele conta que já tinha essa concepção, mas que a teve reforçada durante os anos de convívio e de amizade com Fujita.

Nesse sentido, é importante mencionar que, no Brasil, historicamente tem-se a ideia de raça como fator determinante na perpetuação de qualidades de um indivíduo, ou seja, de acordo com a cor da pele da pessoa e de suas características físicas, existirá a transmissão hereditária de qualidades morais, intelectuais e psicológicas (GUIMARÃES, 2003). Dentro desse contexto, a comunidade japonesa no Brasil é associada a certos estereótipos, os quais surgiram principalmente após a Segunda Guerra Mundial, com a ascensão social

⁶⁵ Entrevista de Augusto Cesar Mazzola, concedida em 24 de abril de 2017. Augusto Mazzola foi colega de infância de Fujita durante o período em que estudaram juntos no ensino fundamental.

dos filhos de imigrantes japoneses, de modo que a valorização da educação escolar, “que inclui o apoio, a disciplina e o esforço de toda a família, contribuiu decisivamente para a formação de imagem positiva desses no Brasil, sendo estes associados às ideias de “bom aluno” e “inteligência”.” (KONIGAME, 2011, pág. 55).

Essa ideia, portanto, do descendente de japoneses como alguém sério e estudioso pode ser percebida nas entrevistas dos colegas de infância de Fujita, e ela é novamente atribuída ao jovem Fujita quando Iraí de Paula Souza fala sobre o amigo, afirmando que ele foi “uma pessoa que sempre prezou muito o estudo” (entr. 25/04/2017). Além da qualidade de inteligência, como seus colegas descrevem, Fujita foi desde criança alguém que sabia a hora certa para se comunicar. Augusto Mazzola conta que o amigo, apesar de se manter mais quieto durante as aulas, não era retraído e gostava muito de conversar. “Falava bastante, expressava-se bem. Não era uma pessoa quieta. Claro que na aula ele prestava atenção. Enquanto a gente bagunçava, ele prestava atenção.” (entr. em 24/04/2017).

Essa característica de Fujita pode ter contribuído para que algumas pessoas achassem que ele era tímido. No entanto, timidez pode não ser a palavra mais adequada para descrevê-lo, sendo mais adequado referir-se a Fujita como uma pessoa discreta, pois, segundo seus amigos, ele tinha clara noção de quando deveria falar e também quando deveria se manter mais retraído. Com relação a isso, nas palavras de Iraí de Paula Souza, Edmundo Sussumu Fujita “era uma pessoa de enorme tato com as outras pessoas, de muito equilíbrio social, isso desde jovem (...). Tinha uma polidez e uma inteligência realmente brilhantes”. (entr. em 25/04/2017).

Fujita era o único descendente de asiáticos na sua escola. Segundo Augusto, no Liceu Pasteur, em sua classe, havia uma menina cuja mãe era japonesa e o pai alemão, mas nenhum outro aluno tinha ambos os pais de origem asiática. Desse modo, no seu ambiente externo – onde passava boa parte de seu tempo – ele não tinha tanto contato com outros descendentes de japoneses e tinha total entrosamento com os colegas não descendentes de japoneses. Sobre esse fato, questionado se percebia no amigo alguma

manifestação cultural japonesa, Augusto Mazzola afirma que Fujita sempre foi discreto nesse ponto e que, na realidade, o seu “lado japonês” podia ser percebido nas ocasiões em que estava com sua mãe, Chiyoko Yamamuro, quando praticava o idioma e tinha contato com elementos da cultura nipônica.

No tocante ao conhecimento do idioma japonês, Edmundo Fujita tinha aulas particulares. De acordo com Maria Ligaya, “ele tinha estudo formal da língua japonesa, mas ele sempre frequentou uma escola brasileira. Ele tinha uma professora da língua japonesa, que até hoje está viva. A professora Kawamura”. (entr. em 24/04/2017). Na escola, então, Fujita estudava inglês e francês, mas no ambiente familiar mantinha a prática da língua japonesa.

Quanto a essa questão da preservação da prática do idioma japonês na comunicação familiar, é importante destacar que na década de 1950 mais da metade dos imigrantes japoneses no Brasil ainda optava por comunicar-se em japonês dentro de casa. De acordo com a Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa (1964)⁶⁶, em 1958, 75% dos imigrantes que viviam em áreas rurais preservava a língua japonesa como principal no ambiente familiar.

Mesmo nas áreas urbanas, a maioria dos imigrantes, cerca de 59%, também adotava a língua japonesa como a oficial dentro de casa. A preferência, portanto, pelo uso do idioma japonês em casa pela maior parte da comunidade japonesa à época pode ser observada nas tabelas abaixo:

Tabela 5 – Idioma falado no ambiente familiar pelos imigrantes japoneses e seus descendentes (números relativos a áreas rurais - 1958)

GERAÇÃO	TOTAL	JAPONÊS	JAPONÊS E PORTUGUÊS	PORTUGUÊS
Imigrantes	27.610	20.847	5.760	1.003
Descendentes	2.861	1.300	1.010	551

Fonte: Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, quadro 225, pág. 302, 1964.

⁶⁶ A Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa foi criada em 1958, com a finalidade de reunir e descrever o movimento de migração dos japoneses para o Brasil. A comissão realizou um censo que abrange todo o país e inclui diversas informações quantitativas sobre os imigrantes e seus descendentes, no ano de 1958. O trabalho também apresenta as mudanças sofridas pela comunidade japonesa no Brasil desde a chegada do primeiro navio de imigrantes em 1908, analisando-se o período de 50 anos dessa história. (SUZUKI, 1969).

Tabela 6 – Idioma falado no ambiente familiar pelos imigrantes japoneses e seus descendentes
(números relativos a áreas urbanas - 1958)

GERAÇÃO	TOTAL	JAPONÊS	JAPONÊS E PORTUGUÊS	PORTUGUÊS
Imigrantes	22.841	13.568	7.465	1.808
Descendentes	4.210	1.273	1.690	1.242

Fonte: Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, quadro 225, pag. 302, 1964.

Levando-se em consideração os dados apresentados, especialmente no que diz respeito aos imigrantes japoneses que moravam em áreas urbanas, – o que era o caso da família Fujita – conseguimos notar que, embora os pais de Fujita tenham dado a oportunidade de o filho entrar em contato com várias culturas, que não somente a japonesa, eles ainda mantinham valores e comportamentos comuns aos demais imigrantes japoneses da época, como, por exemplo, a preservação da comunicação em língua japonesa.

Augusto Mazzola reforça que a mãe de Fujita sempre se comunicava em japonês com o filho, afirmando que sequer sabia qual era o nível de proficiência dela no idioma português. Acrescenta, ainda, que ela era muito agradável e simpática, “mas sempre mais distante, como uma senhora japonesa. Eu não sei nem dizer o que ela falava de português, porque nunca ela falou português com a gente. Ela falava com o Edmundo em japonês.” (entr. em 24/04/2017).

Ainda, sobre a prática de atividades tipicamente japonesas, Augusto Mazzola relata uma das experiências mais memoráveis que teve na casa do amigo. Certa vez, Fujita contou a ele e a Carlos Köhler (outro amigo de infância de Fujita) que sua mãe estava treinando para realizar a cerimônia do chá e que ela gostaria de experimentar a prática com os colegas do filho:

Um dia, isso eu me lembro bem, ele nos disse: “olha, minha mãe está treinando para a cerimônia do chá. Ela está fazendo um curso e ela tem que praticar. Então, quem vai tomar chá hoje somos nós”. Então, nós fomos a uma sala especial, na edícula, onde jogávamos pingue-pongue, que era uma grande sala embaixo aberta (...), tinha um tatame, onde nós, os meros mortais, entramos e sentamos direitinho. E ela, toda vestida

adequadamente, fez toda a cerimônia do chá e nos serviu. Foi uma coisa para mim estonteante. (entr. em 24/04/2017).

A casa da família Fujita era o principal local de expressão do “lado japonês” de Edmundo Fujita, pois, quando longe das atividades culturais e artísticas tipicamente ocidentais proporcionadas pela vida escolar no Liceu Pasteur, era no ambiente familiar que ele praticava o idioma japonês e experimentava as tradições de seus ancestrais.

Dessa maneira, apesar da educação “abrasileirada” de Fujita, vivenciada dentro de um colégio e um modelo de educação considerados de elite branca brasileira, ele também tinha contato frequente com os valores e tradições propagados pelos imigrantes japoneses da época. Havia, portanto, como menciona Okamoto (2019, pág. 88), na vida de Fujita a vivência em dois ambientes completamente distintos, de modo que a sua identidade se tornou o resultado da combinação de várias culturas, compondo o que Denys Cuche (1999) denomina de identidade sincrética, ou seja, “a adição de duas identidades para uma só pessoa.” (pág. 193).

Essa identidade sincrética de Fujita serviu para que ele pudesse, em vários momentos de sua vida, transitar entre esses dois ambientes culturais de forma bastante natural, inclusive sendo uma característica facilitadora no decorrer de sua carreira. Ao ser questionada sobre uma possível identidade sincrética de Fujita, se ele se considerava um brasileiro que tinha alguns valores japoneses, Iraí de Paula Souza responde que Fujita sempre teve consciência de sua origem japonesa. Ela ainda acrescenta: “(...) acho que ele sempre viu como positivo ter a origem japonesa, que é muito forte na personalidade dele”. (entr. em 25/04/2017).

Ainda, Iraí de Paula Souza acredita que essas características de Edmundo Fujita contribuíram muito em sua vida como diplomata, fazendo com que ele conseguisse criar raízes em todos os locais por onde passou, tendo em vista que, desde pequeno, teve a oportunidade de ser exposto a diferentes culturas.

Outros atributos que anunciavam a afinidade de Fujita com a área de relações internacionais também são percebidos nos depoimentos de seus

colegas de infância. Augusto Mazzola comenta que Fujita, considerando a ascendência dos três amigos, apelidou o seu grupo de Eixo. “Edmundo chamava o nosso pequeno grupo de Eixo. Ele já era ligado em tudo isso. A Itália sou eu; o Carlos Köhler, Alemanha; e ele, Japão.” (entr. em 24/04/2017). Na visão do amigo, portanto, o pequeno Fujita já tinha enorme interesse por questões relacionadas à história e política internacional. O Eixo, relata Augusto, reunia-se todos os dias para estudar, jogar pingue-pongue e escutar os discos dos Beatles, que o pai de Fujita tinha na Livraria Sol. Chiyoko Yamamuro nessas ocasiões sempre preparava um grande lanche para os garotos.

Como podemos observar, a história de Fujita apresenta certas nuances que o diferem da maioria dos descendentes de japoneses no Brasil de sua época. Talvez isso – toda sua formação, experiências, estudos e atividades – tenha influenciado na escolha de sua profissão. Teve desde cedo muito contato com vários tipos de culturas. Teve o contato externo por causa da escola francesa, mas também estudou japonês em casa e lia livros japoneses na livraria de seu pai, no bairro da Liberdade, de modo que toda essa formação multicultural, e não apenas da cultura japonesa, deu a Fujita, desde pequeno, certo perfil de diplomata.

4.2 Decisão pela carreira diplomática

Seguindo o processo de urbanização vivido pela comunidade japonesa à época, Fujita fazia parte de um grupo (os *nisseis*) que tendia a escolher profissões mais urbanas, geralmente por meio da formação em cursos universitários, já que, segundo Ruth Cardoso (1995), a origem urbana costumava determinar mais a escolha da profissão do que a origem rural. Portanto, “considerando as diferenças que existem entre as gerações de imigrantes e descendentes, verifica-se maior tendência para a urbanização entre os nascidos no Brasil”. (pág.70)

Nesse viés, desde muito jovem, Fujita já mostrava interesse em seguir uma carreira na área de Humanidades. Política, História e Filosofia eram seus campos de maior interesse, chegando a optar por seguir a área clássica nos estudos no Colégio Liceu Pasteur. Mais tarde, Fujita prestou o vestibular para a faculdade de direito da Universidade de São Paulo (USP) e para o curso de filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tendo sido aprovado em ambos os exames. No vestibular da USP, Fujita alcançou a oitava colocação da lista de aprovados (FIGURA 16), reforçando assim sua fama de aluno brilhante entre os amigos de infância.

Figura 16 – Lista de aprovados na Faculdade de Direito da USP em 1968

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE DIREITO			
Lista dos aprovados nos vestibulares			
1	Roberto Zaclis	89	Gerda Schoder
2	Mancel Joaquim Pereira dos Santos	90	Ieda Verra
3	Maria Helena de Barros Pimentel	91	Lucia Rinaldi
4	José de Oliveira Costa	92	Marcia Danellene
5	Eliane Hays de Camargo	93	Maria Cecilia Leoni
6	Reynaldo Farah	94	Neide Montezinos Escribano
7	Hugo Nigro Mazzilli	95	Paulo Sergio Miguez Urbano
8	Eduardo Sussumu Fujita	96	Celso de Souza Azzi
9	Frederico Farias de Miranda	97	Custodio Martins da Silva
10	Nirce do Amaral Marre	98	Ellen de Castro Quintanilha
11	Luiz Fernando Ferraz Slez	99	Estenor Pinto Santos
12	Sylvia Regina de Carvalho	100	Harry Nelson Bauer
		101	Linea Lindquer Xavier
		102	Luiz Gonçalez Filho
		103	Moisés Vilaça
		104	Pedro Abrahão Filho
		105	Pedro Aparecido Lino Gonçalves
		106	Sonia Helena Pupo Hellmeister Novaes
		254	Antonio Carlos Fernandes Blanco
		255	Antonio Iebra
		256	Cleide Perero Previtali
		257	Eduardo Miura
		258	Iraja de Souza
		259	Julio Cesar Cardoso
		260	Maria Carmen Espirito Santo
		261	Olga Misae Okuhara
		262	Renise Lúcia Fontana
		263	Yara Fonseca de Andrade
		264	Carlos Alberto Relye Carvalho
		265	Carman Matzoni
		266	Emilia Cerdeira Diz
		267	Fernando Antonio Ferreira Rodrigues
		268	Francisco Eduardo de Vasconcelos Filomeno
		269	Gilberto Mlexia
		270	Helio Eduardo Castilho de
		409	Anto de C
		410	Anfo
		411	Anto
		412	Ceci
		413	Day
		414	Gay
		415	Joel
		416	Jose
		417	Kili
		418	Lul
		419	Lul
		420	Ma
		421	Ma
		422	Ni
		423	Od
		424	Re
		425	Sa
		426	Se
		427	Wa

Fonte: Acervo pessoal de Edmundo Sussumu Fujita.

Fujita, então, por insistência dos pais, optou por entrar no curso de direito da USP. Além disso, ele afirmava que “o direito era interessante porque era um curso voltado para muitas áreas” (entr. em 25/04/2017)⁶⁷, de forma que proporcionava o contato com vários campos de conhecimento e também dava uma oportunidade maior de escolhas profissionais que outros cursos.

É válido registrar que Fujita, ao ingressar na universidade, estava não somente atingindo um objetivo pessoal e familiar, mas também estava dando continuidade ao movimento de ascensão social iniciado, naquela época, pelos imigrantes de japoneses no Brasil. Conforme explica Cardoso (1995, pág. 147), “os *Issei* já realizaram sua parte na ascensão familiar passando de colonos a proprietários urbanos. Cabe aos seus filhos alcançarem os objetivos últimos da migração, através de uma formação profissional, de preferência universitária”. Os pais de Fujita não eram mais colonos, e tinham aberto seu próprio negócio na cidade de São Paulo: a Livraria Sol. Era, portanto, natural que a família Fujita, de certa forma, colocasse esperanças dessa ascensão na educação dada aos filhos.

Desse modo, Yoshiro Fujita, pai de Fujita, exerceu certa influência na escolha do curso que seu filho iria seguir ao ingressar em uma universidade. Yoshiro Fujita queria que seu filho mais velho tivesse uma profissão que pudesse dar retorno aos anseios da família na época, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de sua empresa. Nas palavras de Ligaya, Yoshiro Fujita dizia: “(...) pelo menos temos que ter um advogado na família, né? Porque somos imigrantes. E a gente tem muita dificuldade de entender a sociedade brasileira, a parte jurídica”. (entr. em 22/09/2018).

O pai de Fujita tinha, ainda, o desejo de que seu filho mais velho fosse seu sucessor, alegando a necessidade de um advogado na família. As pressões do pai eram enormes. Edmundo Fujita, como primogênito, tinha a incumbência de assumir os negócios da família, sendo enviado para o Japão pelos pais, ainda na época de estudante de Direito, com o intuito de fazer com que o jovem travasse contato com os fornecedores japoneses e compreendesse os processos de importação.

⁶⁷ Última entrevista de Edmundo Sussumu Fujita, concedida em 06 de março de 2016.

Essa esperança de o filho mais velho assumir os negócios da família pode ser explicada a partir da tradição japonesa trazida pelos imigrantes japoneses ao Brasil, bastante presente nas colônias japonesas. “Tradicionalmente, a família japonesa é apresentada como um sistema hierárquico, organizado a partir do princípio de descendência patrilinear, onde o primogênito de sexo masculino tem direito à herança e sucessão.” (CARDOSO, 1995, pág. 83). A escolha pela carreira de Direito representaria a ascensão social da família Fujita por meio da educação, assim como também possibilitaria à família usufruir dos conhecimentos do filho mais velho, seja para compreender a legislação brasileira, seja para gerir melhor a empresa.

A carreira na área do direito carregava um valor positivo no âmbito familiar, de modo que os pais de Edmundo Fujita não se mostravam contrários ao caminho a ser seguido pelo seu filho. Ao mesmo tempo, essa escolha não afastava Fujita de seus desejos futuros, pois lhe possibilitaria seguir a carreira internacional. A escolha pelo curso de direito, portanto, representou um marco importante – e bastante conveniente – para o futuro profissional do filho mais velho da família Fujita.

Durante sua vida acadêmica, Edmundo Fujita teve a oportunidade de participar de um curso de verão nos Estados Unidos, no ano de 1972. Tratava-se de um curso de relações internacionais, organizado pelo *Institute of World Affairs*, no qual ele foi pleiteado com uma bolsa pela USP. Foi durante esse curso que ele conheceu sua esposa, Maria Ligaya.

Figura 17 – Participantes do curso do *Institute of World Affairs* em 1972



Legenda: Edmundo Fujita está em pé, na primeira fileira, sendo o oitavo, da esquerda para a direita.

Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

O curso de verão foi um momento importante para reafirmar a escolha de Edmundo Fujita em seguir a carreira diplomática. Foram reunidos 34 estudantes, de 25 países, para passar seis semanas envolvidos com assuntos ligados a relações internacionais. Dentro desse contexto, ele pôde ter contato com diferentes culturas, aprofundar seu conhecimento de mundo e, por algumas semanas, atuar como um representante de seu país no exterior. Foi a oportunidade que Fujita teve para vivenciar na prática a função de promover culturalmente o seu país no exterior.

É difícil afirmar com precisão qual foi o momento na vida de Fujita em que ele decidiu que iria tornar-se diplomata. Entretanto, é possível identificar alguns momentos de sua trajetória que anunciavam essa decisão. Em entrevista realizada no ano de 2016⁶⁸, Fujita relata que, durante o período da faculdade, desenvolveu grande interesse na área de Direito Internacional e que ficou

⁶⁸ Última entrevista de Edmundo Sussumu Fujita, concedida em 06 de março de 2016.

bastante curioso sobre a carreira diplomática, principalmente após participar do curso de verão nos Estados Unidos, no ano de 1972.

Além disso, quando da sua inscrição para o curso de verão nos Estados Unidos, Fujita foi submetido a um processo de seleção em que deveria expor sua motivação e seus objetivos em participar do programa. Maria Ligaya guarda, em seu acervo pessoal, uma cópia do formulário de inscrição de Fujita nesse curso, no qual ele escreve que tinha intenções de se tornar um diplomata brasileiro e que o programa de intercâmbio o auxiliaria nesse objetivo. Tal documento (FIGURA 18) também nos leva a compreender quais eram os anseios profissionais do jovem Fujita naquela época.

Figura 18 – Formulário de inscrição no *Instituto of World Affairs*, 1972

EDUCATION			
Name of Institution attending at present	University of São Paulo Law School		
Major field of study	Law	Vocational objective	Diplomatic Career
Who suggested you apply?	Mr. Thomas Benes Felsberg		
Names of institutions attended:			
Name	Address	Dates attended	Degree
Liceu Pasteur	São Paulo Brasil	from 1957 to 1960	Elementary
Liceu Pasteur	São Paulo Brasil	from 1961 to 1966	High School
Colégio São Luís	São Paulo Brasil	1967	High School

Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

No ano seguinte, em 1973, ao retornar para o Brasil, Edmundo Fujita concluiu sua graduação em Direito na USP e foi contemplado com uma bolsa de estudos no *Institute of Law and Politics*, da Universidade de Tóquio, no Japão. A bolsa de estudos para o Japão foi concedida pelo governo japonês e foi precedida de um processo seletivo, que envolvia, dentre a exigência de outros requisitos, uma carta de recomendação. Fujita apresentou ao Consulado Geral do Japão em São Paulo uma carta redigida por Hiroshi Saito⁶⁹, o qual afirmava conhecer muito bem o candidato e sua família.

⁶⁹ Hiroshi Saito (1919-1983) foi sociólogo e um estudioso da imigração japonesa no Brasil.

A carta de Hiroshi Saito, além das considerações comuns a um texto de recomendação, merece atenção em uma parte específica. Ao falar dos objetivos de Edmundo Fujita, Saito registra na carta que o jovem aluno tinha intenções de trabalhar no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, órgão em que nenhum *nikkei* havia conseguido adentrar até então.

Conheço bem ele e a família desde quando ele era pequeno. Ele tem uma inteligência excepcional, é muito inteligente e de personalidade pura (...) acredito que isso garantirá que ele se tornará uma pessoa ainda mais talentosa no futuro. O motivo dele é claro e adequado. Ele objetiva trabalhar no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o que nenhum *nikkei* conseguiu ainda. E esse sonho não é uma ideia sem pensar, ele está planejando realizá-lo com o plano de estudos da universidade. Isso dá para perceber também no fato de ele saber o inglês e o francês, além de ter se esforçado muito para aprender o japonês. (SAITO, 1973, n.p, tradução nossa)⁷⁰.

Durante o período em que estudou no Japão, Fujita parece reafirmar o seu interesse pela carreira diplomática. O curso na Universidade de Tóquio abordava a história diplomática do Japão, sendo uma oportunidade de aprofundar mais ainda seus estudos sobre o país e conhecer mais sobre a carreira de diplomata. Durante sua estada, teve também a oportunidade de estreitar seus laços de amizade com o professor Masato Ninomiya⁷¹, que também havia sido selecionado como bolsista do governo japonês.

Naquela época, ambos tiveram contato com Shinichi Kitaoka, atual presidente da JICA (*Japan International Cooperation Agency*), que também foi tutor de Fujita na Universidade de Tóquio. Shinichi Kitaoka descreve como os conheceu:

⁷⁰ Texto original escrito em língua japonesa. Tradução nossa. Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

⁷¹ Nascido no Japão, em 1948, migrou com sua família para o Brasil aos cinco anos de idade. Em 1971, formou-se em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Em 1981, obteve seu doutorado na mesma área pela Universidade de Tóquio. Atualmente, Masato Ninomiya é Professor Doutor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e presidente do Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior (CIATE). Possui diversas publicações na área de estudos japoneses e papel de grande relevância nas questões que compreendem a imigração japonesa no Brasil, especialmente no que diz respeito à resolução de problemas envolvendo trabalhadores brasileiros no Japão. Além disso, o professor Masato Ninomiya também é tradutor juramentado e, por diversas ocasiões, atuou como tradutor-intérprete dos membros do governo japonês e da família imperial japonesa em visitas ao Brasil.

Meu primeiro contato com o Brasil remonta a mais de 40 anos atrás, em 1973, quando eu era estudante de pós-graduação da Universidade de Tóquio. Um belo dia, fui chamado por um professor que me pediu para ser colega de dois bolsistas daquele país. Foram eles, Fujita-san (Sr. Edmundo Sussumu Fujita), diplomata, e Ninomiya-san (Dr. Masato Ninomiya), um jovem acadêmico naquela época. Fui incumbido a ser tutor de japonês do Fujita-san. Eles eram jovens enviados pelo governo brasileiro com o intuito de formar especialistas sobre o Japão. (KITAOKA, 2019, pág. 6).⁷²

A fala de Kitaoka acerca de Fujita e Ninomiya foi extraída de seu discurso proferido no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, por ocasião de comemoração da inauguração da Cátedra Fujita-Ninomiya, em cerimônia ocorrida no dia 04 de novembro de 2019. A Cátedra, que conta com o apoio da JICA e do banco Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG), está sediada na Faculdade de Direito da USP, no departamento de Direito Internacional e Comparado, e tem como finalidade fortalecer o intercâmbio entre Brasil e Japão por meio de palestras, cursos de extensão sobre o direito japonês, bem como por meio de intercâmbio estudantil e de pesquisas conjuntas entre universidades japonesas e a Universidade de São Paulo.

Ainda, sobre a criação da cátedra na Universidade de São Paulo, que homenageia o professor Masato Ninomiya e o diplomata Edmundo Fujita, Ninomiya (2019) explica:

“Acredito que é preciso garantir a formação de pessoas que possam seguir os passos do Fujita e de tantos outros, descendentes ou não, que se esforçaram para manter vivo o interesse na cultura japonesa. Isso não apenas na Faculdade de Direito, mas em toda a USP, que é marcada por uma forte presença dos descendentes de japoneses”⁷³.

⁷² Palestra de inauguração da Cátedra Fujita-Ninomiya, na Universidade de São Paulo, realizada em 04/11/2019.

Disponível em: https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/activities/c8h0vm0000f5z5e9-att/brazil06_01.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

⁷³ Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/faculdade-de-direito-inaugura-nova-catedra-fujita-ninomiya/>. Acesso em: 05 jul. 2021.

Enquanto estava como estudante pesquisador na Universidade de Tóquio, portanto, Fujita desenvolveu academicamente mais o seu conhecimento sobre o Japão, o que anos mais tarde viria contribuir com seu trabalho nas divisões ligadas à Ásia dentro do Itamaraty. Esse período representou, para Fujita, um momento também de aprendizado acerca da política externa japonesa, ao mesmo tempo em que contribuiu para sua formação como um especialista sobre o Japão.

Figura 19 – Na universidade de Tóquio em 1973



Legenda: Da esquerda para a direita, Edmundo Fujita e Masato Ninomiya.
Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Após a conclusão do curso no Japão e o retorno ao Brasil, Fujita trabalhou num escritório de advocacia, enquanto aguardava pelas provas do Itamaraty. Seus amigos e familiares insistiam para que ele prosseguisse a carreira jurídica, com a justificativa de ser mais rentável financeiramente. Para os pais de Edmundo Fujita, a carreira diplomática não seria tão compensatória em termos materiais em comparação à carreira jurídica. Entretanto, nas palavras de Ligaya, Fujita dizia: “se eu quiser ficar rico, eu vou seguir a carreira de

advocacia. Mas **eu não quero ficar rico**, não é meu objetivo da minha vida. (...) **eu quero servir o Brasil** como diplomata". (entr. em 22/09/2018, grifo nosso).

Essa vontade em seguir a carreira diplomática pode também ser percebida como uma forma de afirmação da própria identidade de Fujita, como veremos posteriormente neste capítulo. Segundo Ligaya, Fujita compartilhava com ela algumas angústias sobre qual era sua real identidade: "a minha geração se sente um pouco perdida, porque eu sei que eu tenho a cultura oriental, mas a parte ocidental é muito forte também. Eu me sinto no meio." (entr. em 22/09/2018).

Esses questionamentos de Fujita expressam que ele, assim como outros *nikkeis* de sua época, a depender da situação, sentia-se "mais brasileiro" ou "mais japonês". Tal situação está presente nas identidades hifenizadas, como explica Lesser (2001), o que pode se aplicar aos nipo-brasileiros. Uma identidade hifenizada faz com que diversas práticas culturais possíveis sejam evidenciadas e afirmadas nas escolhas dos indivíduos, dependendo do local e das circunstâncias que se encontram.

Nesse contexto, do mesmo modo que o hífen está entre palavras "nipo" e "brasileiro", Fujita se sentia no meio das culturas japonesa e brasileira. Desse modo, a escolha da diplomacia como carreira profissional fez com que Fujita tivesse diversas oportunidades de transitar entre as duas culturas, mas sem que ele questionasse essa possibilidade, já que a transição entre culturas é ação habitual na carreira diplomática. Ligaya corrobora com essa afirmação ao falar sobre o fim das angústias de Fujita: "naquela época que a gente se comunicava ele tinha essas angústias, mas, uma vez que ele entrou no Itamaraty, nunca mais ele falou dos anseios e angústias existenciais dele." (entr. em 22/09/2018).

4.3 Matrimônio

Não há como contar a história de Edmundo Fujita sem reservar um espaço para falar sobre uma das personagens mais importantes na vida do diplomata: sua esposa Maria Ligaya Tolentino Abeleda Fujita. Ao lado de Fujita desde a época universitária, Ligaya o acompanhou durante toda sua vida profissional como diplomata, e é atualmente figura fundamental na perpetuação de sua memória.

Nas prateleiras da biblioteca de sua casa em Brasília, Ligaya organiza, com carinho, todos os documentos, recortes de jornais e fotos acumuladas durante os mais de 40 anos que passaram juntos. As pastas, separadas por períodos de sua vida, contêm registros que Fujita conservou desde a sua vida universitária e que reconstroem, de forma cronológica, a história do diplomata. As prateleiras, repletas de livros, guardam os capítulos da vida do casal, inclusive as cartas que os dois trocavam no início de seu romance, na década de 1970. As memórias de Fujita, organizadas com afeto pela esposa, mostram de forma vividamente o sentimento de nostalgia, mas, sobretudo orgulho pela trajetória pessoal e profissional do marido.

“Nos conhecemos em 1972, num curso de verão”. Essa é a introdução que Ligaya apresenta sempre que questionada quando conheceu Fujita. A frase remonta ao tempo em que os dois viajaram aos Estados Unidos para participarem do curso promovido pelo *Institute of World Affairs*. Ela conta que foi aprovada antes para o curso e, logo em seguida, foi expedida uma nova lista de participantes, na qual constava o nome Edmundo Sussumu Fujita. Na época, por não conhecer tanto sobre o Brasil, ela ficou um pouco espantada em ver que havia um brasileiro com nome japonês naquela lista.

Ao lembrar como era Fujita nos momentos em que se conheceram, Ligaya o caracteriza, de maneira elogiosa, como um jovem tímido, bastante reservado e extremamente inteligente. Num grupo de estudantes internacionais, onde os brasileiros eram aqueles reconhecidos pela qualidade de extrovertidos, Fujita, de ascendência japonesa, apresentava-se mais discreto que os demais. Ela conta que a aproximação entre os dois aconteceu por conta do que ela

denomina como “afinidade asiática”. Ele, filho de japoneses. Ela, de origem filipina.

Após se aproximarem, juntos de mais um estudante filipino, uma italiana e outra japonesa, formaram um grupo de amigos bastante unido. Ligaya comenta que a impressão inicial sobre Fujita, de que ela era uma pessoa tímida, foi transformada quando começaram a passar mais tempo juntos. Nos trabalhos em equipe, Fujita mostrava seu bom senso de humor, explicando assuntos políticos por meio de caricaturas, e, nas reuniões com os amigos, expressava sua inteligência em conversas descontraídas. Durante as seis semanas que participaram do curso de verão, os dois tornaram-se grandes amigos e desenvolveram admiração e carinho um pelo outro.

Figura 20 – Fujita e colegas do *Institute of World Affairs* em 1972



Legenda: da esquerda para direita, Chisako Yamamoto (Japão), Ana Maria Pataconi (Itália), Edmundo Fujita, Maria Ligaya e Alan Heraldo (Filipinas).

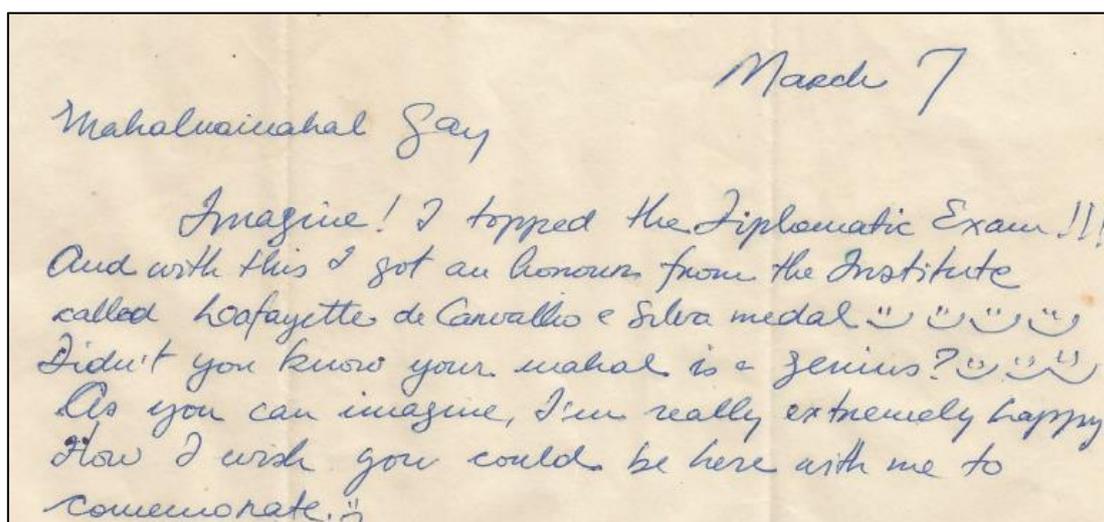
Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Findado o período em que Fujita ficaria nos Estados Unidos, ele retorna ao Brasil, enquanto Ligaya ficaria morando em Denver, Colorado. Assim, num tempo onde a comunicação e as relações a distância não eram tão acessíveis

como nos dias atuais, os dois começaram a trocar cartas, quase que diariamente, como forma de estreitar a relação e manter vivo o sentimento construído naquele curso de verão. E, sob o pretexto de que precisava praticar e melhorar o seu inglês, Fujita enviava cartas discorrendo sobre sua rotina à Ligaya e pedindo para que ela as corrigisse.

As conversas por cartas duraram cerca de três anos. Desde 1972 até 1975, ano em que se casaram, os dois trocaram inúmeras correspondências, contando, um para o outro, os desafios vividos no dia a dia, os passeios feitos, as provas realizadas e os planos para o futuro. A relação se fortaleceu durante esse período e Fujita confienciava à Ligaya todos os seus anseios e felicidades, usando as cartas como meio para compartilhar com ela o que acontecia em sua vida.

Figura 21 – Carta de Fujita para Ligaya em 1975



Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Na carta enviada à Maria Ligaya em 7 de março de 1975 (data de aniversário de Edmundo Fujita), o recém aprovado nos exames do Instituto Rio Branco expressa sua felicidade em alcançar o primeiro lugar na prova de admissão à carreira diplomática: “Como você pode imaginar, estou extremamente feliz. Como eu gostaria que você estivesse aqui comigo para comemorar”. Fujita e Ligaya compartilhavam seus sonhos, seus desejos e suas conquistas. E as palavras tecidas por Fujita revelam que a conquista daquele

objetivo não era apenas individual, mas sim do casal. Aquele momento também representava o início da construção de um futuro juntos, já que fazer parte do serviço exterior brasileiro concederia a Fujita possibilidades que ele não tinha quando era apenas um estudante universitário.

Embora as cartas tenham sido a principal forma de contato dos dois, eles ainda se encontraram mais algumas vezes durante o período compreendido entre o término do curso de verão e o seu casamento. De 1973 a 1974, Fujita esteve no Japão, como estudante de pesquisa da Universidade de Tóquio. Na época, ele incentivou Ligaya a tentar também uma bolsa no Japão e fazer parte do seu doutorado lá. Ela conseguiu ser pleiteada com uma bolsa de estudos para ser pesquisadora na Universidade de Tóquio e, assim, puderam ficar juntos durante o restante do período de estudos de Fujita no Japão.

Um fato bastante curioso é que na época em que estavam no Japão, Fujita viajou para as Filipinas, a fim de conhecer a família de sua futura esposa. Pouco antes de retornar ao Brasil, Ligaya sugeriu a Fujita que, se ele quisesse se casar com ela, deveria falar pessoalmente com os pais dela. No entanto, ela não poderia ir junto, pois não tinha dinheiro para as passagens. E, em um ato muito corajoso – como descreve Ligaya –, ele embarcou sozinho em direção à Manila, capital das Filipinas.

Maria Ligaya conta que não pensava efetivamente em se casar com Fujita. Para ela, parecia algo impossível. A distância; um casamento com estrangeiro; a exigência de seus pais para que o casamento ocorresse nas Filipinas; ou até mesmo ter que morar no exterior; vários eram os motivos, segundo ela, para não criar expectativas na construção de um futuro juntos. No entanto, Fujita mostrava-se persistente, dizendo que quando fosse aprovado no Itamaraty iria poder planejar e realizar o casamento. E, logo no início do curso de formação de diplomatas, foi a Brasília solicitar permissão para poder se casar com Ligaya, conforme pode-se depreender do documento abaixo (FIGURA 22):

Figura 22 – Pedido de permissão para casamento com Ligaya em 1975

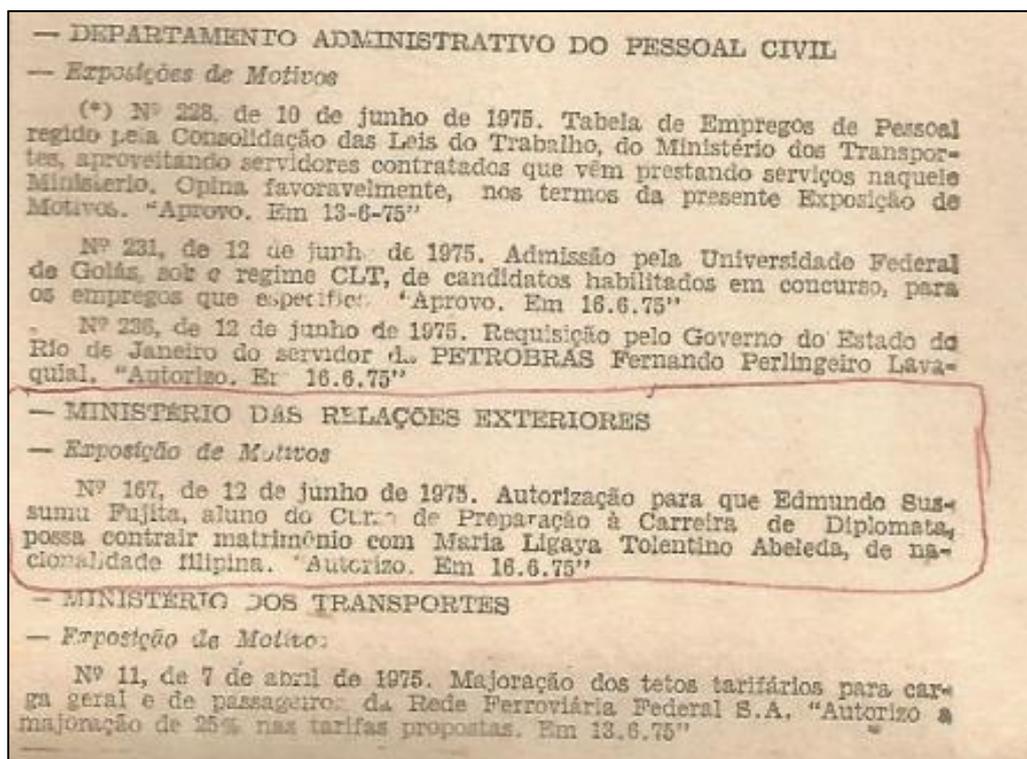
EDMUNDO SUSSUMU FUJITA, aluno do 1º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio-Branco, a baixo assinado, vem respeitosamente requerer a Vossa Excelência, de acordo com o § 2º do artigo 1º do Regulamento/ do Instituto Rio-Branco, combinado com a Lei Nº 1.542 de 5 de Janeiro de 1952, se digne autorizá-lo a contrair matrimônio com MARIA LIGAYA TOLENTINO ABELEDA, cidadã filipina nascida em Calapan, província de Mindoro Oriental, solteira, com 29 anos de idade, filha de Jesus Villar Abeleda e Purificacion Tolentino Abeleda. Esclarece, outrossim, que o casamento é previsto para o mês de agosto vindouro, durante o período de férias do Instituto Rio-Branco, e que a cerimônia será realizada em Manila, nas Filipinas.

Legenda: Pedido enviado ao Ministro de Estado de Relações Exteriores do Brasil para contrair matrimônio com uma pessoa estrangeira.

Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

A obrigatoriedade do pedido de permissão para casamento de um diplomata com pessoa de nacionalidade tinha previsão legal, sendo disposta na Lei nº 1.542, de 1952, que afirmava, em seu artigo 1º, que todo funcionário da carreira de Diplomata só poderia se casar com pessoa estrangeira mediante licença do Ministro de Estado. Sendo assim, Fujita formalizou seu pedido ao chanceler brasileiro da época, que deferiu o requerimento, conforme documento expedido em 12 de junho de 1975 (FIGURA 23).

Figura 23 – Autorização para casamento com Ligaya em 1975



Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Enquanto esperavam a autorização para o matrimônio, planejaram o casamento para o dia 09 de agosto de 1975, durante o período de férias do Instituto Rio Branco. Ligaya encontrava-se em Denver, nos Estados Unidos, estando sem ver Fujita durante cerca de um ano.

A permissão para o casamento foi expedida em 12 de junho de 1975 e, às pressas, os dois se reencontraram em Manila, uma semana antes do casamento. A cerimônia religiosa ocorreu na Igreja de San Agustín, a mais antiga das Filipinas, construída no ano de 1607. E, seguindo a tradição filipina, Fujita e Ligaya casaram-se ao amanhecer, às 07 horas da manhã.

Figura 24 – Casamento em Manila em 1975



Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Após a cerimônia e os atos notariais necessários à formalização da união, o casal rumou ao Rio de Janeiro para finalmente viverem juntos, enquanto Fujita concluía o curso de preparação à carreira diplomática. De 1976 a 1979, fixaram residência em Brasília. E, durante esse período de adaptação ao cotidiano brasileiro, Ligaya teve que aprender a língua portuguesa, ao mesmo tempo em que cogitava tentar entrar numa universidade brasileira para prosseguir com seus estudos. Fujita, como conta Ligaya, propôs então que ela voltasse aos EUA para finalizar o doutorado que não havia concluído, comprometendo-se a pagar as despesas da esposa. Mais uma vez, o casal ficaria se relacionando a distância. Foram mais nove meses vivendo em países diferentes.

Após concluído o doutorado nos EUA, os capítulos seguintes da vida de Ligaya, no campo profissional, foram relacionados, principalmente, aos trabalhos para os quais Fujita foi designado como diplomata. Enquanto acompanhava-o nos postos no exterior, Ligaya atuou como consultora na área de formulação, monitoramento e avaliação de projetos. Além disso, desempenhou importantes funções como representante Adjunta do Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento no Brasil (PNUD), e Assessora do Vice-Diretor para Programas Populacionais do Fundo de População das Nações Unidas em Nova Iorque.

A história de Ligaya e Fujita compreendeu alguns momentos de distanciamentos e aproximações desde que se conheceram. Geograficamente oriundos de países antípodas, acharam-se em terras norte-americanas e caminharam, mesmo que distantes, unidos. As trocas de cartas durante três anos, os encontros em países estrangeiros e o casamento realizado nas Filipinas são alguns momentos que revelam também um perfil auspicioso de Ligaya como a pessoa certa para estar ao lado de Fujita. Nas palavras de Iraí de Paula Souza, amiga de infância de Fujita, “não conheceria outra pessoa ideal como esposa do Edmundo. E como esposa de Edmundo sendo um homem da diplomacia.” (entr. em 25/04/2017).

4.4 Principais postos e trabalhos marcantes

Durante a sua carreira, Fujita atuou de maneira efetiva e com muito empenho na divulgação da cultura brasileira e no fortalecimento das relações do Brasil com outros países, especialmente os países asiáticos. Além disso, nos locais onde trabalhou, tanto como diplomata quanto na função de embaixador, Fujita desempenhou tarefas principalmente relacionadas a temas como multilateralismo, questões de segurança, intercâmbio cultural e intelectual e a não proliferação de armas nucleares. Assim, passamos, portanto, a apresentar um pouco mais de seus principais trabalhos e os postos onde desempenhou suas atividades no exterior.

4.4.1 Primeiro posto de trabalho e a missão com Shigeaki Ueki

Enquanto participava do Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD), com duração de dois anos (1975-1976), Fujita inscreveu-se para o

concurso de ingresso direto na carreira diplomática, promovido pelo Instituto Rio Branco em setembro de 1975. O Itamaraty não promovia, desde 1967, o concurso de ingresso direto para carreira, entretanto, no ano de 1975, se viu forçado a realizar o recrutamento de novos diplomatas por meio desse tipo de prova, tendo em vista que os quadros diplomáticos brasileiros contavam com cerca de 80 cargos vagos.

Fujita, então, inscreveu-se no concurso direto para a carreira e alcançou, nas provas, a 2ª colocação, sendo agraciado, à época, com o Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva – Medalha de Bronze. Ante a sua aprovação no concurso de provas para ingresso direto na carreira, Fujita frequentou apenas o primeiro ano do curso de formação, não sendo necessário finalizar o CPCD para poder dar início ao desempenho de suas funções como diplomata.

Figura 25 – Portaria de nomeação para o cargo de diplomata em 1976

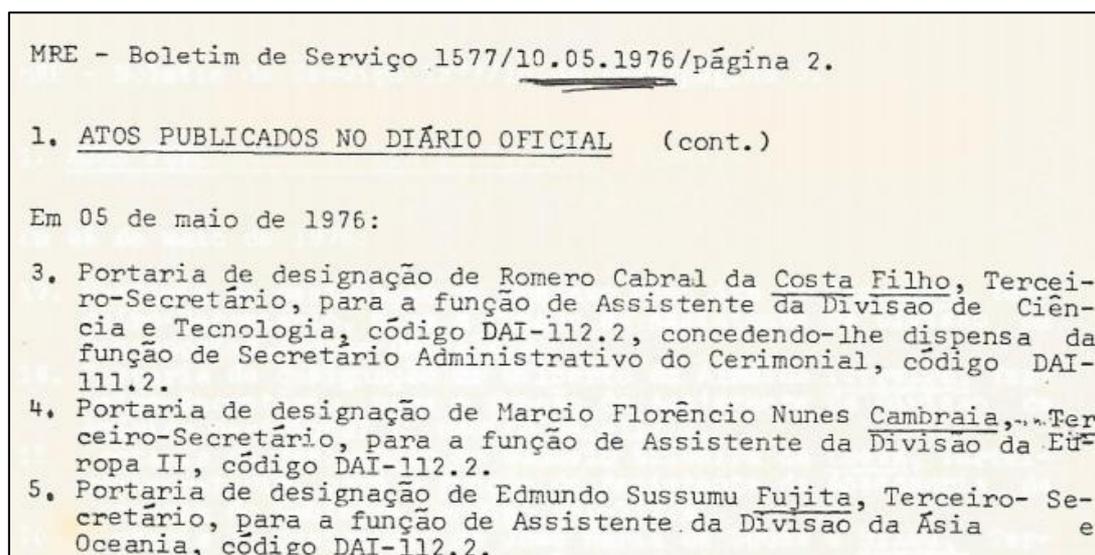


Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Após ser aprovado no concurso direto, foi nomeado para servir em Brasília, conforme portaria do Ministério das Relações Exteriores, no dia 09 de

fevereiro de 1976. Fujita tinha pretensões de ser alocado na divisão da Organização das Nações Unidas (ONU) ou em algum departamento econômico dentro do MRE, entretanto sua primeira designação foi para outra divisão. “Eles falaram assim: não, vai lá para o departamento da Ásia e Oceania, que você vai ser bastante útil lá.” (entr. em 06/03/2016). Curiosamente, Fujita, o único com um sobrenome asiático da nova turma de terceiros-secretários daquele ano, foi designado para a função de assistente da Divisão de Ásia e Oceania.

Figura 26 – Portaria de designação para divisão de Ásia e Oceania em 1976



Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Fujita desempenhou no Brasil a função de assistente da Divisão de Ásia e Oceania até o ano de 1979, quando foi removido para sua primeira missão no exterior. Durante esse período, trabalhou principalmente com assuntos ligados ao Japão e à China e participou de eventos internacionais, como por exemplo o 13º Seminário de Direito Internacional, promovido pela ONU, no ano de 1977, em Genebra, e a Missão Comercial Brasileira à China, sob a chefia do Ministro de Estado das Minas e Energia, Shigeaki Ueki⁷⁴, no ano de 1978.

⁷⁴ Shigeaki Ueki foi Diretor Comercial e Financeiro da Petrobras, de 1969 a 1974. Em 1974, a convite do presidente Ernesto Geisel, ocupou o cargo de ministro de Minas e Energia, ficando na pasta até o ano de 1979. Foi também o primeiro presidente civil da Petrobras (de 1979 a 1984). Ficou conhecido como “o japonês do Geisel” depois da criação, pelo humorista Chico Anysio, de um personagem em sua homenagem.

A missão liderada por Shigeaki Ueki tinha por objetivo intensificar o intercâmbio comercial e a cooperação entre Brasil e China. Essa aproximação com a China foi fruto da política externa do governo do ex-presidente Ernesto Geisel, identificada como “Pragmatismo Ecumênico e Responsável”, a qual buscava ampliar o número de parceiros comerciais do Brasil na época. Naquele contexto, as relações diplomáticas entre os dois países tinham se estabelecido poucos anos antes, em 1974, e a missão chefiada por Ueki culminou com a assinatura do Acordo Comercial entre Brasil e China, no ano de 1977.

A equipe que participou daquela missão foi composta por membros do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério de Minas e Energia, da Confederação Nacional da Indústria, bem como por dirigentes e presidentes de grandes empresas, como por exemplo a Petrobrás e a Vale do Rio Doce. Ao lado de mais dois membros do Itamaraty, Edmundo Fujita viajou à China representando o órgão responsável pela política externa brasileira.

Figura 27 – Delegação chefiada por Shigeaki Ueki em missão à China no ano de 1978



Legenda: Edmundo Fujita está na fileira do fundo, sendo o terceiro, da esquerda para a direita. O chefe da missão brasileira, Shigeaki Ueki, encontra-se na primeira fileira da frente, sendo o quinto, da esquerda para a direita.

Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

A viagem também registrou, na vida de Edmundo Fujita, um dos tantos episódios em que precisou lidar com o fato de ser um descendente de japoneses defendendo os interesses do Brasil no exterior. Diversas foram as ocasiões, em sua carreira, em que precisou explicar para pessoas de outros países como é a diversidade étnica existente no Brasil e que ele era brasileiro, apesar de seus traços físicos sugerirem o contrário. Ligaya conta sobre um momento cômico vivido pelo marido durante aquela missão. Ao chegar na China, a comissão que recebeu Fujita ficou muito confusa, “porque o chefe da missão tinha cara oriental, a pessoa do Itamaraty também tinha cara oriental. Aí, perguntaram, de brincadeira: ‘aqui é uma missão japonesa ou uma missão brasileira?’”. (entr. em 22/09/2018).

Logo após retornar da China, Fujita foi promovido, por merecimento, ao cargo de Segundo Secretário⁷⁵, no dia 11 de dezembro de 1978. No ano seguinte, teve designado seu primeiro posto de trabalho no exterior, sendo removido para a Embaixada do Brasil em Londres.

4.4.2 A missão em Londres

Após ser promovido ao cargo de Segundo Secretário, no fim de 1978, Fujita se preparava, assim como outros colegas da carreira, para assumir um posto de trabalho no exterior. As remoções para o exercício de função nas embaixadas e consulados nos países em que o Brasil possui diplomatas dependem de uma série de fatores, que não somente o mero interesse do diplomata em servir em determinado posto de trabalho. As remoções ocorrem para lugares em que haja funções vagas, ou seja, havendo vacância em determinada localidade há a possibilidade do funcionário ser removido para aquele local.

Considerando esse processo, Fujita tinha como objetivo preencher uma vaga aberta na Embaixada de Tóquio. Por conhecer a língua e ter se

⁷⁵ Segundo o site do Itamaraty, o cargo inicial de um diplomata é o de Terceiro-Secretário. Os cargos seguintes na carreira são: Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe e Ministro de Primeira Classe (Embaixador).

aprofundando nos estudos sobre o Japão, o jovem diplomata sonhava em trabalhar no Japão. Apesar de não considerar morar definitivamente no Japão, nem se aposentar em terras nipônicas, ele tinha o desejo de atuar como um diplomata brasileiro na terra de seus ancestrais. Assim, ele indicou a intenção de preencher a vaga existente em Tóquio, inclusive tendo feito contatos iniciais com o embaixador do Brasil na capital japonesa na época, Ronaldo Costa.

Entretanto, por decisão do chefe do Departamento de Administração (DA) no MRE daquele ano, outro nome foi designado para trabalhar na Embaixada do Brasil em Tóquio. Em cartas trocadas entre Fujita e o embaixador Ronaldo Costa é possível perceber a frustração e a surpresa de ambos com a notícia da decisão tomada pelo então chefe do DA, o embaixador Eduardo Moreira Hosannah.

Figura 28 – Carta do embaixador Ronaldo Costa em 1979

Tóquio, em 24 de abril de 1979.

Meu caro Edmundo,

Horas depois de falar com você, fui surpreendido com um telex do Hosannah pelo qual estava indicado o nome do Waldemar Carneiro Leão para vir para Tóquio. Não sei se a remoção já está sendo processada ou não. Suponho que sim, dados os termos em que ele colocou a questão.

Imediatamente falei com o Carbonar, a fim de esclarecer a sua situação. Disse-me o Carbonar que não há, da parte do Gabinete, nenhuma objeção à sua vinda para aqui. Tratar-se-ia apenas de questão administrativa da alçada do DA.

Assim sendo, voltei a me comunicar com o Hosannah, pedindo para que você seja considerado para uma das próximas vagas, já que está prestes a abrir-se outra vaga na Embaixada. Ainda não tenho resposta dele, mas confio que prevalecerá o bom senso e o deixarão vir para aqui. Parece-me um total absurdo, como já lhe disse, fazer esse tipo de discriminação, se bem que a intenção se já boa.

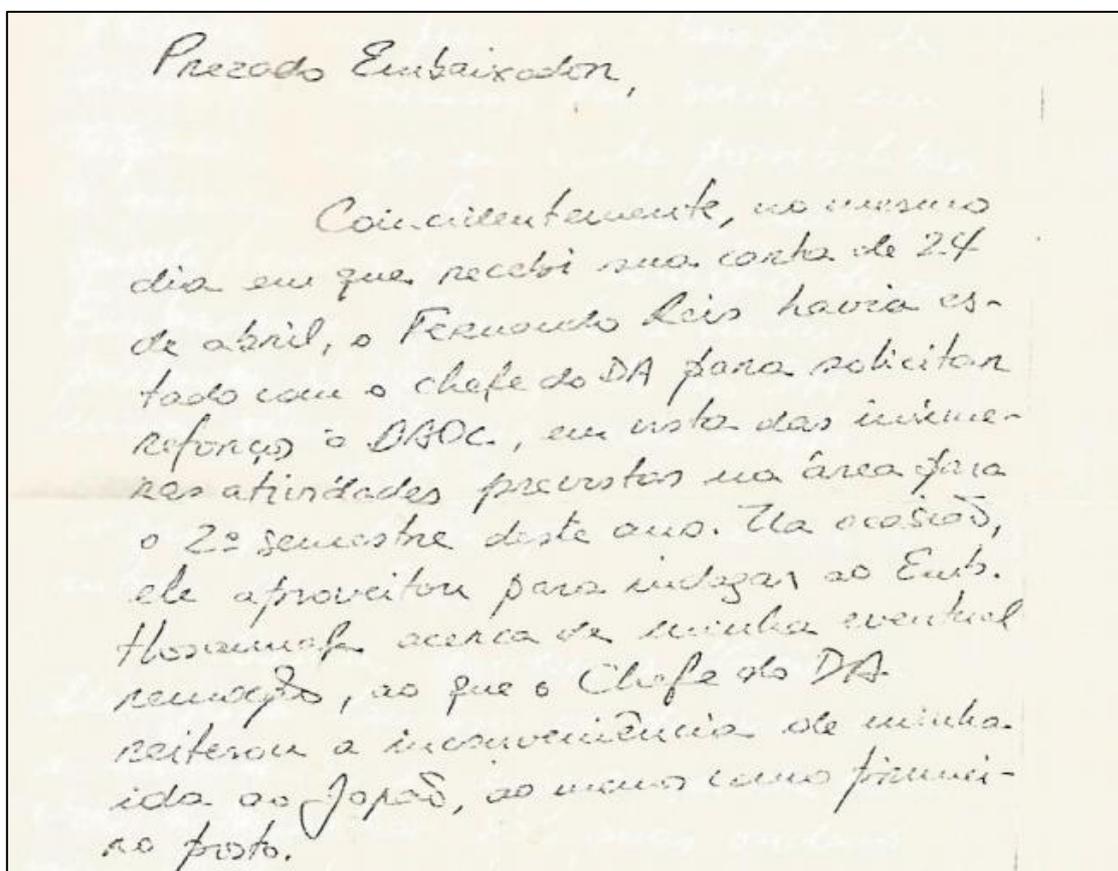
Pode ficar certo de que, mais do que nunca, tenho o maior interesse em tê-lo aqui na Embaixada em Tóquio. Será um grande prazer poder ter a sua ajuda e sua dedicação, já de mim tão conhecidos.

Logo que tiver outra notícia, voltarei a me comunicar com você.

Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Em carta enviada a Fujita, (FIGURA 28) o embaixador Ronaldo Costa explica que a remoção de um novo diplomata para atuar em Tóquio já estava sendo processada e que se tratava do nome de Valdemar Carneiro Leão Neto⁷⁶. Naquele momento, portanto, não havia muito o que ser feito, a não ser manifestar o interesse de Fujita em uma próxima função vaga na Embaixada do Brasil no Japão. Fujita, em carta resposta a Ronaldo Costa (FIGURA 29), mostrou compreender a situação, afirmando que houve a tentativa, sem sucesso, em indagar ao MRE o motivo de não ter seu pleito atendido.

Figura 29 – Carta de Fujita para Ronaldo Costa em 1979



Prezado Embaixador,

Coincidentemente, no mesmo dia em que recebi sua carta de 24 de abril, o Fernando Leis havia estado com o chefe do DA para solicitar reforço à DBOC, em vista das inúmeras atividades previstas na área para o 2º semestre deste ano. Na ocasião, ele aproveitou para indagar ao Emb. Hironaka acerca de minha eventual renúncia, ao que o Chefe do DA reiterou a inconveniência de minha ida ao Japão, ao menos como primeira opção.

Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

⁷⁶ É importante mencionar que Valdemar Carneiro Leão Neto defendeu, em 1987, no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, a tese "A Crise da Imigração Japonesa no Brasil, (1930-1934): contornos diplomáticos". Este trabalho é considerado de grande importância na área de estudos japoneses, sendo uma das principais referências para se compreender muitos aspectos relevantes da imigração japonesa no Brasil.

Fujita, portanto, considerou mais prudente de sua parte não insistir na remoção ao Japão naquele momento, tendo em vista que tal insistência poderia ser interpretada de forma equivocada, de modo a causar, inclusive, uma situação incômoda para o embaixador Ronaldo Costa. Ademais, segundo o conteúdo da carta de Fujita, o departamento de administração do MRE já havia deixado claro a inconveniência de sua ida ao Japão como primeiro posto de trabalho no exterior, o que Fujita aceitou sem maiores questionamentos, afirmando que havia naquele momento funcionários mais qualificados que ele para atuarem naquela embaixada.

Assim, em portaria expedida pelo gabinete do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em 23 de maio de 1979, Valdemar Carneiro Leão Neto foi removido da Embaixada do Brasil em Londres para a Embaixada do Brasil em Tóquio. Com a vaga aberta na Inglaterra, o MRE, na mesma portaria, removeu Edmundo Fujita da Secretaria de Estado para a Embaixada do Brasil em Londres.

Em Londres, Fujita e Ligaya residiram de 1979 até 1982. Apesar de o primeiro posto de trabalho no exterior não ter sido aquele que Fujita mostrou interesse inicialmente, Ligaya relata que o período em que viveram na Inglaterra foi um dos mais importantes para o marido. No campo profissional, a missão em Londres era multilateral, ou seja, incluía a relação bilateral Brasil-Inglaterra, mas também envolvia o trabalho na Representação Permanente do Brasil Junto às Organizações Internacionais em Londres (REBRASLON), a qual era responsável pelas áreas de café, cana-de-açúcar, cacau e grãos.

Durante a missão em Londres, Fujita iniciou seus estudos na *London School of Economics and Political Science*, onde conseguiu obter seu Mestrado em política comparada, em 1981. O período conciliando o trabalho na embaixada e os estudos no mestrado representou um tempo de bastante desgaste físico e emocional na vida de Fujita. Ligaya conta que foi a época em que mais viu o marido calado, o que ela atribuía ao cansaço sofrido por ele naquela rotina. “Trabalhava o dia inteiro, depois ia para a faculdade, tinha que fazer a tese. (...) Nas recepções, apesar do dia corrido, ele tinha a obrigação social, mas ficava só observando.” (entr. em 24/04/2017).

Fujita dizia que não sabia por quanto tempo ficariam morando em Londres, então precisava se dedicar completamente aos estudos. Sendo assim, ele conseguiu concluir o mestrado no período de um ano. Apesar do tempo reduzido, Fujita não deixou se envolver com a parte cultural da Inglaterra e de aproveitar os diversos teatros, museus e locais históricos que o país dispunha. “Ele nunca abriu mão da parte cultural. Todas nossas viagens eram culturais, históricas e gastronômicas” (entr. em 24/04/2017).

Assim, o primeiro posto de trabalho no exterior de Fujita teve grande importância na sua vida profissional e pessoal, pois o colocou em contato com o trabalho multilateral da diplomacia brasileira, possibilitou a obtenção do título de mestre em política comparada e também representou um período de grande proveito das atividades culturais proporcionadas pela Inglaterra.

4.4.3 Na Embaixada do Brasil em Tóquio

Em 07 de maio de 1982, Fujita foi designado para exercer a função de Segundo Secretário na missão diplomática do Brasil em Tóquio, onde ficou até o ano de 1985. No Japão, apesar de ter fluência no idioma japonês e ter amplo conhecimento da cultura japonesa, o diplomata *nikkei* experimentou alguns problemas causados pela sua etnicidade, como podemos perceber no relato de Ligaya: “Ele tem cara de japonês, falava japonês fluentemente, mas ele não tinha os hábitos culturais. Ele estendia a mão. Ele não abaixava a cabeça. Então, as pessoas achavam que ele era uma pessoa orgulhosa”. (entr. em 24/04/2017).

Como já mencionado neste trabalho, Fujita dizia se sentir uma pessoa entre duas culturas diferentes. Sabia da forte influência da cultura oriental que tinha, mas também tinha noção de que possuía hábitos e costumes considerados pertencentes a cultura ocidental. Desse modo, ao chegar na terra de seus ancestrais, embora possa ser “confundido” com um japonês, suas ações reforçavam para ele – e para os outros – que na realidade ele era um estrangeiro. Assim, podemos sugerir que, como ocorre em várias experiências migratórias ou

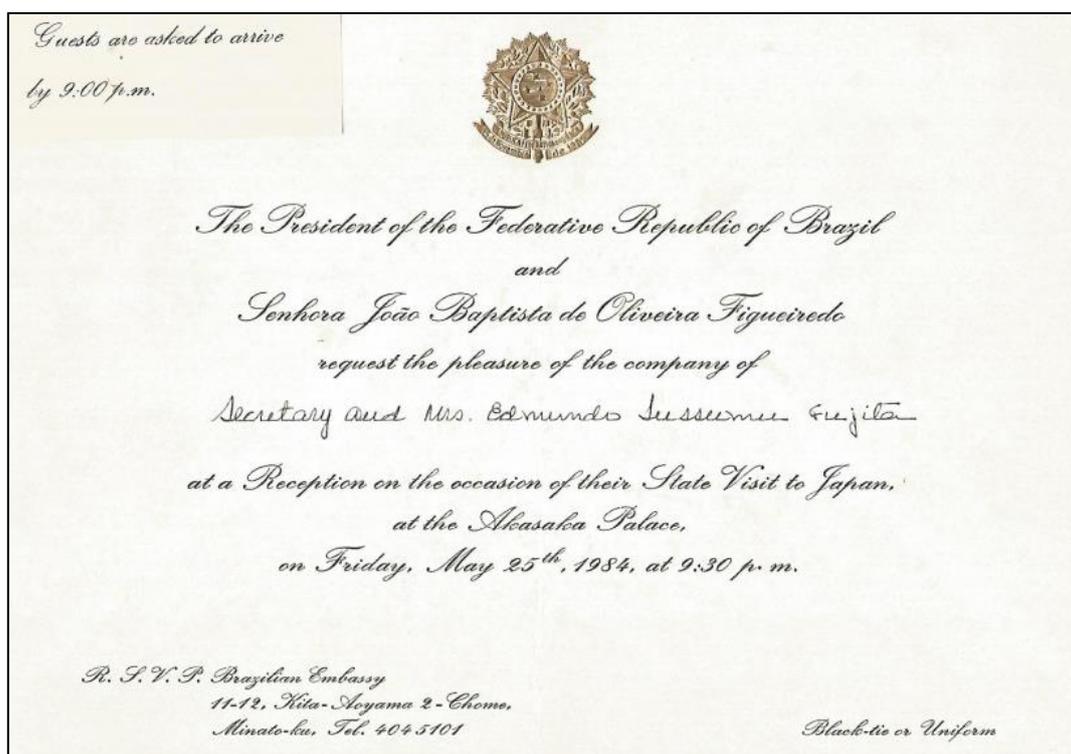
diaspóricas, o “mito do retorno”⁷⁷ pode ter gerado em Fujita, inicialmente, um sentimento de pertencimento e aproximação em relação ao Japão, o que foi certamente afetado quando ele se percebe como um estrangeiro ao chegar a terras japonesas.

Em algumas situações de dúvidas no Japão, ele solicitava à esposa, Maria Ligaya, que pedisse a informação, ao invés de ele o fazer. Se ele não conhecia um caractere japonês, por exemplo, Fujita afirmava que era melhor ela perguntar, pois, senão, poderiam o criticar por não saber. Condutas como essa, ou o hábito de estender a mão para cumprimentar, encontram sentido no conceito de ação social apresentado por Stuart Hall (1997). De acordo com Hall, os seres humanos interpretam os sistemas de significado através das ações sociais, sendo que tais sistemas ou códigos, quanto tomados em conjunto, constituem nossas “culturas”, de modo que toda ação social é “cultural”.

Nesse viés, portanto, as ações sociais praticadas por Fujita durante sua vida no Japão revelavam que ele não era um ente pertencente àquela cultura. Revelavam também, para o diplomata, uma possível resposta aos anseios relacionados a sua etnicidade, pois, segundo Ligaya, foi em momentos como esse, ao atuar como um diplomata brasileiro no exterior, que Fujita confirmou sua brasilidade. Assim, ao afirmar-se como um brasileiro que conservava aspectos tradicionais de seus ascendentes japoneses, a sua identidade mista – ou sincrética – serviu também para que transitasse entre culturas diferentes e pudesse se perceber entre elas com mais naturalidade.

⁷⁷ Ver SAFRAN, William. **Diasporas in modern societies: Myths of homeland and return**. In: *Diaspora*. vol.1, nº 1, spring 1991, pág. 83-99.

Figura 30 – Convite a Fujita para recepção com presidente Figueiredo em 1984



Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Ainda, durante o período atuando na missão brasileira em Tóquio, o diplomata teve a oportunidade de fazer parte de um episódio de grande relevância na história das relações diplomáticas entre Brasil e Japão: a viagem do ex-presidente brasileiro, João Baptista de Oliveira Figueiredo (1918-1999), ao Japão, no ano de 1984.

A visita oficial do presidente Figueiredo a Tóquio durou cinco dias e contou com uma agenda essencialmente econômica, a qual incluía a solicitação de um empréstimo no valor, à época, de 500 milhões de dólares. Além do intercâmbio econômico, os dois países mostraram a intenção também de aprofundar o intercâmbio entre jovens estudantes, bem como materializar eventos culturais em cada país. O encontro de Figueiredo com Fujita foi registrado na foto abaixo (FIGURA 31).

Figura 31 – Visita do presidente Figueiredo ao Japão



Legenda: Ao lado da primeira-dama Dulce Figueiredo (1928-2011), Edmundo Sussumu Fujita e o presidente João Batista Figueiredo se cumprimentam.

Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita. Recorte de matéria da Folha de São Paulo, 24 de maio 1984.

No Palácio Akasaka, onde ficou hospedado, o ex-presidente brasileiro se reuniu com o imperador do Japão à época, Hirohito, que afirmou, na ocasião, ter o povo japonês especial sentimento de simpatia e afeição pelo Brasil, mencionando ainda que “os imigrantes japoneses e seus descendentes têm participado e contribuído como bons cidadãos brasileiros ao desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil”⁷⁸. A afirmação do imperador japonês encontrava-se pautada nos diversos exemplos de descendentes de japoneses

⁷⁸ Discurso do Imperador japonês Hirohito por ocasião de visita oficial do ex-presidente brasileiro João Figueiredo ao Japão, em 1984.

Disponível em:

http://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_41_abr_mai_jun_1984.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021

que haviam alcançado posições de grande importância dentro da sociedade brasileira e podia, inclusive, ser verificada na própria legação brasileira, que contava com um diplomata *nikkei* em sua composição.

4.4.4 A missão em Moscou e o trabalho com Ronaldo Sardenberg

Após o trabalho na Embaixada do Brasil em Tóquio, Fujita foi removido, em 1985, já como primeiro secretário, para trabalhar na missão diplomática do Brasil em Moscou. Lá, atuou sob a chefia do embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, com quem trabalhou também, posteriormente, junto às Nações Unidas (ONU), em Nova York, e na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República. Durante o período na missão em Moscou, sua função estava relacionada principalmente a aspectos políticos da diplomacia, tendo em vista que aquele período representava para a então URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) um momento de diversas mudanças, como o fim da corrida armamentista com os EUA e os projetos *perestroika* e *glasnost*⁷⁹.

O embaixador Ronaldo Sardenberg já havia conhecido Fujita anteriormente e a missão em Moscou serviu também para estreitar ainda mais a relação entre os dois. Sardenberg exalta a confiança que tinha em Fujita e a importância de ter um diplomata como ele atuando em lugares de maior dificuldade política. “Imediatamente, ele era uma pessoa que te passava uma segurança, uma confiabilidade. (...) Nos lugares em que há dificuldades políticas, você precisa ter uma parte da embaixada que seja sólida e que seja forte”⁸⁰. O trabalho conjunto entre Fujita e Sardenberg, ao se estender também para o Conselho de Segurança da ONU e a SAE, resultou em estudos importantes, como o artigo “O Brasil e o Conselho de Segurança: Notas Sobre uma Década

79 Em 1985, foi iniciada na URSS a Era Gorbachev, sendo comandada pelo último dirigente soviético na história, Mikhail Gorbachov, o qual foi responsável por importantes tentativas de modernização, como a reconstrução econômica (*perestroika*) e a transparência política (*glasnost*).

80 Entrevista de Ronaldo Mota Sardenberg, concedida em setembro de 2018.

de Transição: 1985 – 1995”, de autoria de Fujita; e o projeto “Brasil 2020” (FIGURA 32), publicado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, em 1998⁸¹.

Figura 32 – Matéria de jornal sobre o projeto Brasil 2020



Fonte: Jornal Notícias do Japão, São Paulo, 1998. Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Após o período vivido em Moscou, Fujita voltou ao Brasil, onde ficou residindo por dois anos em Brasília. Depois, de 1990 a 1995, mudou-se para Nova Iorque. Lá ele atuou no Conselho de Segurança da ONU, onde se desenvolveu ainda mais nos temas relacionados ao multilateralismo e a não proliferação de armas nucleares, áreas às quais se dedicou durante grande parte de sua carreira como diplomata. É importante mencionar também que, durante esse período, Fujita participou do XXVI Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco e, como condição de sua promoção do cargo de conselheiro ao cargo

81 O trabalho “Brasil 2020” trata-se de um texto para reflexão sobre o futuro do Brasil. Publicado em julho de 1998, sob a coordenação do então ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg, e de Edmundo Fujita, Subsecretário de Análise e Avaliação do mesmo órgão, o estudo buscava apresentar cenários possíveis para o Brasil no ano de 2020. Disponível em: <https://issuu.com/sae.pr/docs/ebook-brasil-2020>. Acesso em: 18 jul. 2021.

de ministro de segunda classe, elaborou uma tese denominada “As equações do poder e do saber nos regimes de não-proliferação”.

O Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco foi criado oficialmente no início da década de 1960, por meio da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, e previa inicialmente ser condição necessária, após cinco anos de sua criação, para promoção de diplomatas a ministros de primeira classe. Contudo, o CAE só veio a ser implementado efetivamente no ano de 1977, por força do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e possuía uma disposição um pouco diferente de sua previsão inicial, sendo requisito para promoção ao cargo ministro de segunda classe, e não mais a ministro de primeira classe.

Segundo o Anuário do Instituto Rio Branco, até o segundo semestre de 2020 haviam sido aprovadas 796 teses que discorreram sobre os mais variados temas de relevância para a diplomacia brasileira. O CAE, que é realizado ininterruptamente desde sua primeira edição em 1979, consiste na produção de uma tese que deve ser, ao mesmo tempo, analítica e propositiva. Tal trabalho deve necessariamente possuir relevância útil para a diplomacia brasileira ou deve representar uma nova contribuição para o pensamento diplomático e a historiografia brasileira. Resumidamente:

(...) o candidato deve apresentar projeto de tese que, uma vez aprovado pela comissão de consultores, autoriza o preparo e a apresentação da tese, que deve ter entre 150 e 200 páginas, não computados bibliografia e anexos. A tese é avaliada por banca examinadora composta por ministros de primeira classe e subsidiada por pareceres elaborados por dois relatores. A banca examinadora decide se o trabalho está apto a passar à fase de defesa, quando seus autores são convocados para a arguição. Na fase de arguições, o candidato expõe e defende oralmente sua tese e assiste às arguições dos demais candidatos. Poderão ser previstas outras atividades, tais como participação em conferências, seminários, visitas, entre outras, concomitantes com a fase de arguições. A banca examinadora pode recomendar a publicação dos trabalhos aprovados que, a seu juízo, mereçam tal distinção. A publicação é feita, normalmente, pela Fundação Alexandre de Gusmão.⁸²

⁸² INSTITUTO RIO BRANCO. Anuário do Instituto Rio Branco (2020). Disponível em: <http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/images/pdf/Anuarios/anuario-2020.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021

A tese de Fujita apresentada ao CAE contou com cerca de 164 páginas e buscou, alinhada aos temas a que se dedicou durante àquela época, refletir sobre o funcionamento de arranjos internacionais denominados “regimes de não-proliferação”, os quais são estabelecidos para controlar a movimentação comercial de produtos altamente tecnológicos, com a finalidade de coibir a propagação de armas de destruição em massa, sejam elas nucleares, químicas ou biológicas. Assim, com a proposta de tentar contribuir com o equilíbrio da correlação entre o “poder” e o “saber” na difusão de itens de alta tecnologia, seu trabalho explicitava a urgência do “estabelecimento de novos parâmetros de cooperação multilateral que transcendam a ótica estreita dos atuais regimes de não-proliferação e promovam uma disseminação mais equitativa do saber” (FUJITA, 1993, pág. 5).

Depois do período nos Estados Unidos, Fujita retornou ao Brasil, quando residiu por onze anos, em Brasília, até o seu primeiro posto como embaixador no exterior. Ele trabalhou na presidência da República durante os anos de 1995 a 1999, atuando como subsecretário de análise e avaliação da Secretaria de Assuntos Estratégicos, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Durante esse período, ficou responsável pela formulação, ao lado de Ronaldo Sardenberg, de uma visão estratégica para o Brasil do futuro.

O trabalho político, desenvolvido ao lado de Ronaldo Sardenberg, proporcionou alguns momentos marcantes na carreira de Edmundo Fujita, dentre os quais se destaca a visita que fizeram a Cuba, quando trabalhavam na SAE. Lá, encontraram-se com o ex-primeiro-ministro de Cuba, Fidel Alejandro Castro Ruz (1926-2016). A reunião rendeu uma curiosa fotografia (FIGURA 33) com Fidel Castro, que Fujita guardou e que Ligaya mantém em sua casa junta de tantos outros registros memoráveis da carreira do marido.

Figura 33 – Visita de Sardenberg e Fujita a Cuba em abril de 1995



Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Em 1999, quando deixou a função na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da república, assumiu o cargo de diretor-geral do departamento de Ásia e Oceania do Itamaraty, função que ocupou até o ano de 2005, ano em que se tornou embaixador do Brasil na Indonésia. Nesse interim, Fujita alcançou o topo da carreira diplomática, sendo promovido, por merecimento, no ano de 2002, ao cargo de ministro de primeira classe, nomenclatura oficial dos embaixadores brasileiros.

Figura 34 – Recorte de jornal sobre a nomeação de Fujita como embaixador



FONTE: Jornal do *nikkey*, 21 de dezembro de 2002. Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Com o feito alcançado naquele ano, Fujita tornou-se o primeiro embaixador *nikkei* no Brasil, mostrando, mais uma vez, seu pioneirismo dentro da comunidade japonesa e representando também um marco dentro da história da diplomacia brasileira. Antes de assumir o posto de embaixador do Brasil na Indonésia, em 2005, Fujita ainda, na qualidade de diretor geral do Departamento de Ásia e Oceania do MRE, teve a oportunidade de atuar como oficial de ligação na visita oficial do então premier japonês, Junichiro Koizumi, no ano de 2004.

4.4.5 Encontro com o primeiro-ministro japonês Koizumi

Durante o trabalho como diretor-geral do Departamento da Ásia e Oceania do Ministério das Relações Exteriores, Fujita propôs incentivos no sentido de promover o fortalecimento das relações entre o Brasil e Japão, tendo trabalhado avidamente para que ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, viajasse ao arquipélago japonês no ano de 2005. Com o discurso de que os dois países deveriam redinamizar as relações e que os japoneses, ao terem consciência da força do Brasil, precisavam estabelecer uma relação de confiança mútua com os brasileiros, Fujita também imprimiu esforços para que o ex-premier japonês, Junichiro Koizumi, visitasse o Brasil.

O Brasil, naquele período, estava entre os principais países pelos quais o Japão tinha interesse comercial e a visita do primeiro-ministro japonês tinha um peso importante na intenção de se estabelecer um acordo comercial entre os dois países, tendo Koizumi, naquela ocasião, viajado ao Brasil com uma equipe diferente da usual. Normalmente, o chefe de governo costumava viajar apenas com políticos e membros do seu governo, entretanto, naquela ocasião, a equipe veio acompanhada da delegação da Nippon Keidanren, uma das principais organizações empresariais do Japão.

Para além dos interesses econômicos e motivações políticas que poderiam fazer parte da visita de Koizumi ao Brasil, um episódio bastante simbólico marcou a viagem do ex-primeiro-ministro japonês. Em 14 de setembro de 2004, Koizumi e sua equipe sobrevoavam de helicóptero a Fazenda de

Guatapará⁸³, em Ribeirão Preto, sobre a qual ele pretendia lançar um buquê de flores para homenagear os imigrantes japoneses daquela região. No helicóptero, estavam reunidos com ele o embaixador do Japão no Brasil à época, Takahiro Horimura, o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o então diretor-geral da Ásia e Oceania do Itamaraty, o embaixador Edmundo Sussumu Fujita.

Enquanto passavam de helicóptero sobre a Fazenda de Guatapará, Koizumi notou uma multidão de pessoas abaixo o saudando com grandes inscrições em língua japonesa, no gramado, que diziam “bem-vindo, primeiro-ministro Koizumi”. Curioso com a situação, ele perguntou a Fujita quem eram aquelas pessoas, ao que o embaixador respondeu serem descendentes dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil. Em seguida, emocionado, o ex-premier japonês questionou sobre a possibilidade de descer para cumprimentar aquelas pessoas, e Fujita, prontamente, afirmou que, apesar de a descida não fazer parte da programação oficial, seria possível atender ao pedido de Koizumi, caso ele assim desejasse.⁸⁴

Assim, mesmo com a feição aflita do então embaixador Horimura, Koizumi pediu a Fujita que descessem, a fim de se encontrarem com aquela multidão. Fujita, então, ordenou ao piloto que aterrissasse. Enquanto o ex-premier japonês descia do helicóptero e caminhava em direção às pessoas que o esperavam, os outros dois helicópteros de escolta continuaram sobrevoando a região, sem compreenderem aquela situação.

⁸³ Guatapará é a localidade, em São Paulo, para onde foram encaminhados os primeiros imigrantes japoneses, vindos do navio Kasato Maru, em 1908.

⁸⁴ Trecho retirado de artigo publicado no jornal Nippo-Brasil, 2004. Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Figura 35 – Visita de Koizumi a Guatapar em 2004



Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Koizumi, acompanhado de Fujita, cumprimentou a população que o esperava, dirigindo palavras de saudação e agradecimento, enquanto abraçava todos aqueles que chegavam perto dele. Em um encontro que durou cerca de meia hora, o ex-primeiro-ministro japones conversava com os *nikkeis* de Guatapar e perguntava a eles se eram felizes no Brasil, se sentiam-se integrados e realizados, ao que respondiam positivamente e de forma entusiasmada. Fujita, em artigo publicado para o jornal Nippo-Brasil, retrata um pouco mais como foi o encontro:

Foi uma recepção calorosa. Ao ver o helicoptero descer no campo, a multidão correu vida para ver o líder japones. Um velho senhor ajoelhou-se no solo e curvava-se repetidas vezes a cabeça na terra, qual antigo ritual feudal para saudar o visitante ilustre. Outros gritavam “banzai! banzai”. Koizumi, de seu lado, visivelmente emocionado, abraçava e tirava fotos com todos que o acercavam.⁸⁵

⁸⁵ Ibid.

O gesto de Fujita em “quebrar o protocolo” e descer com o ex-premier japonês para cumprimentar aquelas pessoas tornou possível a experiência de uma situação que ficou marcada na memória de Koizumi. No dia seguinte, em encontro com o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-primeiro-ministro japonês relatou o episódio aos participantes da cúpula, “manifestando sua emoção pela forma que encontrara aqueles descendentes de pioneiros e lágrimas começaram a aflorar de seu rosto”. (FUJITA, 2016, pág. 17).

Figura 36 – Primeiro-ministro Koizumi emocionado ao relatar o episódio de Guataporá em 2004



Fonte: Recorte de jornal, Nippo-Brasil, 2004. Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Após o encontro com Lula, Koizumi, em cerimônia no auditório da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, relatou o episódio para a comunidade nipo-brasileira que ali o ouvia. Novamente emocionado, o ex-primeiro-ministro japonês, diante de 1,2 mil pessoas, caiu em lágrimas e surpreendeu os convidados, também comovidos com aquela situação. “O Brasil é um país estrangeiro para nós, mas é o país que está mais próximo do meu coração”, dizia Koizumi em seu discurso. As “lágrimas do samurai”, como descreve Celso Ming em artigo publicado em 2004, no jornal Nippo-Brasil⁸⁶, possuem um aspecto real

⁸⁶ MING, Celso. **As Lágrimas do Samurai**. São Paulo: Nippo-Brasil, 2004.

e simbólico que intuem o grau de integração alcançado pela comunidade nipo-brasileira no Brasil (FUJITA, 2016).

O episódio com o ex-primeiro-ministro japonês, Junichiro Koizumi, vivenciado de perto pelo embaixador Fujita, representou um dos vários momentos que o fizeram ser uma peça importante nas relações Brasil-Japão. A visita do então premier japonês ao Brasil ocorreu de forma bastante positiva e, em 2005, Lula realizou viagem oficial ao Japão, ocasião em que os dois países assinaram o acordo econômico denominado Programa Conjunto de Revitalização das Relações Econômicas.

Assim, o último ano de Edmundo Fujita como diretor-geral da Ásia e Oceania do Itamaraty ficou marcado pela forte aproximação do Brasil com o Japão e pelo episódio da Fazenda de Guatapará. Em 2005, o embaixador *nikkei* foi nomeado para assumir a Embaixada do Brasil na Indonésia, seu primeiro posto no exterior atuando como ministro de primeira classe, posto mais alto da carreira diplomática.

4.4.6 Na Indonésia como embaixador

Após trabalhar por cinco anos como chefe do Departamento da Ásia e Oceania do Itamaraty, Fujita foi nomeado para assumir, como sucessor do embaixador Carlos Eduardo Fonseca Costa, a Embaixada do Brasil em Jacarta, na Indonésia, atuando lá de 5 de outubro de 2005 até 5 de abril de 2009. A função como embaixador em Jacarta deu continuidade ao processo de aproximação do Brasil com países asiáticos e incumbiu a Fujita o papel de estreitar os laços com um país situado em uma região pouco conhecida no Brasil: o sudeste asiático.

Figura 37 – Recorte de Jornal do São Paulo Shimbun de 2004



Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Durante o período trabalhado como diretor da Ásia e Oceania, Fujita teve a oportunidade de estabelecer contatos pessoais na Indonésia, em ocasião da visita do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso às cidades de Dili e Jacarta, no ano de 2001, e de visita ao Brasil, em 2002, de Abdurrahman Wahid (1940-2009), também conhecido como Gus Dur, presidente da Indonésia entre 1999 e 2001. Ao assumir a Embaixada em Jacarta, Fujita atuava com a visão otimista de existir, na relação Brasil-Indonésia, uma oportunidade do Brasil em elastecer sua participação em outros países da Ásia, que não somente Japão e China. Na visão dele, o Brasil não dava a atenção necessária para o continente asiático e estava perdendo uma grande chance de estabelecer parcerias frutíferas com países daquela região.

O Brasil ainda não acordou para a Ásia. O Extremo Oriente, que é o mais antigo núcleo civilizacional da Humanidade, ainda não sensibiliza o Extremo Ocidente brasileiro, que é noviço na História. Há um flagrante desconhecimento, de lado a lado,

sobre as potencialidades e virtualidades sinérgicas. (FUJITA, 2009, pág. 11)⁸⁷.

Fujita vislumbrava uma oportunidade única para o Brasil na Ásia, que, segundo ele, irá decair como centro do dinamismo nas próximas décadas, por conta de seu envelhecimento populacional e escassez de recursos naturais. Nesse contexto, o Brasil poderia ocupar tempestivamente uma posição importante nas relações comerciais com esses países com vistas à continuidade de seu desenvolvimento. Contudo, ele via de forma crítica a maneira que alguns países asiáticos eram tratados na política externa brasileira. Especialmente em Jacarta, Fujita fez algumas considerações quanto à sua estrutura funcional, que contava com apenas o chefe do posto e um imediato.

O quadro administrativo é um desquadro. As percepções difundidas preconceituosamente na Casa desestimulam um voluntariado para servir no Sudeste Asiático, imaginado como “desvio de carreira”. Poder-se-ia pensar numa forma mais incentivadora ou semi-compulsória para os chamados depreciativamente como “postos de sacrifício”. (FUJITA, 2009, pág. 11)

No mesmo sentido, ele destaca que o Itamaraty e as novas gerações de diplomatas estavam perdendo uma chance única causada por essas distorções difundidas equivocadamente e que, provavelmente, outros órgãos, inclusive do setor privado, irão aproveitar esse “vazio” deixado pela diplomacia brasileira na Ásia de forma mais proveitosa, inclusive com melhores recompensas profissionais. Muito mais que uma crítica, a análise de Fujita era um aviso, e também um apelo, para que o governo brasileiro passasse a valorizar mais a região asiática, que segundo ele é desvalorizada pelos membros da carreira diplomática desde que ele se tornou diplomata, na década de 1970: “quando entrei na carreira, nos idos de 70, ninguém queria ir para o Japão, ou Rússia, ou Índia, ou China. Eram considerados “fim-do-mundo” (FUJITA, 2009, pág. 12). Em seu relatório de gestão, Fujita ainda acrescenta:

⁸⁷ Relatório de gestão de Edmundo Fujita como embaixador da Indonésia. Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Boa parte da minha vida foi dedicada a esses lugares considerados “exóticos”, como eram na minha época Tóquio, Moscou e China e não me arrependo. Sinto talvez pena daqueles que não tiveram oportunidade para servir e ter vivência enriquecedora nesses postos numa época oportuna, quando poderiam ter “comprado na baixa e vendido na alta”. Faço votos para que a História não se repita para as novas gerações, na primeira vez como tragédia e na segunda vez como farsa. (pág. 12).

Em vista de sua visão para as relações Brasil-Ásia, Fujita trabalhou incansavelmente para tentar propagar a imagem positiva do Brasil nos países em que atuou. Especificamente na Indonésia, o trabalho diplomático do embaixador esteve bastante ligado ao intercâmbio cultural entre os dois países. A Embaixada do Brasil em Jacarta, durante os anos de sua gestão, foi responsável por realizar diversos eventos culturais, que visavam promover e fortalecer a imagem do Brasil na Indonésia. “Encontrei na Indonésia, desde logo, forte simpatia pela música, esporte e turismo do Brasil”⁸⁸. Além de promover tais eventos, Fujita participou de apresentações na televisão indonésia, contribuiu com diversos artigos de jornais e também foi convidado para fazer exposições de arte na Universidade da Indonésia, no Centro de Estudos Internacionais do Instituto Habibe, sendo um dos poucos latinos a falar sobre as relações da Ásia e América Latina naquelas ocasiões.

Em 2007, em evento denominado Semana Cultural, promoveu a elaboração do álbum de fotos artísticas Brasil-Indonésia, com fotos do fotógrafo brasileiro João Paulo Barbosa, que visitava o país. O livro contendo as imagens registradas pelo fotógrafo brasileiro alcançou bastante sucesso nas embaixadas locais e contribuiu como material de divulgação cultural, tendo inclusive seu modelo replicado em outros trabalhos. Em 2008, no Conservatório Musical de Jacarta, com o copatrocínio da Embaixada do Brasil, colaborou para que fosse realizado o “Tributo a Villa-Lobos”, evento de homenagem ao compositor brasileiro e que contou com a apresentação de diversos músicos locais. Ainda, realizou outros eventos de promoção da cultura brasileira, como a “Semana Cultural da Pátria”, em 2007, e o “Dia Nacional”, em setembro de 2008.

⁸⁸ Ibid.

Figura 38 – Tributo a Villa-Lobos, The Jakarta Post, 2008



Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Os eventos culturais, as exposições, os shows musicais, tudo isso parece ter influenciado o embaixador Fujita a querer desenvolver seu lado artístico. Foi naquele período que ele decidiu começar a pintar. Quando jovem, ele costumava fazer caricaturas e durante sua vida tocou piano e flauta doce, entretanto, apenas depois dos 50 anos de idade é que ele tomou a decisão efetivamente de fazer pinturas. Ligaya relata um pouco a descoberta do marido: "Quando a gente chegou na Indonésia, um dia ele falou pra mim: "eu tenho vontade de pintar", eu falei: "como?", "eu tenho vontade, parece que o espírito baixou em mim"". (entr. em 22/09/2018).

Após comprarem todos os materiais necessários, o embaixador começou a botar em prática o seu desejo de pintar. Em noites de insônia, Fujita despendia várias horas consecutivas do seu tempo realizando suas pinturas. Todas suas obras eram concluídas muito rapidamente. Se a ideia surgia em sua cabeça, ele iniciava o trabalho de pintar e prosseguia até finalizar, sem deixar nada para terminar depois. Ligaya era acordada, ao amanhecer, pelo

embaixador, que mostrava a ela o resultado de suas obras produzidas incansavelmente durante a noite.

Figura 39 – Pintura de Edmundo Sussumu Fujita



Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Fujita apreciava muito o trabalho de pintores como o surrealista Joan Miró (1893-1983) e o expressionista abstrato Paul Jackson Pollock (1912-1956). Em algumas de suas obras é possível perceber a influência de tais pintores, inclusive com alguns quadros que pareciam se inspirar na técnica de “gotejamento” de Pollock. A sua forma de pintar era, como descreve Ligaya, “impaciente”, sendo que ao ter uma ideia na cabeça ele apressadamente sentia-se na necessidade de transformá-la numa pintura, sem que houvesse interrupções. Para pintar, ele costumava usar tinta acrílica, tendo em vista que não conseguia ficar esperando o óleo secar, ou de ficar pensando muito nas possibilidades. “Ele tinha uma coisa na cabeça que é impressionante, porque aí ele tinha as combinações das cores que de repente se resultavam nos quadros.” (entr. em 22/09/2018).

Além disso, em decorrência também de sua multiculturalidade, as obras de Fujita foram muitas vezes inspiradas em pintores nipo-brasileiros. Apreciava nomes como Manabu Mabe (1924-1997), Tomie Ohtake (1913-2015) e Kazuo Wakabayashi (1931-2021), artistas dos quais possuiu pinturas e quadros, que também fizeram parte da decoração dos lugares onde morou. “ele gostava muito dos pintores nipo-brasileiros, Manabu Mabe, Tomie Ohtake, né, (...) e acho que ele foi mais ou menos inspirado e uma vez ele fez até duas exposições individuais” (entr. em 22/09/2018). Fujita se considerava um “pintor acidental”. As suas pinturas representavam as memórias de sua imaginação. O que ele chamava de cenários nunca vistos. Suas obras eram resultado da vontade de materializar as imagens que o desconcertavam durante suas noites de insônia. Na Indonésia, portanto, botou em prática o desejo de pintar, o que continuou fazendo, inclusive durante o tempo em que morou em Seul, na Coreia do Sul.

4.4.7 Como embaixador na Coreia do Sul

Após o período em que atuou como embaixador do Brasil em Jacarta, Fujita foi designado a assumir a Embaixada do Brasil em Seul, na Coreia do Sul. Lá, trabalhou durante o período compreendido entre 2009 e 2015, quando retornou ao Brasil. O momento em que assumiu o posto em Seul representava, para as relações Brasil-Coreia, um período de grande aproximação, tendo em vista que, após certa estagnação econômica dos tradicionais parceiros comerciais do Brasil, como países da Europa e os Estados Unidos, o governo brasileiro buscava estabelecer novas parcerias no cenário internacional e viu na Coreia do Sul um parceiro promissor. Em seu relatório de gestão da Embaixada Brasileira em Seul, Fujita resume bem os resultados de seu trabalho, que contribuíram de forma efetiva para a aproximação entre os dois países:

Ao término de 6 anos e meio à frente da Embaixada do Brasil na Coreia do Sul (abr. 2009 a set. 2015), é com a satisfação do dever cumprido e o sentimento de realização profissional que preparo o presente relatório de gestão. Tive muita satisfação profissional, bem como familiar e pessoal, no convívio com a

sociedade coreana e nas visitas às diversas regiões deste país, quando tive oportunidades de conhecer as qualidades deste extraordinário povo. Em realidade, até cerca de 2007-2008, **a Coreia do Sul praticamente não fazia parte de nosso horizonte político, econômico ou cultural, em comparação com o Japão ou a China**, nossos parceiros na Ásia há muito tempo. Mas a partir da crise financeira global de 2007-2008, quando nossos parceiros tradicionais da Europa e os Estados Unidos entraram em processo de estagnação, a busca mútua por novas parcerias alterou bastante as molduras geoeconômicas tanto da Coreia do Sul quanto do Brasil. O comércio bilateral se elevou de cerca de 5 bilhões de dólares pré-crise para a casa dos 15 bilhões de dólares, e **os investimentos coreanos estão entre os 15 maiores no Brasil**. (FUJITA, 2015, pág. 1) (grifo nosso).

Dentro desse contexto, Fujita atuou fortemente para aumentar a presença da diplomacia brasileira em terras coreanas. Quando chegou ao posto, a Embaixada do Brasil em Seul contava com apenas um diplomata e um assistente de chancelaria, entretanto, ao fim de sua gestão, a força de trabalho aumentou para quatro diplomatas e o auxílio de um ministro-conselheiro. Embora, em 1991, tivesse sido assinado entre os dois países um acordo de cooperação na área de ciência e tecnologia, em que havia a previsão da formação de uma comissão mista com vistas à elaboração de definições de áreas prioritárias e possíveis trabalhos cooperativos, foi só na gestão de Fujita, no ano de 2011, quase 20 anos depois de assinado o acordo, que ocorreu a primeira reunião dessa comissão. Desse modo, o foco de trabalho do embaixador Fujita estava voltado principalmente ao setor de Ciência e tecnologia, área que chegou a ocupar mais da metade dos trabalhos da embaixada durante sua gestão.

O destaque desse período foi a grande atenção dada ao programa Ciência sem Fronteiras (CsF) (FIGURA 40). A Coreia do Sul foi o primeiro país do leste asiático fazer parte do programa e “aceitou por meio do programa CsF mais de 500 estudantes brasileiros em mais de uma dezena de universidades coreanas (ZIEMATH; AGUIAR, 2017, pág. 184)”. Fujita esforçou-se no sentido de dar maiores oportunidades aos estudantes brasileiros e, com o apoio da Embaixada Brasileira, fechou parcerias com grandes empresas, como a Hyundai e a Samsung, para que abrissem vagas de estágio aos bolsistas do programa.

Inicialmente, foram abertas 50 vagas na empresa Hyundai e o governo sul-coreano alocou cerca de 500 mil dólares no financiamento de bolsistas do Brasil. Posteriormente, outras grandes empresas como LG, Grupo SK e Posco passaram a recrutar estudantes brasileiros para estagiarem em suas companhias⁸⁹.

Figura 40 – Matéria sobre o programa Ciências Sem Fronteiras



Fonte: Recorte do jornal The Korea Times, 2012. Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Durante a gestão de Fujita, foi criado, em parceria com a Universidade Nacional de Seul e a empresa Doosan Infracore, o Centro Cultural Brasileiro, cuja administração foi delegada a pianista brasileira Leda Kim, conhecedora de diversos artistas que atuavam na Coreia do Sul. Da mesma forma, com a finalidade de contribuir com os trabalhos da Embaixada Brasileira à época, foram nomeados dois cônsules honorários, sendo eles Sra. Jeong-Eun Hyun, presidente da Hyundai Corporation, e Sr. Shinwon Choi, presidente da empresa SK Chemical. Cada cônsul atuava em uma região estratégica, um em Incheon, maior centro aéreo da Coreia, e outro em Busan, mais importante centro

⁸⁹ Dados obtidos do relatório de gestão de Edmundo Sussumu Fujita na Coreia do Sul (2009-2015).

portuário do país, de modo que contribuíram “em aliviar os serviços consulares no Sul e Noroeste do país, além de introduzirem à Embaixada muitas personalidades das sociedades locais.” (FUJITA, 2015, pág. 2).

Figura 41 – Embaixador Fujita e o cônsul honorário Shinwon Choi, Coreia do Sul, 2015



Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Ainda, no campo da ciência e tecnologia, houve a inauguração do laboratório virtual (Labex), implementado em parceria da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) com o Rural Development Administration (RDA), em 2009, na cidade de Suwon, situada a 40 quilômetros da capital coreana. O evento de abertura do Labex, em que Fujita esteve presente, ganhou destaque nas páginas dos jornais sul-coreanos daquele ano (FIGURA 42). A assinatura do memorando que previa a criação do Labex havia ocorrido no ano de 2008, por ocasião da visita ao Brasil do presidente sul-coreano, à época, Lee Myung-bak.

Figura 42 – Inauguração do Labex em 2009



Fonte: Recorte do jornal The Korea Herald. Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

No campo cultural, foram promovidos diversos eventos visando a divulgação da cultura brasileira em terras sul-coreanas, sendo a Embaixada do Brasil em Seul responsável por patrocinar a apresentação de diversos artistas e acadêmicos brasileiros, inclusive levando o chef Alex Atala⁹⁰ ao Festival Culinário de Seul. Além disso, em 2012, foi realizado o evento “Seoul of Brazil”, em comemoração ao 50º aniversário da imigração coreana ao Brasil. O festival musical “Seoul of Brazil”, que era descrito por Fujita como o núcleo e a alma⁹¹ dos programas culturais brasileiros previstos para aquele ano, também acompanhava as comemorações dos 50 anos do início da imigração coreana ao Brasil, iniciada com a chegada do primeiro grupo de imigrantes em fevereiro de 1962.

O evento, portanto, representava, nas palavras de Fujita, “um tributo àquela corajosa geração de pioneiros que construíram a ponte inicial capaz de possibilitar o encontro de duas culturas ricas e antípodas do globo”⁹². Ocorrido

⁹⁰ Milad Alexandre Mack Atala, ou Alex Atala, é um renomado chef de cozinha brasileiro.

⁹¹ A pronúncia da palavra “Seoul” é parecida com a palavra inglês “soul”, que em português significa “alma”. Além disso, outro trocadilho pode ser feito com a palavra “soul”, que também se refere a um gênero musical.

⁹² Extraído do folheto oficial de divulgação do evento “Seoul of Brazil”, localizado no acervo pessoal de Edmundo Sussumu Fujita.

entre os dias 15 e 17 de maio de 2012, o evento contou com a participação de artistas brasileiros como o gaitista Gabriel Grossi⁹³, a pianista Leda Kim⁹⁴ e o percursionista Valtinho Anastácio⁹⁵, que interpretaram grandes nomes da música brasileira, como Heitor Villa-Lobos, Antônio Carlos Jobim, Milton Nascimento e Pixinguinha.

Figura 43 – Divulgação do evento Seoul of Brazil em 2012



Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Além desse festival, a Embaixada do Brasil em Seul promoveu também outros eventos musicais, como o concerto beneficente de final de ano com o corpo diplomático, em 2014. Naquela ocasião, o embaixador Fujita, ao lado de Valtinho Anastácio e de Yoon Hyejin, apresentou-se tocando flauta e tocou as canções “carinhoso” e “lamento”, de autoria de Pixinguinha. O evento também contou com a participação do Ministro de Negócios Estrangeiros da Coreia do Sul à época, Byung-Se Yoon, que se juntou ao coral formado pelo corpo diplomático.

⁹³ Gabriel Grossi é considerado um dos melhores gaitistas do mundo.

⁹⁴ Nascida em São Paulo, Leda Kim estudou piano em Juilliard, nos Estados Unidos, e obteve doutorado em educação musical, pela Universidade de Columbia. Construiu uma carreira sólida em território sul-coreano.

⁹⁵ Nascido em São Paulo, Valtinho Anastácio começou sua jornada como músico quando criança, aprendendo a tocar diversos instrumentos de percussão. Valtinho é conhecido por fazer música com qualquer objeto, desde um saco plástico até instrumentos como pandeiro e berimbau.

Figura 44 – Concerto beneficente de final de ano em 2014



Fonte: Acervo pessoal Edmundo Sussumu Fujita.

Os festivais musicais e os concertos reaproximaram Fujita da música, uma de suas grandes paixões. Se na Indonésia, a pintura surgiu como uma nova habilidade do embaixador, na Coreia do Sul a música reapareceu em sua vida como parte importante de sua personalidade. Em diversas ocasiões, reuniu-se com amigos em sua casa para tocar seus instrumentos musicais e confraternizar. A música sempre esteve presente em Fujita. Com ela, fez grandes amizades no coral do Liceu Pasteur e também reuniu seus amigos no coral do corpo diplomático da Embaixada do Brasil em Seul. A música, portanto, também foi instrumento de aproximação e reaproximação na vida de Edmundo Sussumu Fujita.

4.5 O retorno ao Brasil

Em portaria publicada em agosto de 2015, Fujita foi removido da Embaixada do Brasil em Seul para atuar na Secretaria de Estado, exercendo suas funções no Escritório de Representação do Ministério de Relações

Exteriores em São Paulo (ERESP). Fixou residência, portanto, na capital paulista, onde ficou até o seu falecimento, no ano de 2016.

Durante o tempo que viveu em São Paulo, Fujita prontamente se manifestou a fim de reencontrar seus amigos de infância e de reunir o grupo que fazia parte do coral juvenil do colégio Liceu Pasteur. Para tanto, entrou em contato com seu amigo do colégio, Augusto Mazzola, o qual não via há muitos anos, e organizou de se reunirem e almoçarem juntos. Na ocasião, Fujita informou ao amigo que estava doente, inclusive com certa dificuldade para caminhar.

Mesmo doente, o embaixador não deixava de fazer aquilo que queria. Sempre engajado em reunir familiares e amigos, aceitou o convite de Mazzola para um concerto que haveria no final de semana seguinte ao almoço com o amigo. No evento, reencontrou alguns colegas da época de estudante no Pasteur, inclusive Iraí de Paula Souza, amiga que fez durante os tempos de coral juvenil. Após o concerto, Iraí de Paula Souza realizou um almoço na casa dela, onde Fujita teve a oportunidade de reencontrar pessoas importantes em sua vida e confraternizar com seus amigos de infância.

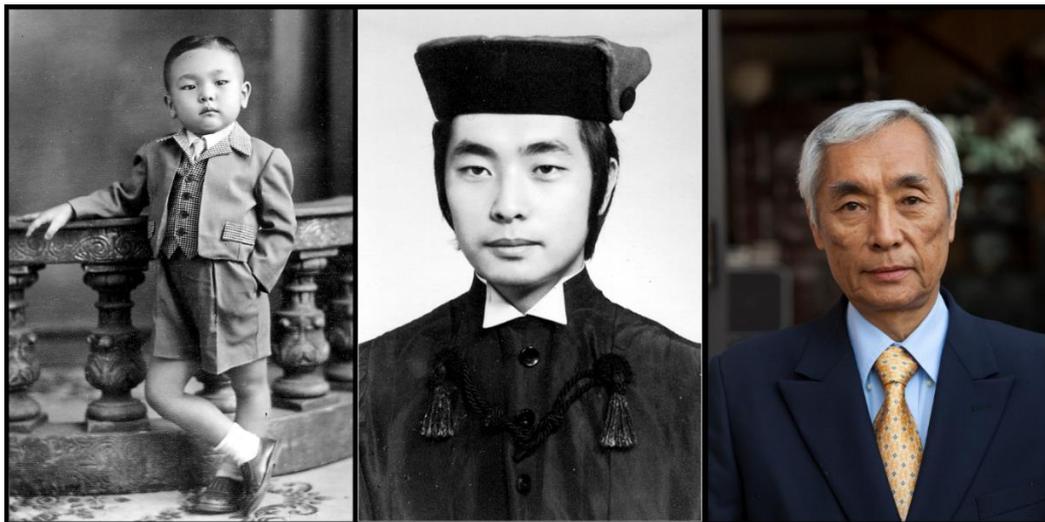
A música mais uma vez, portanto, fez-se presente de forma importante na vida do embaixador. Na infância, deu a Fujita grandes amigos. No período como estudante universitário, foi a maneira que encontrou para aliviar o momento vivido durante a ocupação dos estudantes na Faculdade de Direito da USP. Lá, “tiros não se ouvia, ouvia-se histórias e músicas. (...) E, à noite, soava o violão do Caio Martins e a flauta doce do Edmundo Fujita”⁹⁶. Ainda, no decorrer de sua vida como diplomata, serviu como ponte de intercâmbio cultural entre o Brasil e os países em que atuou. Por fim, foi a música também a responsável por o reunir com seus colegas dos tempos do colégio Liceu Pasteur.

Fujita adorava reunir-se com amigos e família. A última reunião, no dia 06 de março de 2016, foi em razão da celebração de seu aniversário, que iria ocorrer no dia seguinte, ocasião em que também comemorou o aniversário de

⁹⁶ Ver BUZZONI, Henrique D’Aragona. **Arcadas no Tempo da Ditadura**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007. A citação trata-se de um trecho retirado do capítulo escrito pelo advogado criminalista Arnaldo Malheiros Filho, que conheceu Edmundo Fujita durante o curso de direito na USP e tornou-se grande amigo do embaixador. Arnaldo Malheiros faleceu no mesmo ano que Fujita, pouco mais de um mês após a partida do amigo.

seu sobrinho. Sua última entrevista, presente surpresa dos seus sobrinhos para ele, foi gravada também nesse dia. No vídeo gravado, Fujita relembra sua trajetória e deixa registradas algumas de suas memórias como diplomata. No mês seguinte à reunião, Fujita faleceu, no dia 06 de abril de 2016, aos 66 anos de idade, devido a um câncer.

Figura 45 – Edmundo Sussumu Fujita: o primeiro diplomata *nikkei* do Brasil



Legenda: Colagem contendo fotos de Fujita ao longo de sua vida.

Fonte: Acervo Pessoal Edmundo Sussumu Fujita. Colagem elaborada pelo autor.

O embaixador ainda tinha mais alguns anos de carreira pela frente quando faleceu. Para Ligaya, embora não tenha manifestado sua vontade abertamente, ele tinha o desejo de atuar como embaixador do Brasil no Japão. Infelizmente, devido a enfermidade que o acometeu, partiu antes de sabermos se isso se realizaria. Mesmo assim, Fujita, nas palavras da esposa, “foi plenamente feliz, realizado e orgulhoso como diplomata brasileiro”. Com seu pioneirismo, sendo o primeiro *nikkei* a entrar no Itamaraty, além do trabalho constante em promover e fortalecer as relações diplomáticas do Brasil com os países em que atuou profissionalmente, certamente Fujita deixou seu nome marcado na história da diplomacia brasileira e criou precedentes dentro da comunidade japonesa, abrindo o caminho para as gerações seguintes de diplomatas *nikkeis*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, a carreira diplomática brasileira foi representada principalmente por homens brancos, pertencentes à elite brasileira, sobretudo aqueles advindos da cidade do Rio de Janeiro. A aprovação de Edmundo Sussumu Fujita, um *nissei* paulista, nas provas do Instituto Rio Branco, em 1975, representou o rompimento de barreiras, como noticiaram os jornais brasileiros na época, e o início do legado de um diplomata que contribuiu não somente para estreitar as relações entre Brasil e Japão, mas também fortalecer as relações diplomáticas do Brasil com todos os países nos quais atuou.

Fujita tornou-se o primeiro descendente de japoneses a fazer parte da carreira diplomática brasileira e também o primeiro embaixador *nikkei* na história do Brasil. Como vimos neste trabalho, o Itamaraty por muito tempo recrutava seus diplomatas obedecendo a um padrão personalista, no qual as relações sociais e a origem familiar influenciavam na escolha de novos membros. Aliado a isso, o aspecto físico também era adotado, em alguns momentos, como um critério para o ingresso na carreira, e também influenciava na designação para os postos do Brasil no exterior.

Tal dinâmica de seleção, por muito tempo, contribuiu para formar um padrão no perfil dos diplomatas brasileiros, que exibiam um tipo físico predominante semelhante. Assim, o Itamaraty se consolidou como um dos grupos mais homogêneos e articulados dentro do funcionalismo público brasileiro, o que, ao longo de sua história, influenciou para que grupos considerados minoritários, como mulheres, negros e, como visto neste trabalho, amarelos, tivessem uma participação quase inexpressiva nos quadros do Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

Somente a partir da década de 1930 é que o caráter personalista no processo de seleção passa a ser modificado. A exigência de aprovação em concursos públicos como forma de ingresso e a criação do Instituto Rio Branco, em 1945, foram medidas que influenciaram diretamente o recrutamento de novos diplomatas, e contribuíram para causar, pouco a pouco, certa alteração na origem social dos diplomatas brasileiros (GOBO, 2018).

Contudo, como vimos neste trabalho, mesmo com o advento de exames de seleção e a possível abertura do Itamaraty ao restante da sociedade brasileira, as exigências do concurso – que continuavam a excluir grande parcela dos brasileiros – e a manutenção de etapas subjetivas no processo seletivo, como avaliações orais, provas de títulos e entrevistas, contribuíram para que as mudanças no perfil dos diplomatas selecionados fossem quase que inexpressivas, mantendo a homogeneidade dentro da carreira diplomática. (CHEIBUB, 1984).

Nesse sentido, o Itamaraty por muito tempo sofreu com as denúncias de que era uma instituição racista, tendo em vista que, ao fazer diversas intervenções que influenciavam no processo seletivo e mantinham um perfil predominante de diplomatas homens e brancos, reproduzia regras e padrões pertencentes aos interesses de uma estrutura social vigente no Brasil, cuja dinâmica de funcionamento tem, como afirma Silvio de Almeida (2019), o racismo como um de seus componentes naturais. Por isso, durante muito tempo, o Itamaraty enfrentou problemas em tentar se defender de tais acusações, já que carecia de exemplos práticos que as refutassem e pouco atuava no combate efetivo a esses conflitos.

Apenas no final do século XX é que o Itamaraty passa a adotar uma postura mais aberta no sentido de tentar ampliar o acesso à carreira e mostrar certa preocupação de que o grupo de diplomatas brasileiros devesse representar uma parcela maior da sociedade brasileira. Mesmo com a aprovação de Fujita, em 1975, cujo ineditismo reacendeu o debate sobre preconceito racial no Itamaraty à época, poucas mudanças estavam ocorrendo no processo seletivo à carreira, de modo que o caráter distintivo e excludente do órgão se manteve corrente até meados da década de 1990, quando procurou-se extinguir as provas orais, aumentar a participação de mulheres na carreira e implementar políticas de ação afirmativa para afrodescendentes de maneira prática no Serviço Exterior Brasileiro.

Nesse viés, portanto, a “quebra de barreira” de Fujita, que conseguiu ser aprovado num rigoroso processo de seleção, pode ser entendida também como o rompimento de uma barreira étnico-racial vigente dentro do Itamaraty, já que

explicitava e ia na contramão de um modelo de perfil de diplomatas brasileiros da época. Ao mesmo tempo, Fujita, com seu pioneirismo, “quebrava a barreira” do Itamaraty também para que as futuras gerações de *nikkeis* pudessem adentrar na carreira diplomática anos mais tarde. Como visto anteriormente, a participação mais expressiva de nipo-brasileiros no corpo diplomático brasileiro veio a ocorrer somente cerca de 15 anos depois da aprovação de Fujita, coincidindo com – e provavelmente sendo influenciado por – o processo de democratização experienciado pelo MRE na virada do séc. XX para o séc. XXI.

Portanto, ao mesmo tempo em que o Itamaraty buscava formas de combater as diferenças raciais, sociais e de gênero dentro do seu modelo de seleção, a aprovação na década de 1990 de Fátima Keiko Ishitani, a primeira diplomata *nikkei*, como vimos anteriormente, e a notoriedade conquistada por Fujita, que já havia se tornado ministro de primeira classe em 2002, resultaram numa maior adesão de *nikkeis* interessados em tentar prestar os exames do Instituto Rio Branco, o que contribuiu para o aumento gradual de novos diplomatas com ascendência japonesa a partir daquela época.

Em vista disso, conseguimos concluir que a aprovação de Fujita no Itamaraty, no ano de 1975, fez muito mais parte de um contexto histórico específico vivido pela comunidade japonesa no Brasil à época, bem como pela própria formação educacional de Fujita e o seu esforço dedicado ao concurso, do que necessariamente representou uma tentativa do governo brasileiro em tentar combater o preconceito existente no Itamaraty e buscar ampliar o acesso à carreira, como tentava fazer crer o Ministério das Relações Exteriores. A respeito disso, vale lembrar os episódios em que o MRE, por exemplo, atribuía a ausência de negros na diplomacia a um problema socioeconômico, bem como quando tentou usar o exemplo de Fujita como uma prova da inexistência de discriminação racial na instituição (NISHIDA, 2018).

Outrossim, como vimos anteriormente, fazia-se vigente durante o regime militar, época em que Fujita fora aprovado nos exames à carreira diplomática, o discurso da democracia racial e era muito comum se ver na imprensa brasileira, e no discurso político, a tentativa de mostrar o Brasil como um país livre de problemas raciais, onde todos possuem iguais condições de ascensão social.

Aliado a isso, o clima de aproximação com o Japão mostrava no Brasil a existência da propagação da ideia da comunidade japonesa como um modelo de integração e de superação (TANIGUCHI, 2015), de modo a tentar também legitimar o discurso da inexistência de preconceito racial no país.

Assim, a ascensão política e social vivida pelos nipo-brasileiros no período pós-guerra, como vimos anteriormente, a exemplo de nomes como Fábio Yassuda, Paulo Yokota, Akihiro Ikeda, entre outros, se deu num contexto histórico de grande desenvolvimento do Japão no cenário econômico mundial, bem como de aproximação do Brasil com o Japão, o que de certa forma contribuiu para que muitos descendentes de imigrantes japoneses que viviam no Brasil efetivassem o processo de integração iniciado em 1908 e pudessem fazer parte de espaços sociais dos quais nunca estiveram presentes anteriormente, o que foi o caso, inclusive, de Edmundo Sussumu Fujita.

Desse modo, Fujita fez parte do processo de ascensão social da comunidade japonesa no Brasil, processo esse que teve início, em sua família, com seu pai, Yoshiro Fujita, que saiu do trabalho no campo para tornar-se um comerciante na cidade de São Paulo, e que continuou com Edmundo Sussumu Fujita, um *nissei* que nasceu e viveu num ambiente urbano e que teve uma educação de base bastante distinta, aprendendo japonês, francês e inglês, e, posteriormente, ingressando no curso de direito da Universidade de São Paulo. Sua formação multicultural e a dedicação aos estudos tiveram papel essencial para que ele conseguisse ser aprovado na primeira colocação de um dos concursos mais exigentes e concorridos do país.

Finalmente, a análise sobre a história de vida Fujita nos possibilitou entender mais a fundo quais condições o fizeram escolher a carreira internacional e nos mostrou que sua experiência singular na infância teve influência direta na sua aprovação à carreira diplomática. Além disso, de análise dos diversos episódios profissionais apresentados, podemos notar como foi, para aquele diplomata *nikkei*, atuar como um representante do Brasil em âmbito internacional, bem como lidar com as principais questões de identidade que fazem parte de suas origens étnico-raciais.

Portanto, o presente trabalho também, por meio da análise de um rico acervo pessoal disponibilizado pela embaixatriz Maria Ligaya Fujita, bem como pela realização de entrevistas com amigos e familiares de Fujita, procurou reconstituir a história de vida e os principais acontecimentos na carreira do embaixador. A análise da vida do primeiro diplomata *nikkei* no Brasil tem como objetivo, portanto, refletir a representatividade da comunidade nipo-brasileira na sociedade brasileira e apresentar, para os interessados, uma nova fonte de referência dentro dos estudos sobre a imigração japonesa no Brasil.

Espera-se, dessa maneira, que o presente trabalho possa contribuir com o desenvolvimento dos estudos japoneses, ao apresentar a trajetória de um grande personagem da imigração japonesa no Brasil e ao analisar a sua relação com os principais conflitos que fizeram parte da construção da história de um dos órgãos mais tradicionais e importantes do cenário brasileiro: o Itamaraty. Para além do debate sobre a presença dos *nikkeis* no Serviço Exterior Brasileiro, o presente trabalho também buscou apresentar-se como um registro inédito dos principais acontecimentos individuais e profissionais vivenciados pelo primeiro diplomata *nikkei* do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- ALONSO, Angela. **Perfis brasileiros: Joaquim Nabuco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- AMADO, André. **Por dentro do Itamaraty; impressões de um diplomata / André Amado; prefácio de Georges Lamazière**. — Brasília: FUNAG, 2013.
- AMARAL, Luís Gurgel. **O meu velho Itamaraty: de amanuense a secretário de legação: 1905-1913**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1947. pág. 21.
- ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo: (1888-1988)**. Bauru: Edusc, 1998.
- AZAMBUJA, Marcos. **Casa bem-assombrada: O Itamaraty antes da sua ida para Goiás**. In: Revista Piauí. Edição 54, mar. 2011.
- BAPTISTA, Maria Manuel. **Estereotipia e representação social: uma abordagem psico-sociológica**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1996.
- BELÉM LOPES, Dawisson. **Diplomacia rima com democracia? A hipótese do 'republicanismo mitigado'**. In: III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), 2011, São Paulo, SP. Governança Global e Novos Atores, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. [Lisboa: Difel, 1989.]
- BUZZONI, Henrique D'Aragona. **Arcadas no Tempo da Ditadura**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **"O Papel das Associações Juvenis na Aculturação dos Japoneses"**. Revista de Antropologia, vol. 7, pág. 101-122, 1959.
- _____. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo**. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.
- CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Vol. I e II. 644p.

CASTRO, Marcos Luiz de. **Entre o Japão e o Brasil: A construção da nacionalidade na trajetória de vida de Hiroshi Saito**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 1994, 247p.

CHAVES, Luís de Gonzaga Mendes. **Minorias e seu estudo no Brasil**. *Revista de Ciências Sociais*, vol. II, n.º 1, pág. 149-468, 1971.

CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica**. *Dados*, Rio de Janeiro, n 28, pág. 113-131, 1984.

COMISSÃO DO RECENSEAMENTO DA COLÔNIA JAPONESA. **The Japanese Immigrants in Brazil**. Tokyo: University of Tokyo Press, 1964.

CONDE, Carlos. **O preconceito no Itamaraty**. In: *Revista Política Externa*, São Paulo: Paz e Terra, 03 de agosto de 1978. pág. 15.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DEZEM, Rogério. **Matizes do “amarelo”: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

EMBAIXADA DO JAPÃO NO BRASIL. **História de 120 anos de Amizade Japão-Brasil**. Disponível em: <https://www.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/120historia_pt.html>. Acesso em: 04 nov. 2021.

ENNES, Marcelo. **A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FARIAS, Rogério de Souza. **Edmundo Penna Barbosa da Silva: dos Secos & Molhados à diplomacia econômica multilateral**. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)**. Brasília: FUNAG, 2013.

FARIAS, Rogério de Souza e CARMO, Géssica. **Filhos da rua larga: O processo de recrutamento da diplomacia brasileira (1930-1950)**. Manuscrito. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/273377948_FILHOS_DA_RUA_LARGA_o_processo_de_recrutamento_da_diplomacia_brasileira_1930-1950>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERREIRA, Alessandro Paz. **Por um lugar ao “Sol Nascente”: discursos e representações sobre o japonês como imigrante indesejável (1908-1945)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2016, p. 283.

FRIAÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011)**. Brasília: FUNAG, 2018.

FUJITA, Edmundo Sussumu. **As equações do poder e do saber nos regimes de não-proliferação**. Brasília: XXVI Curso de Altos Estudos, 1993.

_____. **Relatório de Gestão Embaixada do Brasil junto à República da Coreia**. Brasília: Senado Federal, 2015.

_____. **120 anos de relações diplomáticas Brasil-Japão**. In: UEHARA, Alexandre Ratsuo (Org.). **120 anos: Construindo os alicerces para o futuro das relações Brasil-Japão**. 1. ed. São Paulo: Lexia, 2016. v. 1. 176p.

GOBO, Karla. **O Instituto Rio Branco como espaço de produção e reprodução dos diplomatas brasileiros: uma análise da Revista Juca**. In: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais. Águas de Lindoia, 2013.

_____. **NOBLESSE D’ÉTAT: Do campo ao habitus da diplomacia brasileira**. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp. Campinas, 2016, 272p.

_____. **Da Exclusão à Inclusão Consentida: negros e mulheres na diplomacia brasileira**. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 17 - Nº 38 - jan./abr. de 2018.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Oliveira Lima: Uma biografia**. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1976.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Lembranças de um empregado do Itamaraty**. São Paulo: Sicialiano, 1992.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. no 2001, n. 61, pág. 147-162, 2001.

_____. **Como trabalhar com “raça” em Sociologia**. Educação e Pesquisa, vol. 29, n.1, pág. 93-107, 2003.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. In: THOMPSON, K. (Org.). Media and Cultural Regulation, Inglaterra, 1997.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: Histórias de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. **A era dos impérios**. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

INSTITUTO RIO BRANCO. **A Carreira de Diplomata**. Disponível em: <<http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/a-carreira-de-diplomata/>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

ISHITANI, Cecília, Kiku. **Ensaio sobre a herança cultural japonesa incorporada à sociedade brasileira**. In: REIS, Fernando Guimarães (org.). **Um Japão no Brasil: Heranças de 100 Anos de História. Ensaios sobre a herança cultural japonesa incorporada à sociedade brasileira**. 1ª ed. Brasília: FUNAG, 2008, v, pág. 85-107.

KITAOKA, Shinichi. **Palestra Comemorativa da Inauguração da “Cátedra Fujita-Ninomiya”**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/activities/c8h0vm0000f5z5e9-att/brazil06_01.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

KOIFMAN, Fábio. **Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador brasileiro negro**. 1. ed. Salvador: Sagga, 2021. v. 1. 440p.

KONIGAME, Maria Juliana. **O local e o global na comunidade nipo-brasileira: um exercício sociológico sob o prisma dos jovens na cidade de São Paulo**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2011, 201p.

LAFER, Celso. Prefácio. In: COSTA e SILVA, Alberto da. **O Itamaraty a Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

_____. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação**. Brasília: FUNAG, 2018.

LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. **A Crise da Imigração Japonesa no Brasil, (1930-1934): contornos diplomáticos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1990.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de autoestima**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil.** Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. **Uma Diáspora Descontente: Os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica (1960-1980).** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LIMA, Oliveira. **Memórias: estas minhas reminiscências.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937.

MAEYAMA, Takashi; SAITO, Hiroshi. **Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

MARCHI, Carlos. **Mônica do Itamarati: atriz de uma peça necessária à política externa brasileira.** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 117, pág. 29, 3 agosto 1978.

MELLEIRO, Marta Maria; GUALDA, Dulce Maria Rosa. **O método biográfico interpretativo na compreensão e experiências e expressões de gestantes usuárias de um serviço de saúde.** *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v. 37, n. 4, dez. 2003.

MING, Celso. **As Lágrimas do Samurai.** São Paulo: Nippo-Brasil, 2004.

MIYAO, Susumu. **Nipo-Brasileiros – Processo de Assimilação.** São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 2002.

MIYASAKA, Kunito. **Recordando os 20 anos de labuta** in: BANCO AMÉRICA DO SUL S.A. **Breve história do Banco América do Sul S.A.** Tóquio: Gráfica Hossokawa, 1960.

MORAIS, Fernando. **Corações Sujos.** São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombolismo: documentos de uma militância pan-africanista.** Petrópolis: Vozes, 1980.

NINOMIYA, Masato. **10 anos de lacuna: 1942-1952.** In: UEHARA, Alexandre Ratsuo (Org.). **120 anos: Construindo os alicerces para o futuro das relações Brasil-Japão.** 1. ed. São Paulo: Lexia, 2016. v. 1. 176p.

_____. **Faculdade de Direito inaugura Cátedra Fujita-Ninomiya.** São Paulo: *Jornal da USP*, 2019. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/institucional/faculdade-de-direito-inaugura-nova-catedrafujita-ninomiya/>>. Acesso em: 05 jul. 2021

NISHIDA, Mieko. **Diaspora and Identity: Japanese Brazilians in Brazil and Japan.** Honolulu: University of Hawai'i Press, 2018.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **IMIGRAÇÃO JAPONESA NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL**. São Paulo, Brasil: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. Massao Ohno Editor, 1984.

_____. **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

OHNO, Massao. **Centenário da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.

OKAMOTO, Monica Setuyo. **A Influência Francesa no Discurso Brasileiro Sobre o Japão: imigração, identidade e preconceito racial (1860-1945)**. São Paulo: Porto de Ideias, 2016.

_____. **História Oral de Intelectuais e Artistas Nipo-Brasileiros do Pós-Guerra**. In: Encontro de memórias [recurso eletrônico] / – Porto Alegre: ISCMPA, 2018. 1118p.

OLIVEIRA, Jackson Luiz Lima. **Negros e diplomacia: Presença de afrodescendentes no Itamaraty. Estudo comparado entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Departamento de Estado norte-americano**. Brasília: FUNAG, 2011.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)**. Brasília: FUNAG, 2013.

PORTELLI, Alessandro. **Um trabalho de relação: observações sobre a história oral**. Tradução: Lila Cristina Xavier Luz. In: Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.7, nº13 jul-dez, 2017. pág.182-195.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. In: SIMSON, Olga de Moraes Von (Org.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988, pág. 14-43.

REIS, Fidélis; FARIA, João de. **O problema imigratório e seus aspectos étnicos na Câmara e fora da Câmara**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1924.

SAFRAN, William. **Diasporas in modern societies: Myths of homeland and return**. In: Diaspora. vol.1, nº 1, spring 1991, pág. 83-99.

SAITO, Hiroshi. **O Japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961.

SAKURAI, Célia. **Descendentes de japoneses e participação política – perfil de quatro políticos**. XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1993.

SÃO PAULO SHINBUN. **Jovem nikkei conquista vaga em disputada carreira diplomática.** São Paulo, 2004.

SCHADEN, Egon. **Aculturação de Alemães e Japoneses no Brasil** in SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi (orgs.). **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SECKINGER, Ron. **O Estado Brasileiro e a Política Externa no Século XIX,** Dados, n.19, 1978.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão, tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

SUZUKI, Teiiti. **The japanese immigrant in Brazil. Narrative part.** Tokyo: University of Tokyo Press, 1969.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado.** São Paulo: Revista USP, n.79, pág. 173-182, setembro/novembro 2008.

TANIGUTI, Gustavo Takeshy. **Cotia: imigração, política e cultura.** Tese de doutorado. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2015, 345p.

TOMIMATSU, Maria Fusako. **Kazuo Wakabayashi: vida e obra de um imigrante artista.** Tese de doutorado. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2014, 221p.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional.** 4.ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **A política externa do Japão no final do século XX: o que faltou?** São Paulo: Editora Annablume, 2003.

VASCONCELLOS, Mário de Barros. **O Barão do Rio Branco.** Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Seção de Publicações do Serviço de Documentação, 1954.

VIANNA, Candice Sakamoto Souza. **Um Japão no Brasil: heranças de 100 anos de história.** In: REIS, Fernando Guimarães (org.). **Um Japão no Brasil: Heranças de 100 Anos de História. Ensaio sobre a herança cultural**

japonesa incorporada à sociedade brasileira. 1ª ed. Brasília: FUNAG, 2008, v, pág. 43-83.

VILAS BOAS, S. **Biografias e biógrafos: jornalismo sobre personagens.** São Paulo: Summus, 2002.

ZIEMATH, Gustavo Gerlach da Silva; AGUIAR, Adriano Giacomet Higa de. **Relações Brasil-Coreia do Sul.** In: BARBOSA, Pedro Henrique Batista (org.). **Os desafios e oportunidades na Relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas.** Brasília: FUNAG, 2017.

ANEXO A – Informações sobre Edmundo Sussumu Fujita

1. DADOS PESSOAIS

Nome completo: Edmundo Sussumu Fujita

Nascimento: 07/03/1950

Local de Nascimento: São Paulo/SP – Brasil

Falecimento: 06/04/2016

Filiação: Yoshiro Fujita e Chiyoko Yamamuro

Cônjuge: Maria Ligaya Tolentino Abeleda Fujita

2. FORMAÇÃO EDUCACIONAL

1960 – Ensino fundamental, Liceu Pasteur

1967 – Ensino médio, Liceu Pasteur e Colégio São Luís

1972 – Bacharelado em direito pela Universidade de São Paulo

1974 – Estudante de pesquisa, Institute of Law and Politics, Tokyo University

1975 – Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD), Instituto Rio Branco

1980 – Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), Instituto Rio Branco

1981 – Mestrado em política comparada, London School of Economics and Political Science

3. HISTÓRICO PROFISSIONAL COMO DIPLOMATA

- 1976 – Nomeação ao Cargo de Terceiro Secretário
- 1976 – Divisão da Ásia e Oceania, Brasil
- 1979 – Promoção a Segundo Secretário
- 1979 – Representação Especial junto aos Organismos Internacionais em Londres, Inglaterra
- 1982 – Embaixada do Brasil em Tóquio, Japão
- 1982 – Promoção a Primeiro Secretário
- 1985 – Embaixada do Brasil em Moscou, Rússia
- 1988 – Assessor no Departamento de Organismos Internacionais, Brasil
- 1989 – Diretor substituto na Divisão das Nações Unidas, Brasil
- 1990 – Promoção a Conselheiro
- 1990 – Missão junto às Nações Unidas em Nova Iorque, EUA
- 1993 – Representante Alternativo no Conselho de Segurança das Nações Unidas, EUA
- 1995 – Subsecretário de Análise e Avaliação da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Brasil
- 1995 – Promoção a Ministro de Segunda classe
- 1999 – Assessor Especial do Ministro Extraordinário para Projetos Especiais, Brasil
- 1999 – Diretor-geral do Departamento da Ásia e Oceania, Brasil
- 2002 – Promoção a Ministro de Primeira Classe (Embaixador)
- 2005 – Embaixador do Brasil Jacarta, Indonésia

2009 – Embaixador do Brasil em Seul, Coreia do Sul

2015 – Escritório de Representação do Ministério de Relações Exteriores em São Paulo (ERESP), Brasil

ANEXO B – Bibliografia de Edmundo Sussumu Fujita

ANO	TÍTULO	DESCRIÇÃO
1981	The State and Political Participation of the Masses: The Cases of Mexico and Brazil (1930-1945)	Artigo submetido ao programa de mestrado em política comparada, da London School of Economics
1988	The Prevention of Geographical Proliferation of Nuclear Weapons: Nuclear-Weapon-Free-Zones and Zones of Peace in the Southern Hemisphere	Artigo submetido ao UNIDIR – United Nations Institute for Disarmament Research, vol. 4
1993	As Equações do Poder e do Saber nos Regimes de Não-Proliferação	XXVI Curso de Altos Estudos do Instituto Rio-Branco
1996	O Brasil e o Conselho da Segurança (notas sobre uma década de transição; 1985-1995)	Parcerias Estratégicas. V. 1, n. 2, 1996
1998	The Brazilian Policy of Sustainable Defence	International Affairs (Chatham House)
2003	O Brasil e a China – uma parceria estratégica modelar	Política Externa (USP) – Vol II, n. 4, 2003
2004	O reencontro de Brasil e Japão (visita do primeiro-Ministro Koizumi)	Jornal do Nikkey (São Paulo), 23 set 2004; Jornal Nippo Brasil (São Paulo), 29 set -5 de out. 2004

2004	Brasil e Ásia: Pontes Diplomáticas	Jornal do Brasil, 20 dez 2004;
2004	A Redescoberta da Ásia por empreendedores do Brasil	Gazeta Mercantil, 20 dez, 2004
2007	The Spirit of Carnival and Imlek (Chinese New Year)	The Jakarta Post
2007	From Rio to Bali: 15 years on road less traveled	The Jakarta Post
2007	A Bridge between Asia and Latin America	Kompas (Jakarta)
2008	Penny-wise and Pound-Foolish, or Bio-wise and Eco-Foolish	Tempo (Jakarta)
2008	Where have all the foodstuffs gone?	The Jakarta Post
2008	The Free Hand of the Market: Another Myth Laid Bare	The Jakarta Post
2009	Globalization Revisited in 2009	The Jakarta Post
2009	Perfectly FORMED (Korean culture)	KAL Flight Magazine
2010	Das Polaridades indefinidas rumo a polaridades emergentes	Novos Caminhos do Direito no Século 21: Uma Homenagem a Celso Lafer – Coordenadores: Luiz Olavo Batista e Tércio Sampaio Feraz, Jurus Editora

2010	Inovação é o motor da economia verde sul-coreana	Jornal da Ciência, com Mauricio Lopes e Daniel Fink
2011	Perspectives and possible paths for enhanced Partnerships between Brazil and South Korea	2011 ICIC DAEDEOK, com Mauricio Lopes e Daniel Fink
2011	Coreia Sem Fronteiras – Notas sobre a globalização da educação e sinergias para o Brasil	Revista Mundo Afora
2011	Parceria Sinérgica Brasil-Coreia do Sul	Working Paper, 4 March 2011
2011	Synergistic Korea-Brazil Partnership	The Korea Times
2011	Um par de coringas na cartada das economias emergentes	Ministério das Comunicações
2011	O Brasil e a Ásia do Leste- Apontamentos para a construção de parcerias sinérgicas	Política Externa, v.20, n. 2, 2011
2011	A synergistic partnership between Brazil and South Korea	Site MiniCom
2012	Coreia sem fronteiras – notas sobre a globalização da educação e sinergias para o Brasil	Revista Mundo Afora
2013	Brazil, Korea seek synergy over next Five years	The Korea Times

2013	Análise comparativa das trajetórias de produção de conhecimento entre o Brasil e a Coreia do Sul: tendências e possibilidades	Revista Mundo Afora
2014	Na Trilha do Oriente (Ásia e Brasil)	Exame CEO
2014	A Diplomacia do Saber e a construção de Parcerias Sinérgicas	Política Externa, Vol. 22, N. 2, Out/Nov/Dez, 2014
2016	120 de Relações para o Futuro das Relações Brasil-Japão	CAPITULO I – “120 ANOS: Construindo os Alicerces Para o Futuro das Relações Brasil-Japão”, (Alexandre Ratsuo Uehara, organizador), 2ª Edição, 2016)

ANEXO C – Compilação de escritos de Edmundo Sussumu Fujita**SUMÁRIO**

Considerações iniciais.....	192
1. The reluctant artist	193
1.1. O artista relutante.....	193
2. The spirit of Carnival and Imlek	195
2.1. O espírito do Carnaval e Imlek.....	196
3. Occidentalism.....	199
3.1. Ocidentalismo	200
4. Misty: da brancura para a brancura.....	203
5. Carta a Shiro	205
6. Maoístas nas arcadas?	207
7. Carta aos colegas do Largo de São Francisco.....	210
8. Flores na paixão	212

Considerações iniciais

Os seguintes escritos são transcrições literais de alguns textos elaborados por Fujita, muitos deles nunca publicados anteriormente. Fazem parte do seu acervo pessoal, que está sob os cuidados de Maria Ligaya Fujita, e foram resultados de momentos de reflexão de Fujita sobre variados temas.

Os textos a seguir, que vão desde cartas em homenagem a seus cachorros falecidos até relatos bem-humorados sobre o período vivido como estudante de direito durante a época da ditadura militar, nos mostram um pouco mais intimamente quem era Edmundo Sussumu Fujita e nos revelam também alguns de seus pensamentos e características pessoais, que vão além dos artigos, relatórios e memorandos que elaborou na função de diplomata.

Três dos textos compilados estão totalmente em língua inglesa. Optou-se por transcrevê-los inteiramente conforme foram originalmente escritos por Fujita. Abaixo de cada um deles encontra-se uma tradução livre elaborada pelo autor desta dissertação. Assim, feitas as considerações iniciais, passamos para a apreciação dos escritos de Fujita e esperamos que eles possam ajudar o leitor a conhecer um pouco mais quem foi o primeiro diplomata *nikkei* do Brasil.

1. The reluctant artist

I never thought of having a painting experience for almost forty years. I always liked to draw characters like manga since childhood. Then I took my first lessons of perspective techniques at my primary school. At high school, I also frequented a painting institute, where I learned the technique of mixing of paint and textures. Then, I became busy with my career and forgot everything about painting, except my interest in galleries and museums.

Now, in my old age, I may be coming back to my original tastes. Suddenly, last Summer, I got a craving to paint. During my insomnia hours late at night, my therapy is to do some painting. I hope I can still remember all of those techniques that I learned during my young days.

"Memories of imagination" are fruits of these untimely adventures. I remember the many painting expositions I have attended, the museums, the artists. I am just imagining to copying some of their ideas, though not their styles. I beg for your indulgence in appreciate them.

1.1. O artista relutante

Por quase 40 anos, eu nunca imaginei que teria a experiência de pintar. Desde criança, sempre gostei de desenhar personagens de *mangá*⁹⁷. Depois disso, eu tive minhas primeiras aulas de técnicas de perspectiva durante a escola primária. No ensino médio, também frequentei um instituto de artes, onde eu aprendi a técnica de misturar tintas e texturas. Então, eu fiquei muito ocupado com minha carreira e esqueci quase tudo sobre pintura, exceto meu interesse por galerias e museus.

Agora, na minha velhice, posso estar voltando a meus gostos originais. Repentinamente, no verão passado, me veio a vontade de pintar. Durante minhas horas de insônia, tarde da noite, a pintura se tornou minha terapia.

⁹⁷ Termo utilizado para descrever as histórias em quadrinhos japonesas.

Espero ainda poder me lembrar de todas as técnicas que aprendi durante minha juventude.

“Memórias da imaginação” são frutos dessas aventuras extemporâneas. Eu me lembro de várias exposições de pintura que visitei, dos museus, dos artistas. E eu me imagino copiando algumas de suas ideias, embora não os seus estilos. Eu imploro pela sua clemência ao apreciá-los. (tradução nossa).

2. The spirit of Carnival and Imlek⁹⁸

This week, at the height of Brazil's Carnival festivities, Asia commemorated Imlek, or the Chinese New Year. Imlek is a momentous event that has been celebrated for thousands of years by people who represent a large part of humanity.

Simultaneously on opposite sides of the world, the multiethnic society of Brazil commemorates a festival that symbolizes a veritable union of ethnic, religious, cultural and other diversities, while the highly homogeneous Chinese celebrates its historic-cultural specificity in multi-ethnic countries. This is a remarkable coincidence, to say the least.

What is intriguing, however, is that while the Brazilian Carnival displays an authentic and spontaneous amalgam of cultures, ethnicities and religions, one feels that the idea of harmonious unity among diverse human beings still seems to be a somewhat distant paradigm in many parts of the world, including Asia. It is known, for example, that the celebration of Imlek was not permitted in some places and occasions, as Christianity or Islam were forbidden in others.

I have followed with interest commentaries pointing out certain differentiated forms of treatment, including discrimination, between indigenous populations and immigrants around the globe. There seem to exist very surreptitious divisions, for instance, among first, second and other classes of citizens. Certain rights are given to some, privileges are conceded to others, almost always contrary to law and ethics.

In spite of being a foreigner in this land, my Oriental features almost always lead to confusion about my nationality. Once I was asked (very cordially, I must stress) by authorities of a certain country about my identity:

“What is your name, please?” he asked. “Such and such,” I answered.

“What is your age and civil status?” “Such and such,” I responded.

“And what is your race?” “I beg your pardon?” was my puzzled reply.

⁹⁸ FUJITA, Edmundo Sussumu. **The spirit of Carnival and Imlek.** In: The Jakarta Post, Jakarta, 23 de fevereiro de 2007.

The last question surprised me. While I have some typical physical features, I am neither “white” nor the other standard, but scientifically obsolete, criteria used to respond to this question. In my country, I have never been asked about my race and I could not understand what use this type of information could have for the person who was asking the question.

The only thing I could say in response was: “Well, I believe that in certain places they would say I am ‘yellow’, but I think I am a little bit tanned to be considered such.”

My interlocutor patiently explained that he wanted to know whether I was of Chinese, Indian or any other ethnic origin of the region. Only later did I learn the significance of this question and its implications.

I was told that in certain cases, classifications by “race” brought with them distinct types of treatment. This has made me reflect on concepts such as “nations”, “bridge between civilizations”, “racial equality”, etc.

How can we build a world that is truly and spontaneously egalitarian and harmonious if we worry about physical appearances and skin color? The contrasting nature of the festivities this week – Carnival in Brazil (during which time diverse creeds celebrate as brothers) and Imlek in Asia (where an ethnic group celebrates its specificities within culturally and ethnically diverse countries around the world), got me to thinking about the superficiality of certain concerns of people.

The importance of human beings resides neither in the color of their skins nor in their religious beliefs. True humanity lies in the convergence of minds and hearts.

2.1. O espírito do Carnaval e Imlek

Esta semana, no auge do carnaval brasileiro, a Ásia comemorou o Imlek, ou o Ano Novo Chinês. Imlek é um evento importante que é celebrado há milhares de anos por pessoas que representam grande parte da humanidade.

Simultaneamente em lados opostos do mundo, a sociedade multiétnica do Brasil comemora uma festa que simboliza uma verdadeira união de diversidades étnicas, religiosas, culturais e outras, enquanto os chineses altamente homogêneos celebram sua especificidade histórico-cultural em países multiétnicos. Esta é uma coincidência notável, para dizer o mínimo.

O intrigante, porém, é que, embora o carnaval brasileiro apresente um amálgama autêntico e espontâneo de culturas, etnias e religiões, sente-se que a ideia de unidade harmoniosa entre os diversos seres humanos ainda parece um paradigma um tanto distante em muitas partes do mundo, incluindo a Ásia. Sabe-se, por exemplo, que a celebração de Imlek não era permitida em alguns lugares e ocasiões, assim como o cristianismo ou o islamismo eram proibidos em outros.

Acompanhei com interesse os comentários apontando certas formas diferenciadas de tratamento, inclusive discriminação, entre populações indígenas e imigrantes em todo o mundo. Parece haver divisões muito sub-reptícias, por exemplo, entre primeira, segunda e outras classes de cidadãos. Certos direitos são concedidos a alguns, privilégios concedidos a outros, quase sempre contrários à lei e à ética.

Apesar de ser estrangeiro nesta terra, meus traços orientais quase sempre levam à confusão sobre minha nacionalidade. Certa vez me perguntaram (muito cordialmente, devo frisar) por autoridades de um determinado país sobre minha identidade:

“Qual é o seu nome, por favor?” ele perguntou. “Tal e tal”, respondi.

“Qual é a sua idade e estado civil?” “Tal e tal”, respondi.

“E qual é a sua raça” “Perdão?” foi minha resposta intrigada.

A última pergunta me surpreendeu. Embora eu tenha algumas características físicas típicas, não sou “branco” e nem outro critério padrão, embora cientificamente obsoleto, usado para responder a essa pergunta. No meu país, nunca me perguntaram sobre minha raça e eu não conseguia entender que utilidade esse tipo de informação poderia ter para a pessoa que estava fazendo a pergunta.

A única coisa que pude dizer em resposta foi: “Bem, acredito que em certos lugares diriam que sou ‘amarelo’, mas acho que estou um pouco bronzeado para ser considerado assim”.

Meu interlocutor explicou pacientemente que queria saber se eu era de origem chinesa, indiana ou de qualquer outra etnia daquela região. Só mais tarde aprendi o significado dessa pergunta e suas implicações.

Disseram-me que, em certos casos, as classificações por “raça” traziam diferentes tipos de tratamento. Isso me fez refletir sobre conceitos como “nações”, “ponte entre civilizações”, “igualdade racial”, etc.

Como podemos construir um mundo que seja verdadeira e espontaneamente igualitário e harmonioso se nos preocupamos com a aparência física e a cor da pele? A natureza contrastante das festividades desta semana – carnaval no Brasil (durante o qual diversos credos celebram como irmãos) e Imlek na Ásia (onde um grupo étnico celebra suas especificidades em países cultural e etnicamente diversos ao redor do mundo), me fez pensar sobre a superficialidade de certas preocupações das pessoas.

A importância do ser humano não reside na cor de sua pele nem em suas crenças religiosas. A verdadeira humanidade está na convergência de mentes e corações. (tradução nossa).

3. Occidentalism

In his masterpiece “Orientalism”, Edward Said wrote an insightful piece of ideological deconstruction, showing how the supposed “cannon” about the Near East was construed by European writers, and then, subsequently utilized for political purposes by politicians and militaries in order to justify their imperialistic hegemonic ambitions.

The reverse of the medal nowadays is what we could call “Occidentalism”, which is how some political leaders see themselves as highly civilized, altruistic and illuminated by some self-imagined civilizational right to justify their justification for their interventionistic actions in the globe, when their interests are at stake.

Recently, Guy Sorman, a French philosopher, pretending to refute the infamous thesis of “The Clash of Civilizations” perpetrated by Samuel Huntington, wrote about the virtues of the “West” in the newspaper “Le Monde” entitled “The West against the rest?”, as a model of civil organization innovative and inquisitive, as against the laggard “East”, which would be too proud and at submissive to defy a supposedly hierarchical order.

It is interesting to note that Asia is now more dynamic than the so-called West. While East is East and West is West, both seem to want to meet. Ultrationalists (ufanistas in Portuguese) on the one side, and catastrophists on the other, seem at a loss to explain, how did it come about?

The tricky part is the political manipulation and blurring of concepts, as it happened many times in recent times, purposefully or not. Parts of facts are taken as if it were the whole concept. It is known in literature as metonymy. West, historically and geographically speaking, is only Europe from Iberia to Danube. Nevertheless, it may encompass nowadays, according to the conveniences of political, military and economic circumstances, from US to Europe to Oceania and Japan. Geographically speaking, US is not West, nor is Japan, nor Australia, nor New Zealand. Russia is Europe, but not considered West. Turkey, at least geographically is partly Western, but the European Union has so far refused to accept the idea.

More dangerously, the conception of “West” is surreptitiously equated to “International Community” by interested Governments and media. Who is the international community, to start with? Who defines what are the geographical boundaries, who are the constituencies and what are the socio-cultural links? Or is it only to justify the “coalition of the willing”, as it is expediently termed when some countries deem convenient?

At the United Nations, which is the closest example of an international forum, most resolutions are adopted by 99% of countries in favor of most resolutions as against the one solitary vote casted against by US, sometimes accompanied by Israel, Marshall Islands, Solomon and other islands. The “international coalition of the willing” (or collusion?) of military interventions around the globe has, in practice, only US, usually accompanied by the subservient UK and some dependent island countries.

The “West” (whatever that means) and the so-called “International Community”, which are deliberately mixed by the media interchangeably, are one of the most cross-manipulated concepts in the modern jargon. Who is the International Community? (UN where US is 1 outvoted by 190?), or the West where US, Australia and Japan are out of the European tradition while the rest of South America is considered just Latinos but non-Western?

Getting stranger and intriguing. West is West and East is East? I am having doubts about my (dis)orientations...

3.1. Ocidentalismo

Em sua obra-prima "Orientalismo", Edward Said escreveu uma peça perspicaz de desconstrução ideológica, mostrando como o suposto "canhão" sobre o Oriente Próximo foi interpretado por escritores europeus e, posteriormente, utilizado para fins políticos por figuras políticas e militares para justificar suas ambições hegemônicas imperialistas.

O reverso da medalha hoje é o que poderíamos chamar de “ocidentalismo”, que é como alguns líderes políticos se veem como altamente

civilizados, altruístas e iluminados por algum direito civilizacional que se imaginam para justificar suas ações intervencionistas no globo terrestre, quando seus interesses estão em jogo.

Recentemente, Guy Sorman, um filósofo francês, fingindo refutar a infame tese de “The Clash of Civilizations” perpetrada por Samuel Huntington, escreveu sobre as virtudes do “Ocidente” no jornal “Le Monde” intitulado “O Ocidente contra o resto?”, como um modelo de organização civil inovador e curioso, em oposição ao retardatário “Oriente”, que seria demasiado orgulhoso e submisso para desafiar uma ordem supostamente hierárquica.

É interessante notar que a Ásia é agora mais dinâmica do que o chamado Ocidente. Enquanto o Oriente é o Oriente e o Ocidente é o Ocidente, ambos parecem querer se encontrar. Ultranacionalistas (ufanistas em português) de um lado, e catastrofistas de outro, parecem não saber explicar. Como isso aconteceu?

A parte complicada é a manipulação política e a confusão de conceitos, como aconteceu muitas vezes nos últimos tempos, propositalmente ou não. Partes dos fatos são tomadas como se fossem todo o conceito. É conhecido na literatura como metonímia. O Oeste, histórica e geograficamente falando, é apenas a Europa da Península Ibérica ao Danúbio. No entanto, pode abranger hoje em dia, de acordo com as conveniências das circunstâncias políticas, militares e econômicas, dos Estados Unidos à Europa, à Oceania e ao Japão. Falando geograficamente, os EUA não são ocidentais, nem o Japão, nem a Austrália, nem a Nova Zelândia. A Rússia é a Europa, mas não é considerada ocidental. A Turquia, pelo menos geograficamente, é parcialmente ocidental, mas a União Europeia até agora se recusou a aceitar a ideia.

Mais perigosamente, a concepção de “Ocidente” é sub-repticiamente equiparada a “Comunidade Internacional” pelos governos interessados e pela mídia. Quem é a comunidade internacional, para começar? Quem define quais são as fronteiras geográficas, quem são os constituintes e quais são os vínculos socioculturais? Ou é apenas para justificar a “coalizão de vontades”, como é convenientemente denominada quando alguns países consideram conveniente?

Nas Nações Unidas, que é o exemplo mais próximo de um fórum internacional, a maioria das resoluções são adotadas por 99% dos países a favor da maioria das resoluções em oposição ao voto solitário lançado contra os EUA, às vezes acompanhados por Israel, Ilhas Marshall, Salomão e outras ilhas. A “coalizão internacional de vontades” (ou conluio?) de intervenções militares em todo o mundo tem, na prática, apenas os EUA, geralmente acompanhados pelo subserviente Reino Unido e alguns países insulares dependentes.

O “Ocidente” (o que quer que isso signifique) e a chamada “Comunidade Internacional”, que são deliberadamente misturados pela mídia de forma intercambiável, são um dos conceitos mais manipulados no jargão moderno. Quem é a comunidade internacional? (ONU onde EUA é 1 vencido por 190?), ou o Oeste onde EUA, Austrália e Japão estão fora da tradição europeia, enquanto o resto da América do Sul é considerado apenas latino, mas não ocidental?

Ficando mais estranho e intrigante. O Oeste é o Oeste e o Leste é o Leste? Tenho dúvidas sobre as minhas (des)orientações... (tradução nossa).

4. Misty: da brancura para a brancura

Misty foi companheira por 14 anos. Não consigo absorver até agora sua partida. Sobretudo, não entendi por que precisava ir como foi... Era uma Akita branquíssima, linda e elegante. Reconheço que era cabeçuda, como muitas de sua raça. Mas sempre alegrava o ambiente com suas travessuras.

O tempo foi passando, mas nós não percebíamos. Minha mulher e eu a considerávamos como parte permanente da nossa existência. Mas ela envelhecia mais rápido do que nós humanos. Os 14 anos para uma cachorra do porte dela equivaliam a 90 anos nossos. A mente estava alerta, mas o físico não acompanhava.

Pouco a pouco, começaram a aparecer sinais de sua senectude. A artrose no seu traseiro outrora elegante, a catarata em seus olhos cor de jabuticaba, a surdez nas suas orelhas vistosas. E, sobretudo, a perda de controle muscular nas entranhas... para nossa consternação - e para ela, provavelmente mais ainda, orgulhosa como era -, suas incontínências fisiológicas se tornavam cada vez mais constantes e embaraçosas.

Gradualmente, ela passou a não ter mais acesso às dependências internas da casa. A empregada tinha de limpar constantemente seus rejeitos que também se impregnavam em sua pele antes alva. O odor que ela exalava certamente a incomodava também terrivelmente.

Uma tarde, ao regressar do trabalho, a empregada gritava desesperada tentando salvar a Misty afogada no fundo da piscina da casa. Ajudei sobressaltado a retirá-la da água, mas percebi que já era tarde. Minha mulher, Ligaya, ao retornar em seguida à casa depois do trabalho, tentou desesperadamente aplicar o secador de cabelo sobre aquele corpo molhado, numa vã esperança de reaquecer a vida que se esvaíra.

Levamo-la no dia seguinte ao crematório. Ao darmos a última vista naquele corpo inanimado, reconhecemos como Misty estava branca e linda como outrora. Enquanto era incinerada, eu refletia: “por que ela se foi como se foi. Qual era a mensagem de sua vida conosco?” Ao retirar as cinzas do forno crematório, restavam apenas pequenos pedaços de ossos, mas vi que o formato

de sua cabeça estava quase inteiro, com as cavidades vazias de seus olhos parecendo fixar-se em mim.

Hoje, passado algum tempo do trauma mais agudo de sua partida, tento ainda entender seus últimos momentos. Numa tosca interpretação freudiana da simbologia da morte dela, busco me reconfortar com a visão abaixo, onde procuro minorar minha saudade dela.

Altiva como era, Misty se sentia envergonhada com seu próprio estado físico, com suas incontinências e com seu odor. Semicega, ingenuamente se atirou na piscina para se lavar e purificar. Ao ter seu corpo inerte, desesperadamente reaquecido por Ligaya, ela recuperou sua tez branca e pura, cuja imagem guardamos até agora. Finalmente, depois da incineração, senti que o rostinho dela me olhava ansiosamente, perguntando: “Não voltei a ser limpa e branquinha como antigamente?”.

5. Carta a Shiro

Há semanas, o Shiro vivia me acordando às 4 horas da manhã para passear. Como pai cioso e conformado, me levantava no meio do melhor sono da madrugada para abrir as diversas portas da residência. Evidentemente, perdia meu sono. No que aproveitava para ficar mandando e-mails para os amigos.

Quando meu sono era muito profundo, ele ficava implorando para Gay. Curioso que ele nunca latiu. Acho que era mudo. Nos últimos tempos ficava cada vez mais surdo. Só chorava lacinantemente.

Com a surdez e provavelmente a falta de visão progressiva, ele vivia atrás de Gay e mim, a cada momento, seguindo apenas pelo cheiro. Subia e descia escadas valentemente, apesar de ter despencando diversas vezes com efeitos traumáticos. Uma vez, ele ficou uns tempos sem subir a escada, mas a vontade de ficar conosco foi tão grande que superou o medo e a trauma. De repente, estava de novo subindo e descendo escadas, sem titubear.

Tossia constantemente, achávamos que tinha alguma coisa entalhada na garganta dele. Chamamos a veterinária, que achou que ele tinha problema com os pulmões. Tratamos com antibiótico e vitaminas, mas sentimos que ele tinha alguma coisa mais séria quando ele começou a vomitar sangue e perder o apetite. Levamos aos 2 hospitais veterinários para radiografias. Constatou-se que seu pulmão estava totalmente comprometido, com apenas 40% da capacidade restante. Não estabelecemos se era câncer, tumor ou virose. Precisava sofrer uma cirurgia para confirmar. De toda forma, ele sofria, não tinha cura, ia morrer lentamente.

Tomamos a drástica decisão se sacrificá-lo, por recomendação da veterinária para evitar sofrimentos adicionais para ele e para nós. Foi uma decisão doloridíssima, que nos deixou muitas noites sem dormir, chorando, achando que estávamos sendo muito injusto com nosso querido Shiro. No dia da morte, ele estava alegre e bem. Deu sinais de melhoria. Levantou duas vezes para fazer suas necessidades fora. Aliás, ele foi disciplinado até o final – nunca

fez sujeira dentro da casa. Tinha controle total das suas funções. Quase desistimos, mas a veterinária falou que não ia adiantar nada...

Shiro veio se aninhar conosco, confiando que íamos protegê-lo. Gay e eu abraçávamos o filhote o tempo todo. A Gay só chorava e dizia, "I'm sorry, please forgive us, our dearest Shiro". Ele foi tranquilo e pacificamente após a injeção letal. Parecia um urso, muito bonito, com seu pelo branquíssimo. Foi dormir no nosso colo e nossos braços. Como a Misty, o Shiro nós demos muita alegria, e foi um fiel filhote e companheiro, principalmente após a morte dela. Ele foi um "gentle dog" até seu último momento, sempre esperando nossa volta, com seu rabo abanando, de alegria e satisfação.

O cremamos e temos agora suas cinzas ao lado da Misty. Muita saudade dos dois, que nos acompanharam até a Ásia, após 13 anos muito felizes de convivência. Ficamos sem filhos agora. Mas a vida continua...

6. Maoístas nas arcadas?⁹⁹

Atrevo-me a contribuir com estas breves linhas de memória pessoal acadêmica para a interessante iniciativa dos “Anos de Chumbo”, devido às instâncias (ou seria melhor dizer provocações?) de meu colega de turma e amigo de toda vida, Arnaldo Malheiros Filho.

Após o momentoso e, por vezes, picaresco episódio da tomada da Faculdade em 1968, a vida político-estudantil desse criadouro de vocações políticas que é o XI de Agosto ficou, a partir dessa época, polarizada entre o Movimento 23 de Junho (a coligação de esquerda que ocupou a Escola) e a ala mais conservadora, representada sobretudo pelo Partido de Renovação Acadêmica (PRA). Alguns outros grupos nanicos, muitas vezes pândegos, se faziam acontecer episodicamente, como o Partido Acadêmico Monarquista (PAM), sobretudo como folclore que eles mesmos reconheciam.

Por ironia do destino, eu, que havia participado da Ocupação da Faculdade em 1968 (cf. descrito no artigo do Arnaldo Malheiros Filho), fui convocado para servir no CPOR no ano seguinte, em 1969. Imaginem meu constrangimento em frequentar a Escola com uniforme de milico e de cabelo raspado... Não foram poucas as gozações dos colegas e até chegamos a simular um duelo de espadas numa churrascaria na Mooca com o inefável Acácio Vaz de Lima... para espanto dos demais fregueses.

Menos engajados e mais distanciados das lides político-estudantis após o sonho utópico da ocupação da Faculdade, Arnaldo, eu e alguns outros colegas, como o Gustavo, Clóvis Caparaó, Cássio e outros, passávamos as noites matando aulas e enchendo a cara nos bares circunvizinhos à Faculdade, como o Corso, o Senador. O Itamaraty nem pensar, pois estava acima de nossos bolsos... Embora de tendências políticas bastante diferenciadas, passávamos horas discutindo e babando sobre a chatice e superficialidade das disputas partidárias pela supremacia no XI de Agosto.

⁹⁹ in BUZZONI, Henrique D’Aragona (org.). **Arcadas no Tempo da Ditadura**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007

Numa certa madrugada, após longas elucubrações etílicas acerca do futuro da humanidade, Arnaldo, eu e um genial companheiro do colégio São Luiz, Pedro Moraes (já falecido) que cursava Filosofia na Maria Antônia, resolvemos escrever um Manifesto para desabafar nossa frustração com a esterilidade do debate político e, se possível, embasbacar os “*soi-disants*” intelectuais da Academia.

Numa linguagem hermética e metafísica, em que a “baba” escorria entre nós e burilada pela sapiência filosófica do Pedrinho, articulamos um “Manifesto Anarquista Ontológico” (que marotamente difundimos com a sigla MAO) no qual investivávamos a esquerda e a direita da Escola por suas contradições, imediatismos e oportunismos. Infelizmente não tenho mais comigo o texto do Manifesto (quem sabe o Arnaldo terá guardado um exemplar?) mas era, modéstia à parte, um primor de texto heurístico.

Fomos, na calada da noite, pregar os textos xerocopiados por todas as colunas das Arcadas, além de deixar outras cópias espalhadas pelo Pátio. A repercussão no dia seguinte foi hilária. O pessoal do Movimento 23 de junho denunciou o panfleto como provocação das forças direitistas para prejudicar a linha correta das forças progressistas, ao passo que o PRA acusava ser obra de Maoístas de extrema-esquerda (lembre-se que, à época, a Revolução Cultural na China estava a todo vapor), aliadas à direção do XI de Agosto.

Hoje, em retrospectiva, reconhecemos que éramos incendiários aos 20 e viramos bombeiros aos 40, como diz o adágio popular (é verdade que estamos atualmente mais na faixa dos 50 “plus”). Vejo com graça os ímpetus da juventude, mas sinto um “*dejà vu*” nos movimentos político-estudantis atuais, como que dentro da dinâmica do eterno retorno. Nossos colegas de turma daquela época estão atualmente em posições honoráveis dentro da ordem estabelecida, como nos Tribunais, Procuradoria do Estado, grandes bancas de Advocacia e até (que vergonha!) no Governo Federal. Nos incorporamos ao “*status quo*”, como parece ser a praga do “*L’Engrenage*” de Camus.

Mas a intensa vivência acadêmica, – no sentido lato e não necessariamente livresco –, dos “Anos de Chumbo” foi altamente enriquecedora, que moldou definitivamente a personalidade de nossa geração. Vejo com

nostalgia os idos de 68, como um momento de vida que permanece como inspiração para não cair nos riscos da mesmice impotente da era da globalização.

7. Carta aos colegas do Largo de São Francisco

Prezados Amigos e Colegas Franciscanos,

É com emoção nostálgica que venho acompanhando a distância as comemorações do episódio da tomada da Faculdade em 1968 e delas partilhando espiritualmente. Ao permitir que cada participante daqueles acontecimentos rememore os eventos de há quarenta anos sob sua ótica e circunstâncias individuais, resgata-se um importante painel de conjunto sobre o papel das Arcadas naquele histórico momento.

Como muitos de nossa geração, tive a experiência privilegiada de colaborar, mesmo que modestamente, na tomada da Escola e também de vivenciar algumas de suas sequelas. Presto tributo aqui à publicação do livro "As Arcadas nos anos da Ditadura" organizado pelo colega Buzzoni e, agora, a esta solenidade de afixação da placa comemorativa dos 40 anos promovida pelo Centro Acadêmico XI de Agosto.

Lembro, a propósito, que entre as principais bandeiras da tomada estava a reforma universitária, tanto do ângulo acadêmico e curricular, quanto organizacional e participativo. Queríamos o fim da cátedra vitalícia, a adequação dos currículos às necessidades da sociedade, a democratização da hierarquia universitária e a representação paritária na sua gestão.

A reação do governo autoritário da época foi a repressão contra o movimento estudantil e a implantação da lei Suplicy, que entre outras coisas buscava impor um sistema representativo artificial deslegitimando as agremiações estudantis tradicionais. Mas tal estratégia não funcionou, uma vez que a maioria dos Diretórios Acadêmicos "legais" passou a atuar solidariamente como caixa de ressonância das reivindicações dos centros acadêmicos que se tentava marginalizar.

Fui um dos representantes eleitos pelo corpo discente para atuar na Congregação da Faculdade em 1972. Digamos que três estudantes num colegiado de cerca de trinta professores estava bastante aquém da sonhada representação paritária. Não obstante, foi uma experiência proveitosa e

conscientizadora, pois os alunos passavam a ter voz viva, mesmo que limitada, no trato das questões da Casa.

Debatíamos o aperfeiçoamento do ensino, as questões administrativas e organizacionais da Escola, e "*last but not least*", o processo administrativo que corria na Congregação contra alguns colegas, ainda em decorrência da ocupação de 1968 (que acabou arquivado graças às táticas dilatórias). Éramos uma representação discente semelhante a uma banda de música de principiantes, mas que lograva tocar em harmonia. A querida amiga Maria Helena Pimentel era o trompete, enquanto eu ficava como baixo-tuba. Ao final de um ano de mandato, saímos daquela estimulante vivência com o sentimento do dever cumprido para com nossos colegas de 1968.

No dia de hoje, ao rememorar aqueles idos junto com os demais presentes a esta solenidade, é com orgulho que sinto reviver o espírito de 23 de junho de 1968. Que as novas gerações acadêmicas não deixem esmaecer esta chama de idealismo e ativismo com que nossa geração procurou dar sua contribuição para o futuro do Brasil.

Saudações acadêmicas

Edmundo S. Fujita, embaixador

23 de junho de 2008.

8. Flores na paixão

Aproveitando os longos feriados da Semana Santa, minha mulher e eu decidimos visitar algumas localidades mais distantes dentro do imenso arquipélago indonésio para aprofundar nosso aprendizado cultural. Já conhecíamos Borobudur, Prambanam, Yogyakarta, Sumatra, Sulawesi e Papua, mas considerando que era Páscoa, resolvemos fazer uma espécie de “turismo religioso” que nos possibilitasse vivenciar a rica variedade confessional da Indonésia. Apesar de não sermos exatamente muito religiosos, para tornar a experiência ainda mais sinérgica, optamos por uma viagem não apenas observante, mas praticante.

A ilha de Flores, situada da Província de Nusa Tenggara Timur, a cerca de 2.000 km de Jacarta, se alcança através de um voo até Bali, de 1:30hs, depois a Maumera, de mais 1:30hs e uma viagem por terra de 3hs até Larantuka, nossa destinação final e centro da religiosidade católica no país desde a vinda dos portugueses em 1512. O que experimentamos nessa região, nessa época do ano, foi realmente marcante.

Desde minha adolescência, quando atendia às missas em latim, não havia revisitado um ritual tão rico e fervoroso. Após a longa jornada para Larantuka, atravessando paisagens encantadoras, de ilhas majestosas e mares serenos, chegamos à cidade no começo da noite de 4ª feira, 19 de março, a tempo de presenciar um oratório para a Rainha Rosari (Rainha do Rosário), Protetora do antigo reino de Larantuka fundado há 700 anos. A cantoria dos devotos era uma mescla de latim, português arcaico e dialeto local, numa espécie de reza de terço absolutamente hipnótico, que durou cerca de uma hora. A cerimônia teve lugar na capela de Tuan Ma (Santa Maria) cuja imagem, diz a tradição, chegou do mar milagrosamente (talvez de Málaca) e a cuja proteção se submetiam os rajás católicos de Larantuka. O lamentatório, realizado perante a imagem de Tuan Ma coberta com véu, era em preparação ao seu “desvelamento” na manhã seguinte, Quinta-Feira Santa. Visitamos também, em seguida, a capela irmã denominada Tuan Ana, situada entre o Palácio Episcopal

e a casa da ex-rainha de Larantuka, onde o povo ensaiava para a Grande Procissão.

Desde às 8hs da manhã do dia 20, a multidão se aglomerava perante a entrada da capela de Tuan Ma à espera da abertura solene da porta para o ritual da adoração da imagem sagrada. Existe uma “Konferia” de cidadãos locais escolhidos por sua devoção cristã, reconhecida pelo Papa Gregório XVI em 1622 e que é entidade curadora da imagem de Tuan Ma, além de organizar a famosa procissão da Sexta-Feira Santa de Larantuka, que foi celebrada pela primeira vez em 1599. Com a abertura solene da porta da capela pela ex-rainha desse antigo reino, Mama Donna, (viúva do último rei-rajá que tinha o nome de batismo de Dom Lourenço Dias Serra de Godinho) o povo entra de joelhos até a imagem descoberta da santa – uma impressionante Mater Dolorosa de estilo barroco – para beijar os pés da estátua. Enquanto isso, para minha grande surpresa, uma imensa congregação de devotas recitava o terço em português (com sotaque brasileiro, e não de Portugal!). Como nunca treinei nas escadarias da Igreja do Bonfim, confesso que meus joelhos ficaram roxos de hematomas ao final da cerimônia...

À tarde, fomos ver uma famosa imagem local, conhecida como “Standing Christ”, numa das numerosas capelas nas ilhas circunvizinhas, juntamente com um grupo de freiras franciscanas indonésias lideradas por irmãs de ordem de origem filipina. Pode-se encontrar belas obras de arte religiosa por toda a região, como uma imensa estátua de “Jesus Rei Pastor”, segurando uma ovelha, na pequena ilha deserta de Waibalun, ou da Rainha Rosari em frente ao palácio Episcopal.

Na noite da Quinta Feira Branca, como é chamado aqui, o bispo celebra a Missa de Lavapés na Catedral da cidade, num elaborado ritual cantado. O povo de Larantuka tem grande talento musical, com cada paróquia dotada de afinados coros que se revezam nas missas semanais. Um aspecto que nos deixou muito impressionados durante a estada foi que, além do nosso anfitrião e da guia religiosa, até o motorista e o fotógrafo que nos acompanhavam cantavam proficientemente hinos religiosos em várias vozes, inclusive o Aleluia de Handel!

O ponto alto da Semana Santa de Larantuka é a Sexta Feira da Paixão. De manhã, realiza-se uma procissão marítima que transporta, numa embarcação a remo tradicional chamada sampan, a imagem do Tue Meninu (Santo Menino) da praia de Kota, de uma capela distante a 15 km pelo mar, até a “Armida Episcopal”, onde se encerra de noite a Grande Procissão terrestre, numa pictórica cerimônia formada por dezenas de barcos de pescadores. Acompanhamos a procissão, que leva cerca de uma hora e meia remando contra a maré, numa das embarcações que tentava sempre chegar o mais próximo possível da imagem do Tue Meninu, muitas vezes arriscando ter abalroamentos com outros barcos lotados de passageiros.

À noite, os preparativos para a Grande Procissão terrestre se iniciam com uma missa solene onde são “ensaiadas” as principais músicas que serão entoadas durante a caminhada, que leva cerca de quatro horas. Particularmente tocante é uma ária que é tradicionalmente cantada “a capella” por uma afinadíssima soprano a cada parada da estação da Via Crucis, reencenando a lamentação de Santa Verônica pelo martírio de Cristo.

Após a missa preparatória que leva cerca de duas horas, toda a cidade parte da Catedral para a procissão vestida de preto e carregando velas. A Konfreria coordena o andamento da cerimônia, vestida em mantos brancos, enquanto as imagens de Tuan Ma e Tue Meninu são carregados por devotos em vestes medievais (denominados “nikodemos”), ao som de hinos polifônicos e rezas do rosário. A cada parada nas Armidas, que mostram estações da Via Crucis, se repete o ritual da lamentação de Santa Verônica e as rezas tradicionais.

Para completar o ciclo dos ritos da Semana Santa, assistimos a Missa de Páscoa na noite de Sábado de Aleluia, com toda a simbologia de Alfa e Ômega anunciando a ressurreição das esperanças do povo por novos tempos. Não vou me prolongar aqui com a descrição de outros episódios que ficaram em nossas mentes, como os encontros com o bispo de Larantuka Frans e com a ex-rainha Mama Donna, ou a visita a uma aldeia tradicional local, de fé católica, que nos recebeu com danças e cantos rituais ancestrais, bem como um grupo instrumental semelhante ao nosso regional, com cavaquinho, violão, violino e

sanfona, que lembra a herança Tugu, de tradição portuguesa em Jacarta desde o século XVI, para não alongar demais a narrativa.

Acredito que não se deve ser excludente para entender as mensagens das diversas religiões. No fundo, são unívocas. Desde minha vinda a Indonésia fiquei impressionado com a riqueza étnica, cultural e confessional de um país que, de resto, constitui ele mesmo um milagre de persistência, consistência e convergência num universo aparentemente inverossímil de 18 mil ilhas, 300 etnias e 400 dialetos. Mas desde o século IX, civilizações e impérios budistas, hindus e muçulmanos, temperados posteriormente pelas influências portuguesa e holandesa, têm dado uma amálgama de convivência, tolerância e adaptabilidade. Os diversos povos e culturas com quem minha mulher e eu temos interagidos nestes anos na Indonésia me levam a acreditar que há esperanças para um diálogo entre civilizações nesta parte do planeta.

Jacarta, abril de 2008.